

ANDRÉ FROTA DE OLIVEIRA



040287



L0000040303

**A FORTIFICAÇÃO HOLANDESA
DO CAMOCIM**

Ao tempo em que dominaram o Ceará, ergueram os flamengos, por volta de 1641, um forte às margens do rio Camocim. Essa fortificação tem sua existência devidamente confirmada através de correspondência do governador do *Estado do Maranhão*, André Vidal de Negreiros, dirigida a El-Rei, na qual o mencionado governador expõe ao monarca o motivo que teve para "fazer hu forte no mesmo Rio da Crus, onde já os olandezes tiverão outro".

O rio da Cruz é, conforme veremos, um dos primitivos nomes que os navegantes europeus deram ao rio Camocim ou Coreaú.

A guarnição dessa fortificação flamenga erigida às margens do rio Camocim, assim como também as guarnições do rio Ceará e de Jericoacoara, foram dizimadas pelos indígenas revoltados, em princípios de 1644, por motivos que exporemos devidamente.

O objetivo do nosso estudo é, basicamente, demonstrar que o antigo Camocim, *stricto sensu*, era a área onde hoje se localiza a cidade de Granja e suas cercanias, nada tendo a ver com o local onde posteriormente ergueu-se a cidade de Camocim, no estuário do rio.

Tal demonstração basear-se-á em testemunhos da época colonial, de modo que ficará claramente evidenciado que o *porto do Camocim* situava-se no local posteriormente conhecido como *Oficinas*, tendo este último nome surgido em virtude dos saladeiros que ali existiram no século XVIII.

Ora, realizada a identificação do antigo Camocim como Granja e seus arredores, levantamos, como consequência lógica, a hipótese de que o forte erigido pelos flamengos às margens do rio Camocim, ao tempo em que dominaram o Ceará, localizava-se nas imediações da atual cidade de Granja. Esta suposição encontra forte apoio na afirmação do Barão de Studart, quando o ínclito historiador alude aos "holandeses, que haviam feito um presídio junto ao rio Camocim no lugar Macaboqueira". Studart, contudo, não especifica com maiores detalhes em qual lugar da Macaboqueira (atual cidade de Granja) erguia-se a fortificação holandesa.

ANDRÉ FROTA DE OLIVEIRA

A FORTIFICAÇÃO HOLANDESA DO CAMOCIM



Fortaleza

1995

ANDRÉ FROTA DE OLIVEIRA

**A FORTIFICAÇÃO
HOLANDESA DO
CAMOCIM**



**Fortaleza
1995**

Copyright © ANDRÉ FROTA DE OLIVEIRA

Direitos reservados ao autor

Capa - *A Ronda Noturna* (1642). Óleo sobre tela, de Rembrandt Harmens van Rijn (1606-1669).
Amsterdam, Rijksmuseum.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Composto e Impresso na
EXPRESSÃO GRÁFICA E EDITORA LTDA.
Rua Costa Barros, 1511 - Aldeota - Tel: (085) 261.8767
Fortaleza - Ceará

Biblioteca Pública Gov. Menezes Pimentel	
ENTRADA	
Nº. REGISTRO	15350
DATA:	08/07/98

M
t. 040287/2003

EE
981.03
048f
lx. 2



TRIBUTO DE GRATIDÃO

A publicação deste livro deve-se ao espontâneo apoio do
Exmo. Sr.

ELIEZER OLIVEIRA DE ARRUDA COELHO FILHO,
M.D. PREFEITO MUNICIPAL DE GRANJA,

de quem jamais poderei olvidar o constante e afetuoso
estímulo, pelo que desejo expressar-lhe, nesta página,
minha indelével gratidão.

Aos meus queridos pais

RAIMUNDO MAURO XAVIER DE OLIVEIRA
FRANCISCA LEILAH FROTA DE OLIVEIRA



À memória imorredoura de meus amigos

FRANCISCO PAULO OLIVEIRA

e

VICTOR HUGO MOTA

homens de elegante convívio e que, ceifados pela branda mão da Morte, repousam no cabeçal do túmulo, em preito de magoada saudade, dedico este livro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
------------------	----

CAPÍTULO I	15
O BRASIL HOLANDÊS	

Os Países Baixos. Antecedentes da invasão holandesa ao Brasil. É criada a *Companhia das Índias Ocidentais*. Objetivo de sua criação. Valor estratégico da posse do Brasil. Efêmera conquista flamenga na Bahia. Os flamengos invadem Pernambuco. Constantes guerrilhas no território dominado forçam a diretoria da *Companhia das Índias Ocidentais* a nomear o príncipe João Maurício de Nassau como Governador-Capitão e Almirante-General da *Nova Holanda*. O período nassoviano.

CAPÍTULO II	23
1637: OS FLAMENGOS INVADEM O CEARÁ	

A capitania do Ceará. O forte de São Sebastião. Subordinação da capitania do Ceará ao antigo *Estado do Maranhão*. Decadência da capitania cearense. Indígenas cearenses solicitam a Nassau ajuda para expulsar os lusitanos. Os flamengos aprestam uma expedição sob o comando do major Gartsman. Correspondência do Conselho Supremo aos diretores da Companhia, na Holanda. A expedição chega ao Ceará e apodera-se da fortificação portuguesa.

CAPÍTULO III	31
PRIMEIRA FASE DO DOMÍNIO FLAMENGO NO CEARÁ: ADMINISTRAÇÃO DO TENENTE HENDRICK VAN HAM	

Correspondência do Conselho Supremo aos diretores da *Companhia das Índias Ocidentais*, na Holanda, onde se descreve a conquista do Ceará. Desapontamento do tenente van Ham em relação à terra conquistada. Fracasso de sua administração. O tenente van Ham é substituído pelo *commandeur* Gedeon Morris de Jonge, profundo conhecedor da região.

CAPÍTULO IV	37
PRIMEIRA FASE DO DOMÍNIO FLAMENGO NO CEARÁ: ADMINISTRAÇÃO DE GEDEON MORRIS DE JONGE	

O Conselho Supremo comunica à diretoria da *Companhia das Índias Ocidentais*, na Holanda, a substituição do tenente van Ham pelo *commandeur* Gedeon Morris. Morris lança-se imediatamente à procura de salinas na região sob seu comando. O sal: questão de vital importância para os holandeses. O novo *commandeur* descobre salinas na região do Camocim e comunica tal fato ao Supremo Conselho. Navegação exploratória a montante do rio Camocim. O porto do primitivo Camocim. Provável ereção dos fortes do Camocim e Jericoacoara durante esse período. Jericoacoara: testemunho vivo do domínio batavo. Algumas linhas sobre seu passado e etimologia.

CAPÍTULO V 45

LOCALIZAÇÃO DO ANTIGO CAMOCIM E DA FORTIFICAÇÃO FLAMENGA

A exata localização do *Camocim* da época colonial: a área de Granja e suas cercanias. O fundeadouro do primitivo *Camocim*: atual sítio das *Oficinas*. Depoimentos aduzidos que confirmam a asserção do autor: o desembargador Reimão; o roteiro do mestre piloto Manoel Roiz dos Santos; um manuscrito do século XVIII; correspondência do governador Oeynhausen ao visconde de Anadia; excerto extraído do livro de devassas do padre José de Almeida Machado. A identificação do antigo *Camocim* como a área de Granja e suas imediações sugere a hipótese de o forte holandês ter sido erguido nas proximidades desta cidade. A hipótese é corroborada pelo Barão de Studart, que situa o presídio flamengo junto ao rio *Camocim*, no lugar Macaboqueira. Studart, entretanto, não especifica o local da fortificação. Opinião pessoal do autor a tal respeito.

CAPÍTULO VI 53

A SELVAGEM REGIÃO DO ANTIGO CAMOCIM

O abandono da região setentrional da possessão lusitana. Requerimento de João de Barros a El-Rei. Gauleses e flamengos praticam intenso escambo com os indígenas na região do *Camocim*. Uma página de história colonial: o primitivo comércio. A *França Equinocial*, poderosa feitoria bretã em terras maranhenses, estende seus tentáculos na região do *Camocim*. A expedição de Pero Coelho expulsa os franceses da Ibiapaba. D. Diogo de Menezes, governador-geral do Brasil, sugere ao monarca a criação de uma capitania com sede no porto do *Camocim*. Diogo de Campos Moreno, autor da *Jornada do Maranhão*, relata a existência de ruínas de pedra e cal encontradas pelos soldados de Jerônimo de Albuquerque à entrada do rio *Camocim*. Thomaz Pompeu Sobrinho supõe serem tais ruínas vestígios de edificação gaulesa. Pompeu Sobrinho anota a existência de outras ruínas de pedra, situadas no sopé de um serrote, um pouco além da cidade de Granja. O diário de bordo do traficante flamengo Hendryck Cop. A selvagem região do *Camocim*. Tremembés, tabajaras e acoançus. Fauna e flora. Breve digressão poética.

CAPÍTULO VII 95

FIM DA PRIMEIRA FASE DO DOMÍNIO FLAMENGO NO CEARÁ: DESTRUIÇÃO DOS FORTES DO RIO CEARÁ, DO CAMOCIM E DE JERICOACOARA

A *Nova Holanda* expande seu território até o Maranhão. Ali perece, vítima de emboscada, o comandante do forte de Jericoacoara, Jacob Evers. Gedeon Morris e a guarnição do forte do Ceará são assassinados pelos indígenas revoltados. As atas do Conselho Supremo referem-se ao massacre do forte do Ceará. Extermínio das guarnições dos fortes do *Camocim* e de Jericoacoara. Autores ilustres relatam o fato: Ericeira; Vieira; Berredo; Southey. Inversão na ordem dos acontecimentos.

CAPÍTULO VIII 107

NOVA TENTATIVA DE COLONIZAÇÃO EM 1649: A EXPEDIÇÃO DE MATIAS BECK

A expedição de Matias Beck. Ereção do forte *Schoonenborch*. Ênfase dada à exploração mineralógica. O diário de Beck refere-se a uma mina de prata na Ibiapaba. Excertos do diário. O iate *Willepaert*, sob o comando do capitão Dirk, zarpa com destino ao *Camocim*. Desconhecimento dos resultados obtidos pela expedição flamenga ao *Camocim*. Os holandeses, derrotados, retiram-se definitivamente do

Brasil.

CAPÍTULO IX 115

A INFLUÊNCIA HOLANDESA NO CAMOCIM E O CONHECIMENTO QUE OS CONQUISTADORES POSSUÍAM DA REGIÃO

A *Relação da Missão da Serra de Ibiapaba*. Intensas relações comerciais entre flamengos e indígenas. André Vidal de Negreiros, governador do Estado do Maranhão, refere-se às minas que os flamengos exploraram no *Camocim*. O capitão-general Gomes Freire de Andrade alude aos trabalhos de prospecção mineralógica dos flamengos. Os neerlandeses possuíam pleno conhecimento da região: anotações de Kilian de Resenlaer.

CAPÍTULO X 123

OS PORTUGUESES INTENTAM ERGUER UM FORTE NO RIO CAMOCIM

André Vidal de Negreiros escreve a El-Rei, comunicando sua intenção de erguer um forte no rio da Cruz. Parecer do Conselho Ultramarino. Carta de agradecimento de Sua Majestade a André Vidal pela construção do forte. Carta Régia ordena a André Vidal a prossecução das obras da fortificação no rio da Cruz. O padre Antônio Vieira também refere-se à construção do forte no rio da Cruz. A sumaca despachada por André Vidal com soldados e material necessário para a construção da fortificação não consegue chegar ao *Camocim*. Dúvidas quanto à construção do forte: carta de Vieira ao padre Careu; o padre Pedro de Pedrosa refere-se à construção de um forte em Jericoacoara, e não no *Camocim*; Gomes Freire de Andrade sugere ao seu sucessor fortificar o *Camocim*; Carta Régia dirigida a Sá Menezes.

CAPÍTULO XI 133

RIO CAMOCIM OU COREAÚ: SUA PRIMITIVA NOMENCLATURA E BREVE ANÁLISE ETIMOLÓGICA DOS TOPÔNIMOS

Primitiva nomenclatura do rio: Rio de Arvoredos; Rio de Vicente Pinzon; Rio da Cruz; Rio dos Três Braços; Rio de São Francisco; Rio *Camocim* ou *Coreaú* (denominações atuais). Etimologia do topônimo *Camocim*: *Khamsin*; versões de Martius, Alencar, Teodoro Sampaio, Paulino Nogueira e Pompeu Sobrinho. Hipótese do autor. Etimologia do topônimo *Coreaú*: interpretações de Paulino Nogueira e Pompeu Sobrinho.

EPÍLOGO 141

BIBLIOGRAFIA 143

INTRODUÇÃO

Ao tempo em que dominaram o Ceará, ergueram os flamengos, por volta de 1641, um forte às margens do rio Camocim. Essa fortificação tem sua existência devidamente confirmada através de correspondência do governador do *Estado do Maranhão*, André Vidal de Negreiros, dirigida a El-Rei, na qual o mencionado governador expõe ao monarca o motivo que teve para "fazer hu forte no mesmo Rio da Crus, onde já os olandezes tiverão outro".

O *rio da Cruz* é, conforme veremos, um dos primitivos nomes que os navegantes europeus deram ao rio Camocim ou Coreáú.

A guarnição dessa fortificação flamenga erigida às margens do rio Camocim, assim como também as guarnições do rio Ceará e de Jericoacoara, foram dizimadas pelos indígenas revoltados, em princípios de 1644, por motivos que exporemos devidamente.

O objetivo do nosso estudo é, basicamente, demonstrar que o antigo Camocim, *stricto sensu*, era a área onde hoje se localiza a cidade de Granja e suas cercanias, nada tendo a ver com o local onde posteriormente ergueu-se a cidade de Camocim, no estuário do rio.

Tal demonstração basear-se-á em testemunhos da época colonial, de modo que ficará claramente evidenciado que o *porto do Camocim* situava-se no local posteriormente conhecido como *Oficinas*, tendo este último nome surgido em virtude dos saladeiros que ali existiram no século XVIII.

Ora, realizada a identificação do antigo Camocim como Granja e seus arredores, levantamos, como consequência lógica, a hipótese de que o forte erigido pelos flamengos às margens do rio Camocim, ao tempo em que dominaram o Ceará, localizava-se nas imediações da atual cidade de Granja. Esta suposição encontra forte apoio na afirmação do Barão de Studart, quando o ínclito historiador alude aos "holandeses, que haviam feito um presídio junto ao rio Camocim no lugar Macaboqueira". Studart, contudo, não especifica com maiores detalhes em qual lugar da Macaboqueira (atual cidade de Granja) erguia-se a fortificação holandesa.

É nossa opinião pessoal que a fortificação neerlandesa erguida às margens do Camocim localizava-se necessariamente no *porto do Camocim* (atual *Oficinas*, cerca de 3 km distante do centro de Granja), ou, quando muito, em suas proximidades imediatas.

Ao fazermos tal afirmação, após longas meditações e um laborioso estudo sobre o fascinante tema, julgamos estar bem próximos da verdade, muito embora reconheçamos não poder provar materialmente a veracidade desta asserção; um acurado exame dessa área, à procura de possíveis vestígios, talvez pudesse

fornecer melhores luzes sobre o assunto.

Após a definitiva expulsão dos holandeses, os portugueses tencionaram erguer um forte no rio Camocim; entretanto, as fontes históricas deixam dúvidas quanto a ter sido realmente levada a cabo a construção dessa fortificação pelos lusitanos.

Ao longo deste estudo, descreveremos não somente os dois períodos de dominação flamenga no Ceará, como também exibiremos a nossos leitores um bosquejo, ainda que imperfeito, da primitiva história de Granja, o antigo Camocim. Narrando os fatos, informaremos sobre os povos indígenas que habitavam a região cujo centro era o antigo Camocim, e demonstraremos que gauleses e flamengos praticaram intenso escambo naquele trato, tendo exercido notável influência sobre as hordas desse território. Os europeus, já desde o século XVI, possuíam excelente conhecimento da região, e é fato notório que os flamengos, além de sal e outros produtos que ali exploraram, dedicaram-se também a pesquisas mineralógicas naquelas vastidões desamparadas pelas armas lusitanas.

Justificando-nos de haver empreendido o labor extremamente árduo de ter escrito este estudo, empregamos aqui, como nossas, as palavras de um historiador barroco, D. Luiz de Menezes, terceiro Conde de Ericeira, do Conselho de Estado de Sua Majestade, seu vedor da fazenda e governador das armas da província de Trás-os-Montes, que, em seu monumental livro intitulado *História de Portugal Restaurado*, dedicado ao ilustríssimo e excelentíssimo senhor D. José Mascarenhas, do Conselho de Sua Majestade, seu mordomo-mor, presidente do Desembargo do Paço, quarto Marquês de Gouvea, oitavo Conde de Santa Cruz, undécimo Senhor das vilas de Lavre, Estepa, Santa Cruz e Lajens, Senhor das ilhas de Santo Antão, Flores e Corvo com todas as suas jurisdições, alcaide-mor dos castelos e vilas de Mértola, Monte-Mor-o-Novo, Grândola e Alcácer do Sal, comendador nas Ordens de Cristo e Santiago, — escreve: “Os cabedais com que me achei para tanto emprego, me animaram a tomar por minha conta esta obra, quando não sabia levantar-lhe mais que as colunas, não faltará outro arquiteto, que com estes materiais aperfeiçoe este edifício, remunerando-se-me o trabalho a que me exponho, na confissão do zelo com que resgatei da prisão do esquecimento tantas ações heróicas, podendo herdar da natureza, deixá-las sepultadas (...) Porém para formar perfeitamente o corpo desta obra, é necessário fazê-lo luminoso, (...) assim para ficarem mais claros os sucessos modernos, que dependem de notícias antigas”.

Descerremos, portanto, a cortina do passado, não sem antes concluirmos estas linhas com a observação do grande pensador alemão, Immanuel Kant: *In allen unseren Untersuchungen müssen wir vor allem auf die Quellen achten.* (*)

Capítulo I

O BRASIL HOLANDÊS

Os Países Baixos. Antecedentes da invasão holandesa ao Brasil. É criada a *Companhia das Índias Ocidentais*. Objetivo de sua criação. Valor estratégico da posse do Brasil. Efêmera conquista flamenga na Bahia. Os flamengos invadem Pernambuco. Constantes guerrilhas no território dominado forçam a diretoria da *Companhia das Índias Ocidentais* a nomear o príncipe João Maurício de Nassau como Governador-Capitão e Almirante-General da Nova Holanda. O período nassoviano.

O BRASIL HOLANDÊS

Em 1580, ao extinguir-se a casa real de Avis, Portugal, juntamente com suas vastas possessões ultramarinas, passou ao domínio dos Habsburgos da Espanha, na qual reinava Filipe II.

Os Países Baixos, que por motivos hereditários tinham cabido também ao mesmo rei, encetaram então sua heróica guerra de independência, revoltando-se a população calvino-protestante dos neerlandeses contra as opressoras medidas da Espanha, intransigentemente católica.

Entretanto, o reconhecimento de sua independência pela Espanha far-se-ia somente após acirradas lutas, quase setenta anos depois, mais precisamente em 1648, pelo Tratado de Vestfália.

O sistema de monopólio que Portugal empregara até então em suas colônias e que funcionara sem problemas, com a inauguração da dualidade de coroas de Filipe II e conseqüente passagem do Brasil português para o Brasil da União Ibérica, começou a sofrer resistência por parte dos flamengos.

Os batavos, que antes da União Ibérica haviam comerciado intensamente com Portugal, distribuindo ao mercado consumidor europeu, que haviam ampliado, o açúcar proveniente da colônia lusitana, viram-se impedidos pela Espanha de continuar na tão lucrativa tarefa.

Os holandeses estavam, desde longa data, associados à produção e à distribuição do açúcar português, proveniente das ilhas do Atlântico; muito antes de haver sido iniciada a produção açucareira no Brasil, já era maciça a presença de barcos holandeses no transporte daquela mercadoria entre as ilhas e a Metrópole.

Observa Nelson Werneck Sodré: "A dominadora presença dos holandeses na distribuição do açúcar português das ilhas e também no transporte entre as ilhas e a Metrópole assinala a progressiva transferência do primado marítimo de Portugal à Holanda. Mais do que isto: a progressiva transferência do capital comercial português à Holanda. A empresa açucareira ultramarina só será viável à base da ajuda naval holandesa. Vai, assim, agravar aquela transferência porque o problema do transporte só poderá ser resolvido pela associação de navios holandeses aos navios portugueses. A Holanda não será apenas distribuidora do açúcar brasileiro na Europa, – será transportadora dele, da Colônia à Metrópole. E participa, assim, do lucro dos fretes, – pagos em açúcar".(1)

Portugal, cujo poderio marítimo entrara em processo de decadência, já se encontrava bem distante dos dias do esplendor manuelino, quando as armadas lusitanas singravam os mares aportando em terras distantes, e era gradualmente

(1) Nelson Werneck Sodré, *Formação Histórica do Brasil*, 9ª edição, Coleção Retratos do Brasil, volume 98, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1976, pp. 64-65.

substituído pelos Países Baixos, que, em seu crescente expansionismo, abraçavam o mundo ultramarino, defendendo a liberdade de comércio e insurgindo-se contra a política econômica do *Mare Clausum*, firmada pelo Papa Alexandre VI.

A decadência econômica portuguesa, originada pela gradual transferência do capital comercial lusitano para a Holanda, fazia com que os interesses das duas nações, representados, de um lado, pela Coroa lusa, e, do lado batavo, por mercadores privados, estivessem perfeitamente conjugados.

Anota Werneck Sodré: "Este deslocamento [do capital comercial luso para a Holanda], cujo início ocorre antes do início da colonização brasileira, e de que esta colonização, em si mesma, no setor açucareiro, é uma consequência, fica evidente na presença de capital comercial holandês no investimento inicial açucareiro, na presença de barcos holandeses no transporte do açúcar entre a Colônia e a Metrópole, no absoluto domínio da distribuição do açúcar ao mercado consumidor europeu, cuja ampliação fora um dos seus principais feitos".(2)

E acrescenta o brilhante historiador:

"Enquanto os interesses do capital comercial luso, em declínio, e do capital comercial holandês, em ascensão, permaneceram conjugados, o mecanismo do monopólio, de que a peça principal estava na Casa das Índias, funcionou sem perturbações. Não havia resistências coloniais ao mecanismo, já que o produtor estava isolado da circulação. A resistência externa era reduzida uma vez que, somados, o poderio marítimo luso e o poderio marítimo holandês, tinham todas as condições para assegurar a plena vigência do sistema.

"Em 1580, entretanto, Portugal, com as suas áreas coloniais, passa ao domínio espanhol. Quanto à produção, nada se alterava: fora a classe dominante metropolitana, de que a classe dominante colonial era simples mandatária, que cederia ao domínio espanhol. Quanto à circulação, entretanto, tudo mudava: Portugal e Holanda tinham interesses associados; Espanha e Holanda eram competidoras..."

"Excluída dos benefícios da exploração colonial brasileira, a Holanda responderá com a violência. Num primeiro tempo, apossando-se da área produtora de açúcar. Num segundo tempo, montando a sua própria área produtora colonial".(3)

Como bem observa Celso Furtado, o quadro político-econômico até então vigente na colônia foi profundamente modificado pela absorção de Portugal na Espanha: "A guerra que contra este último país promoveu a Holanda durante esse período repercutiu profundamente na colônia portuguesa da América. A começar do século XVII os holandeses controlavam praticamente todo o comércio dos países europeus realizado por mar. Distribuir o açúcar pela Europa sem a cooperação dos comerciantes holandeses evidentemente era impraticável. Por outro lado, estes de nenhuma maneira pretendiam renunciar à parte substancial que tinham nesse importante negócio, cujo êxito fora em boa parte obra sua. A

luta pelo controle do açúcar torna-se destarte, uma das razões de ser da guerra sem quartel que promovem os holandeses contra Espanha".(4)

Excluída pela Espanha, sua concorrente, do rendoso tráfico da distribuição do açúcar e outros produtos coloniais, a Holanda, que entrementes evoluíra constituindo-se em potência mundial, iniciou, em princípios do século XVII, a navegação transoceânica, aportando às colônias do império luso-espanhol, impulsionada a isso pela sua condição geográfica de país litorâneo.

Relata Oberacker: "Até os fins do século XVI se restringiram os Países Baixos no seu comércio marítimo a demandarem os países ibéricos para receberem os produtos tropicais de suas colônias, compensando-os com trigo e madeira. Somente quando a Espanha chamou a si esse tráfico tão lucrativo no tempo que mediou entre 1585 e 1595, iniciaram os holandeses a navegação transoceânica, arribando às possessões do império luso-espanhol".(5)

Defensores da doutrina do *Mare Liberum*, exposta por Grotius, o teórico que fundou as linhas modernas do Direito Internacional, os flamengos, desrespeitando o monopólio ibérico, porquanto adeptos do livre comércio, pretendiam arrebatar à Espanha a primazia de potência marítima.

Os batavos, juridicamente fundamentados na doutrina de Grotius, deram início ao processo de expansão comercial neerlandesa. Hélio Avellar escreve: "Um aspecto jurídico de amplas implicações econômicas foi a sustentação, pelos holandeses, do princípio da *liberdade dos mares*, essencial ao livre comércio, em oposição ao monopolismo ibérico".(6)

A guerra que os holandeses moveram contra os espanhóis foi, portanto, uma luta do livre comércio contra o sistema de monopólio, como observa Avellar: "Pode-se mesmo admitir que a razão da guerra holandesa tenha sido mais a luta contra o monopólio do que a posse territorial em si".(7)

Criaram-se, com a finalidade de desenvolver e fomentar o comércio ultramarino neerlandês, duas companhias comerciais dotadas de sólidos capitais, sendo-lhes concedidos monopólios de comércio com direito à soberania sobre as terras conquistadas, transferindo-se-lhes, outrossim, a missão de dar combate ao inimigo espanhol.

Em 1602 organizou-se a *Ostindische Compagnie* (OIC), a *Companhia das Índias Orientais*, cujo âmbito de ação era o Extremo Oriente. Mostrando-se bem sucedida essa companhia, criaram os batavos uma outra similar em 1621, após já haver expirado o prazo das tréguas de 12 anos, impostas por Filipe III às Províncias Unidas Neerlandesas em 1609. Essa trégua retardara o ataque holandês ao Brasil, então participante da União Ibérica.

A criação da *Westindische Compagnie* (WIC), *Companhia das Índias Ocidentais*, cujo capital era de 18 milhões de florins, coincide justamente com a época em que

(4) Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, apud Werneck Sodré, op. cit., p. 104, nota 22.

(5) Carlos H. Oberacker Jr., *A Contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira*, 4ª edição, 2ª ed. em língua portuguesa, Rio de Janeiro, Presença Edições, 1985, 1º volume, pp. 77-78.

(6) Hélio de Alcântara Avellar, *História Administrativa e Econômica do Brasil*, 2ª edição, revista e atualizada, Rio de Janeiro, FENAME, 1976, p. 109.

(7) *Idem*, *ibidem*, p. 109.

(2) *Idem*, *ibidem*, p. 85.

(3) *Idem*, *ibidem*, p. 87.

a Holanda havia retomado com todo o ímpeto sua luta contra a Espanha.

Idealizada por Willem Usselinx, rico mercador natural de Antuérpia, tinha a *Companhia das Índias Ocidentais*, além dos fins mercantis, objetivos colonizadores, almejando fundar colônias no Novo Mundo; tencionava a companhia deslocar o teatro das lutas pela independência holandesa para longínquas regiões ultramarinas.

À *Companhia das Índias Ocidentais*, cuja área de ação era a costa ocidental da África e a América, cometeu-se nessa guerra a missão de esbulhar o comércio e possessões ultramarinas espanholas nas Américas.

As antigas possessões ultramarinas portuguesas pertenciam, então, ao império colonial espanhol, das quais o Brasil desempenhava papel de destaque, sobrelevando, de muito, as colônias africanas e asiáticas.

Desde cedo atinaram-se as vantagens da posse do Estado do Brasil.

Perceberam-nas navegadores neerlandeses.

Era nosso país esplêndido ponto de escala para aguada e abastecimento das naus que empreendiam as longas viagens para o Extremo Oriente.

A experiência obtida por esses navegadores comprovava o notável valor estratégico da posse do Brasil no domínio do Atlântico Sul, onde se entrecruzavam a rota das especiarias (vinda do Oriente), a rota do marfim (vinda da África) e a rota do ouro do Peru (vinda através do estreito de Magalhães).

Com o fito de realizar a invasão do Brasil aprestou-se na Holanda numerosa e imponente esquadra, composta de 23 navios e 3 iates, com 1.600 homens na tripulação e um corpo expedicionário formado de 1.700 soldados; ao almirante Jacob Willekens, que trazia como imediato o vice-almirante Piet Pieterszoon Hein, foi cometida, pela *Companhia das Índias Ocidentais*, a direção naval da empresa.

O exército invasor tinha por comandante a Jan van Dorth, nomeado igualmente governador-geral da terra a conquistar.

O ponto visado pelos neerlandeses era a Bahia, onde desembarcaram tropas em Salvador, ocupando a cidade em maio de 1624.

Entretanto, a conquista da Bahia, centro político da colônia, foi efêmera, pois que, já no ano seguinte, capitulavam os flamengos, sendo rechaçados de maneira amarga e decepcionante para a Europa.

Após a efêmera conquista da Bahia empreenderam os holandeses nova tentativa, voltando os olhos desta vez para Pernambuco, que era o centro econômico da colônia e a mais rica das capitanias brasileiras, sendo a principal fornecedora de açúcar para a Europa.

Nova expedição enviada pela *Companhia das Índias Ocidentais* apoderou-se, em fevereiro de 1630, de Olinda, e, logo a seguir, do Recife.

A frota holandesa era comandada pelo almirante Hendrick Corneliszoon Lonck e as tropas pelo coronel Diederick von Waerdenburch.⁽⁸⁾

Os flamengos, porém, cujo exército mercenário era comandado por oficiais

(8) O mais alto posto na hierarquia militar da Holanda era o de coronel de exército, que equivalia ao de general de outros países - a patente mais elevada das forças de terra; o cargo de governador era exercido por um coronel. Por sua vez, general significava almirante-general, que era a mais alta patente das forças navais.

alemães como o coronel von Waerdenburch e seu sucessor, o major-general Sigismundo von Schkoppe, somente conseguiam manter-se na posse do território conquistado à custa dos mais desesperados esforços, constantemente hostilizados pelas intensas guerrilhas das forças luso-espanholas, que contavam com o apoio e cooperação da nobreza rural portuguesa - desde há muito fixada no Brasil - e seus partidários.

Em 1635, após cinco anos de lutas cruéis e encarniçadas, encontravam-se as terras devastadas e os holandeses possuíam somente Pernambuco, a região de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Sobretudo pesava à *Companhia das Índias Ocidentais* o fato de que a conquista, ainda não completamente assegurada, havia proporcionado bem maiores despesas que rendimentos.

Southey relata: "Os repetidos danos sofridos convenceram os holandeses de que impossível lhes era tirar proveito dos engenhos de açúcar sem serem inteiramente senhores do país, pelo que escreveram para a Holanda pedindo grandes reforços e um general de maior autoridade".⁽⁹⁾

Apresentou-se desse modo à companhia neerlandesa o instante dilema, a saber, sobre se deveria abandonar o Nordeste do Brasil ou fazer ainda uma última tentativa para solucionar, de vez e sob bases seguras, questão de tamanha importância e que carecia ser resolvida no mais curto espaço de tempo possível.

Decidiu-se a companhia pela segunda proposição, ou seja, deliberou manter-se na posse do *Zuickerland* tropical, na terra do açúcar, entregando seus domínios pernambucanos nas mãos de um único homem, nomeado com os mais amplos poderes.

Escreve Oberacker: "A dificuldade, porém, consistia em encontrar um homem adequado, que fosse concomitantemente general capaz, com tirocínio de estadista. Pela recomendação do governador da Holanda, o príncipe Frederico Henrique de Orange, recaiu a escolha no seu parente, o conde alemão João Maurício de Nassau-Siegen-Dillenburg. Em 4 de agosto de 1636, confiaram-lhe os diretores da WIC o alto posto, cheio de responsabilidades, de *Governador-Capitão e Almirante-General* na chamada Nova Holanda, isto é, no Nordeste do Brasil".⁽¹⁰⁾

Aportando ao Recife, que os holandeses tinham elevado à capital após haverem destruído Olinda, desembarcou o conde de Nassau, *Gouverneur-Capiteyn ende Admiraal-Generael*, comandante-geral de todas as forças de terra e mar, em 23 de janeiro de 1637, sendo solenemente recebido pelo comandante-geral das tropas holandesas, Sigismundo von Schkoppe, bem como pela oficialidade, soldados, funcionários, comerciantes e colonos.

Era o *Stadhouder* possuidor de excelentes qualidades militares, já trazendo da Europa grande experiência guerreira, adquirida nas lutas de independência dos Países Baixos contra a Espanha.

Nassau, a cuja nobre e primorosa formação humanista aliava-se larga

(9) Robert Southey, *História do Brasil*, 4ª edição brasileira, traduzida pelo Dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1977, volume I, p. 388.

(10) Oberacker, *op. cit.*, 1º volume, p. 79.

visão político-administrativa, grande exemplo do estadista perfeito, percebeu logo de início que, antes de tudo, era necessário se vencer a resistência dos inimigos e acabar com as guerrilhas e focos de rebelião, para que ações construtivas pudessem ser empreendidas.

Vencendo os inimigos com rapidez surpreendente, conseguiu o conde de Nassau, após árduos combates e memorável campanha militar, durante o seu governo, estender o território da Nova Holanda, alargando suas fronteiras até o Rio de São Francisco.

Para o norte, o território sob domínio neerlandês dilatar-se-ia posteriormente até o Maranhão.

A administração de Nassau, indiscutivelmente consagrada como uma das mais excelentes já empreendidas no Novo Mundo, foi a fase de suntuoso esplendor da Nova Holanda tropical, do *Zuickerland*, cuja posse os flamengos tanto desejavam manter, porquanto fonte inesgotável de rendimentos.

Tratando sobre o período da administração nassoviana, que se estende de 1637 a 1644, assim se expressa Joaquim Ribeiro: "Ia o Brasil holandês iniciar uma fase de suntuoso esplendor. O período nassoviano caracteriza-se justamente pelo brilho da administração, agora reorganizada em novas bases e preparada para sugestiva experiência econômico-social. (...) Essa época do Brasil holandês foi realmente, como salientou João Ribeiro, grande e suntuosa. Não só foi grande por serem os nossos mares, pela primeira e última vez, o teatro da luta de esquadras gigantescas e das grandes ações navais que nesse século fizeram a primeira distribuição do mundo, como principalmente pelo exemplo de cultura liberal e de civilização que nossa terra jamais conhecera".(11)

João Ribeiro, mestre da síntese, resumiria de maneira exemplar o período administrativo nassoviano, ao escrever: "Na constituição semi-obscura das capitanias, brilhava Pernambuco como a primeira estrela".

Capítulo II

1637: OS FLAMENGOS INVADEM O CEARÁ

A capitania do Ceará. O forte de São Sebastião. Subordinação da capitania do Ceará ao antigo Estado do Maranhão. Decadência da capitania cearense. Índigenas cearenses solicitam a Nassau ajuda para expulsar os lusitanos. Os flamengos aprestam uma expedição sob o comando do major Gartsman. Correspondência do Conselho Supremo aos diretores da Companhia, na Holanda. A expedição chega ao Ceará e apodera-se da fortificação portuguesa.

(11) Joaquim Ribeiro, "O Brasil Holandês", in *História Administrativa do Brasil*, 2ª edição, revista, (s/local), Serviço de Documentação do DASP, 1966, volume III, p. 419.

1637: OS FLAMENGOS INVADEM O CEARÁ

Governava Nassau o Brasil Holandês quando os indígenas cearenses, entrementes fundamente inimistados com a guarnição lusa do forte de *São Sebastião*, erigido na barra do rio Ceará, enviaram-lhe emissários, com o intuito de obterem do *Stadhouder* ajuda na tomada do forte ou *presídio* do Ceará.(12)

Prometiam os aborígenes auxiliar com sua tribo a invasão do Ceará pelos flamengos, expulsando conseqüentemente do território cearense os portugueses.

A *Capitania do Siará*, como então se chamava, não passava de um fortim erguido por Martim Soares Moreno na barra do rio Ceará, no local onde outrora existira o frágil reduto de *São Tiago*, fortificação de madeira construída à época de Pero Coelho de Sousa.

O forte de *São Sebastião* era quadrado, sem flancos especiais, com quartéis e armazéns dentro; era flanqueado por dois pequenos baluartes, também quadrados, situados nos dois ângulos diametralmente opostos.

A muralha, constituída de pedras soltas, sobrepostas sem cal, era da altura de homem e meio ou dois homens; a guarnição do forte compunha-se de 33 homens, nele havendo somente 5 peças de ferro alimentadas com alguma pólvora e munições.

Ao lado do forte havia uma pequena ermida, sob a invocação de Nossa Senhora do Amparo, e, ao redor, espalhava-se a pequena colônia nascente, simples aldeamento constituído por choças e pequenos quintais, à margem direita do rio Ceará, perto de sua foz, no local posteriormente denominado *Vila Velha*.

Limitava-se a população da colônia a poucos portugueses, aos quais somavam-se os indígenas aldeados.

Pela Carta Régia de 13 de junho de 1621, haviam sido as capitanias do Ceará, Maranhão e Pará desmembradas do *Estado do Brasil*, para constituírem o *Estado do Maranhão*, cuja instalação somente dar-se-ia a 3 de novembro de 1624.

A capitania do Ceará era portanto administrativamente subordinada ao *Estado do Maranhão*.

Entretanto, as comunicações entre a capitania do Ceará e o Maranhão eram bastante difíceis, em virtude da navegação para o Ceará somente poder ser efetuada uma vez por ano, nas monções de janeiro.

Tal fato acarretava grande demora no envio de socorros para o Ceará, o qual, após a partida de Martim Soares Moreno para Pernambuco, em 1631, entrara em

(12) O termo *presídio* significa, como sabemos, na acepção colonial, uma *praça militar*, ou, na clássica definição de Barba Alardo, "... são uma espécie de atalaias, para observação de toda a costa, de maior ou menor número de homens, segundo as circunstâncias, os quais têm por obrigação dar parte de qualquer novidade". (Cf. Luiz Barba Alardo de Menezes, "Memória sobre a Capitania Independente do Ceará Grande", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1897, tomo XI, p. 58).

processo de franca e acelerada decadência, quando se chegou mesmo a pensar na evacuação total e completa do presídio, enviando-se os soldados que o guarneciam para o Maranhão.

Domingos da Veiga Cabral foi o sucessor de Moreno no comando do forte; contudo, falto de socorros, além de politicamente incapacitado, atritara-se não somente com a pequena população lusitana, como também com os indígenas aldeados, originando isso sério perigo para a colônia nascente.

O estado de decadência da capitania cearense era tão grande, que Jácome Raimundo de Noronha, capitão-mor do Maranhão, em carta a El-Rei, datada de 23 de maio de 1637, escreve:

A Capitania do Seará está distante desta do Maranhão 150 legoas aonde senão pode hir senão hua ves no anno que he nas monssões de janeiro E por essa resão pode ser mal socorrida d'esta Capitania E agora ao prezente tive cartas do Capitão que lá está que ma mandou por terra por uns negros que com muito trabalho qa chegarão em as quais me dis estar em grande aperto Elle e os soldados e moradores que por todos devem de ser trinta pessoas brancas pello grande risco que correm suas vidas assy pellas fomes que padecem como pellos gentios E aldeas que athe gora foram nossas amigas e confederadas estarem levantadas contra nos por pratica que tem dos enemigos olandezes que estão em pernãobuquo e no Rio grande com os quais tem comercio E amizade o dito gentio e como de pernãobuquo lhe não pode hir soccorro nem de qua do Maranhão visto o grande periguo das vidas em que estão todos se ainda forem vivos devia V. magd.^e de mandar se recolhesse a gente branca com as armas e monissões que ha no forte a esta Capitania do Maranhão por quanto na parte em que estão não tem defesa nenhuma por rezão do gentio estar da parte do olandes e elles serem poucos que qualquer pataxo de enemigos que vier os ande tomar a todos V. magd.^e mandará em tudo o que for Servido. (13)

A situação da capitania cearense era tão preocupante, que poucos dias após a carta acima, mais precisamente em 29 de maio, relata o mesmo capitão-mor (Jácome Raimundo de Noronha) ao monarca o lamentável estado de absoluta carência em que se encontrava o Ceará, sem socorro já há dois anos.

Ao Seará não pude mandar este anno soccorro por falta de embarcação que tendo aviada não pode la ir e está aquella Capitania sem soccorro a dous annos, e o capitão e soldados sem missa por não haver clerigo nem frade que para la queira ir, porque os frades de Santo Antonio são todos idos desta Conquista, e contudo isso hia hu Sacerdote a confessar este anno a gente do Seará não sendo mais que dous os que estão neste convento. (14)

(13) Apud Guilherme Studart, *Detas e Factos para a Historia do Ceará*. Ceará-Colônia, Fortaleza, Typographia Studart, 1896, p. 41.

(14) Apud Studart, *op. cit.*, p. 42.

Como vimos anteriormente, haviam dois índios do Ceará, emissários de sua tribo, ido ao Recife, a pedirem ajuda ao governador holandês para a expulsão dos portugueses do Ceará; acenavam os indígenas aos flamengos com a promessa de que ali havia belas salinas, encontrando-se, igualmente, muito âmbar e algodão.

Era de interesse para a Companhia a conquista do Ceará, pois que os flamengos iam buscar sal a uma das ilhas de Cabo Verde.

Nassau, estimulado pelas vantagens que dessa conquista resultariam, como também pela vitória alcançada pelos flamengos na tomada da fortaleza da Mina, resolveu aventurar-se à nova conquista, ampliando, desse modo, as fronteiras da Nova Holanda.

Após alguma demora, aceitaram os flamengos o convite que lhes fora feito pelos emissários do maior Algodão (Amaná), aprestando uma expedição sob o comando do major Joris (Jorge) Gartsman, auxiliado pelo capitão Hendrick Huss, os quais zarparam do Recife a 14 de outubro de 1637, nos navios *Brack* e *Camphaen*, acompanhados de 126 soldados e 25 índios cearenses, com o fito de empreenderem a conquista do Ceará.

Eis como o Conselho Supremo da Companhia das Índias Ocidentais descreve esses fatos aos diretores da Companhia, na Holanda, em correspondência datada de 25 de agosto:

Chegaram aqui, há algum tempo, dois índios do Ceará, cujo bando em número de cerca de quarenta pessoas ficara no Rio Grande. Declararam ter sido pelos seus enviados para pedir-nos que tentássemos um empreendimento, pois eles queriam entregar-nos o castelo do Ceará, ajudar-nos a expelir os portugueses e fazer-nos senhores daquela região; e, para mais nos animar, disseram que havia naquelas cercanias belas salinas que podiam dar muito sal, bem como se encontrariam também muito âmbar e algodão. Estávamos bem dispostos a tentar o cometimento; mas como todos os nossos navios se achavam no mar diante da Bahia e ainda não estava finda a nossa expedição à Mina, pelo que então a ocasião não era oportuna, nem o foi desde então, contentamos os índios (com presentes) e dissemos que voltassem a reunir-se com os seus no Rio Grande, prometendo-lhes que, apenas nos pudéssemos preparar, enviaríamos uma frota ao Ceará; e assim partiram. Entretanto aguardaremos uma ocasião oportuna para de passagem apoderarmo-nos desse lugar e assim repelir os portugueses para mais longe das nossas fronteiras. (15)

Em correspondência datada de 17 de novembro, descreve o Conselho Supremo aos diretores da Companhia, na Holanda, a partida do major Gartsman. Eis, nas linhas abaixo, o relato:

FUNDADA
EM 25/03/1887
FORTAL 2-
CEARA

(15) Apud Studart, *op. cit.*, p. 42.

Em nossa carta anterior avisamos a V. S.^{as} que um bando de índios do Ceará aqui viera ter para pedir aliança conosco e nos mover a expedir tropa que tomasse o castelo e vencesse os portugueses, e assim fazermos-nos senhores daquela capitania, prometendo eles o auxílio e assistência de todos os índios, que habitam no Ceará e nas suas vizinhanças.

Por muito tempo os detivemos com boas palavras, esperando ocasião oportuna, mas como eles continuaram a insistir, e finalmente pediram que resolvêsemos, pois queriam voltar para a sua terra, examinamos mais atentamente a importância e a exequibilidade da empresa, e achamos que podia ser efetuada com uma pequena força, cuja ausência não nos enfraqueceria aqui, bem como não nos pareceu conveniente despedir esses índios malogrados no seu intento e portanto descontentes. Assim resolvemos mandar ao Ceará os iates **Brack** e **Camphaen** com 126 soldados sob o comando do major **George Gartsman**. Fizeram-se daqui à vela em 14 de outubro! Queira o Senhor Deus conceder-lhes a sua proteção! Aguardamos todos os dias a notícia dos acontecimentos, a qual não pode tardar muito. (16)

A expedição do major Gartsman chegou ao Ceará em 25 de outubro de 1637, ancorando na enseada do Mucuripe, quando tentaram efetuar o desembarque das tropas durante a tarde; todavia, em consequência da forte arrebentação, que chegou a virar os botes, adiaram os holandeses o desembarque.

No dia subsequente, acompanhados dos índios sob o comando do maior **Algodão**, o qual à noite viera conferenciar com os holandeses acerca da invasão do forte de São Sebastião, marcharam em direção ao rio Ceará, tendo ali chegado por volta das quatro horas da tarde.

Apoderando-se inicialmente de algumas casas situadas sobre uma colina, reconheceram os invasores a posição do forte lusitano, que se encontrava, desde há algum tempo, sob o comando de **Bartolomeu de Brito**, em consequência do falecimento de **Domingos da Veiga Cabral**.

Assaltada em seguida pelos batavos e seus aliados indígenas, rendeu-se a pequena guarnição do forte, composta de 33 homens, após oferecer relativa, porém baldada resistência aos atacantes, sofrendo então os portugueses a morte de alguns homens.

Desejavam os selvagens exterminar todos os sobreviventes, dissuadindo-os de tal intento os holandeses, pelo emprego da força.

Colocando no forte tomado 45 soldados sob o comando do tenente **Hendrick van Ham**, empreendeu o major Gartsman a viagem de regresso por terra, em companhia de 34 soldados, 50 índios e 18 prisioneiros, a 11 de novembro, em cuja data também embarcou o capitão **Hendrick Huss**, com o resto da tropa e dos prisioneiros, nos dois iates. Em seu regresso, visitou o major Gartsman vários locais onde asseveravam os aborígenes existirem salinas, localizando também

sítios apropriados para a extração do sal.

Principiava desse modo a primeira fase do domínio flamengo no Ceará, que se estenderia até 1644, quando, no início do ano, foram destruídos pelos nativos os fortes do rio Ceará, do Camocim e de Jericoacoara, findando assim, em uma poça de sangue, no expressivo dizer de **Câmara Cascudo**, o predomínio que o nórdico exercera na região.

Capítulo III

PRIMEIRA FASE DO DOMÍNIO FLAMENGO NO CEARÁ: ADMINISTRAÇÃO DO TENENTE HENDRICK VAN HAM

Com o fim de estabelecer a administração holandesa no Ceará, o tenente Hendrick van Ham, acompanhado de 45 soldados, 50 índios e 18 prisioneiros, partiu em 11 de novembro de 1637, em direção ao rio Ceará, tendo ali chegado por volta das quatro horas da tarde.

Capítulo III

PRIMEIRA FASE DO DOMÍNIO FLAMENGO NO CEARÁ: ADMINISTRAÇÃO DO TENENTE HENDRICK VAN HAM

*Correspondência do Conselho Supremo aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais, na Holanda, onde se descreve a conquista do Ceará. Desapontamento do tenente van Ham em relação à terra conquistada. Fracasso de sua administração. O tenente van Ham é substituído pelo *commandeur* Gedeon Morris de Jonge, profundo conhecedor da região.*

PRIMEIRA FASE DO DOMÍNIO FLAMENGO NO CEARÁ: ADMINISTRAÇÃO DO TENENTE HENDRICK VAN HAM

A primeira fase do domínio flamengo no Ceará iniciou-se, portanto, em 26 de outubro de 1637, com a tomada do forte de São Sebastião pelos holandeses.

Eis como o Conselho Supremo comunica à diretoria da *Companhia das Índias Ocidentais*, na Holanda, em carta de 13 de janeiro de 1638, o resultado da expedição batava ao Ceará:

Escrevemos na nossa carta anterior a respeito da expedição do Ceará. Deus fez a graça de abençoá-la. Tendo os nossos sarpado a 22 de outubro do Rio Grande, ancoraram a 25 na baía de Marcoripe (Mucuripe), e na tarde desse mesmo dia começaram a desembarcar, mas como os botes viraram com a arrebentação do mar, tiveram de adiar o desembarque para o dia seguinte, em que todos efetivamente desembarcaram e seguiram para o Ceará com os índios sob o mando do seu rei Algodão, que à noite viera ter com os nossos. Ali chegaram pelas quatro da tarde e primeiramente atacaram algumas casas situadas sobre uma colina junto da cidadezinha de onde podiam descobrir o forte. Viram que este era quadrado, sem flancos especiais, tendo duas torres nos dois ângulos, e o atacaram por dois lados. A muralha do forte era de pedras soltas sobrepostas sem cal, da altura de homem e meio ou dois homens, e foi imediatamente assaltada pelos nossos soldados. Apesar de alguma resistência oposta pela guarnição do forte, os nossos o tomaram, ficando alguns mortos do inimigo e da nossa gente poucos feridos.

A guarnição inimiga compunha-se de 33 homens, que os índios, já rendido o forte, queriam matar, tomando-os aos nossos soldados e oficiais, e foi necessário empregar a força para salvá-los.

Acharam-se no forte quatro peças de ferro de quatro libras e uma de duas libras com alguma pólvora e munições. Ficou aí de guarnição o tenente van Ham com 45 soldados.

O major Gartsmann, com uma parte dos soldados e índios e alguns prisioneiros (entre eles o governador e o sargento-mor), veio para cá por terra, visitando de caminho diversos sítios onde se dizia existirem salinas, e achou lugares apropriados, mas que devem ser fechados, porque com a maré ficam inundados. Em alguns achou também sal, mas como a quadra era então de maré viva, estavam debaixo d'água.

O capitão Huss embarcou o resto da tropa e dos prisioneiros nos dois iates, um dos quais - o iate em que ele se achava - chegou aqui a salvo, mas teve de atravessar a linha, subindo até a altura de 25° antes de poder regressar.

O tenente van Ham teve ordem de informar-se mais circunstanciadamente, e veremos o que a experiência nos poderá mostrar, pois, a não ser assim, não sabemos de que proveito esse lugar nos será. É certo que ali se acha âmbar, mas por isso não vale a pena manter uma guarnição no Ceará, se abaixo dele não se encontrassem salinas.

Tomado, como se acha, o Ceará, o inimigo ou os portugueses não ocupam nenhum outro lugar até o Maranhão.

Há ali várias aldeias de tupis e tapuias, aos quais na primeira oportunidade enviaremos faquinhas de ferro, tesourinhas, espelinhos, corais, etc., a ver se podemos obter alguns bons artigos e âmbar-gris. (17)

Entretanto, poucos meses decorridos da conquista do forte ou *presídio* do Ceará, já manifestava o tenente van Ham, comandante da guarnição, em carta destinada ao "bem nascido Conde e gracioso senhor", seu desapontamento e desencanto em relação à terra conquistada; o *commandeur* informava ao conde Maurício de Nassau que a terra era arenosa, sendo inadequada para o plantio da cana-de-açúcar e levantamento de engenhos.

(...) outra coisa não posso informar a V.Ex. senão que a terra é arenosa e de ruim montanha, imprópria para o plantio da cana de açúcar e levantamento de engenhos, não tem madeira nem outras coisas que dêem proveito.

Também não existem absolutamente salinas. Há, é certo, alguns lugares no interior onde se acha sal, mas de péssima qualidade, bem como outros junto da praia, que não produzem sal bastante para um carregamento. (18)

Queixava-se van Ham também dos indígenas da região, dos quais "não podia obter o mínimo serviço ou auxílio sem pagar"; eram os nativos "gente de quem pouco ou nenhum proveito se pode esperar".

Era que o nórdico, rígido, exasperava-se com a indolência e indisciplina das catervas tapuias. . .

Seus relatórios, enviados aos superiores no Recife, são pessimistas em extremo no que se refere ao Ceará; van Ham diz ser absolutamente inútil a presença flamenga na região. Em junho de 1640, quase três anos após sua chegada, extremamente decepcionado com a região sob seu comando, escreveu o *commandeur* ao Recife, solicitando sua retirada com a guarnição.

José Aurélio Câmara, em excelente monografia sobre o domínio flamengo no Ceará, busca analisar a personalidade daquele *commandeur*, o qual insistentemente

solicitava a seus superiores que o retirassem da capitania: "Faltavam àquele tenente van Ham a iniciativa, a indomável energia, o espírito pioneiro, enfim, o otimismo confiante e incansável atividade que são os atributos básicos dos grandes colonizadores e dos construtores de nações. Ele era um homem fraco esmagado pela imensidade da natureza virgem, incapaz de agir por iniciativa própria, deslocado naquela missão que lhe atribuíam, e só podia fracassar, como fracassou. A fase marcante do domínio holandês no Ceará, caberia assinalá-la o seu substituto - a personalidade forte e ativa de Gedeon Morris de Jonge. . ." (19)

Fracassando, pois, a administração do tenente van Ham, substituiriam-no por Gedeon Morris de Jonge, que é, no dizer de José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro, "a figura central do movimento holandês no norte do Brasil". (20)

Gedeon Morris era profundo conhecedor das coisas da região, sendo a pessoa mais adequada para substituir o tenente van Ham no comando do forte do Ceará.

Freqüentemente enviava cartas e relatórios à direção da Companhia, informando-a sobre as capitânias setentrionais do Brasil, ao mesmo tempo que lhe dava valiosas sugestões; isso o habilitou junto à Companhia.

Ainda em 1637 escrevera Morris um relatório sobre os estabelecimentos portugueses situados no Norte do Brasil, cujo título era: *Breve descrição apresentada aos Srs. diretores da outorgada Companhia das Índias Ocidentais, delegados à assembléia dos Dezenove, sobre os lugares situados no Brasil setentrional denominados Maranhão, Ceará, Cametá, Grão-Pará e outros rios compreendidos na bacia do famoso rio do Amazonas, onde os portugueses têm assento, com toda a disposição e circunstâncias respectivas, como deixei no último de novembro de 1636.*

Eis aqui a parte desse relatório que se refere ao Ceará:

Capitania do Ceará. Fica ao sul, entre o Maranhão e o Rio Grande. Propriamente falando não é mais do que um pequeno forte construído na costa sobre monte de terra vermelha, habitado e guardado por cerca de vinte portugueses para em caso de necessidade defenderem-no.

Esses vinte portugueses têm sob a sua sujeição uma grande nação de índios mui hábeis e espertos no achar o âmbar-gris, que é lançado em sofrível quantidade, um ano mais, outro menos, na costa entre o Maranhão e o Ceará.

De ordinário aí vão ter os navios que se dirigem para o Maranhão a fim de tomarem conhecimento da terra e em seguida navegam ao longo da costa para o lugar do seu destino.

Os proveitos que se pode obter e esperar do Ceará são âmbar-gris, alguns rolos de fumo, uma sorte de madeira que é excelente mercadoria, e certa quantidade de algodão.

Esse lugar é também muito fértil e a terra própria para cana-de-açúcar,

(17) Apud Studart, op. cit., pp. 49-50.

(18) Apud José Hygino Duarte Pereira, "Gedeon Morris de Jonge", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1896, tomo X, p. 77.

(19) José Aurélio Câmara, *Aspectos do Domínio Holandês no Ceará*, separata da *Revista do Instituto do Ceará* (1956), Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1957, p. 11.

(20) Apud José Aurélio Câmara, op. cit., p. 11.

fumo, algodão, tintas, gengibre e tudo o mais que se queira plantar; o seu ar é saudável e há abundância de mantimentos. (21)

Via Morriso Ceará, portanto, sob prisma completamente diferente do de seu antecessor. Em carta datada de 19 de março de 1638, dizia o Supremo Conselho do Brasil estar à espera de uma oportunidade para aproveitar os conhecimentos e habilidades de Gedeon Morris.

Com o fracasso da administração do tenente van Ham, pleiteou aquele para si o posto, sendo designado pela Companhia para exercer o cargo com os vencimentos de tenente, em consideração às recomendações que haviam sido feitas a seu respeito, como também ao seu bom comportamento e às suas boas qualidades, como nos informa a carta do Supremo Conselho, de 10 de janeiro de 1641.

Era a nomeação de Morris bastante adequada, pois que, homem empreendedor e ativo, conhecedor experimentado da região, com personalidade dotada de forte espírito de iniciativa, haveria de lançar-se febrilmente, tão logo aqui chegou, a descobrir salinas e explorá-las, ao mesmo tempo que preparava partidas de pau-violeta (22) e de âmbar para o transporte dos navios.

Capítulo IV

PRIMEIRA FASE DO DOMÍNIO FLAMENGO NO CEARÁ: ADMINISTRAÇÃO DE GEDEON MORRIS DE JONGE

O Conselho Supremo comunica à diretoria da Companhia das Índias Ocidentais, na Holanda, a substituição do tenente van Ham pelo *commandeur* Gedeon Morris. Morris lança-se imediatamente à procura de salinas na região sob seu comando. O sal: questão de vital importância para os holandeses. O novo *commandeur* descobre salinas na região do Camocim e comunica tal fato ao Supremo Conselho. Navegação exploratória a montante do rio Camocim. O porto do primitivo Camocim. Provável ereção dos fortes do Camocim e Jericoacoara durante esse período. Jericoacoara: testemunho vivo do domínio batavo. Algumas linhas sobre seu passado e etimologia.

(21) Apud Studart, op. cit., p. 47.

(22) O pau-violeta, no hábito linguajar dos selvagens chamado de *uguyraquitiara* ou *iburaquitiara*, era o mais importante produto vegetal da região e, conforme anota Carlos Studart, sua madeira servia, de modo admirável, à fabricação de móveis de luxo e obras de talha. Abutiam os silvícolas as árvores seculares utilizando apenas, na maioria das vezes, machados e cunhas de pedra polida, conduzindo-as, cortadas em toros enormes, sobre os ombros, para o embarcadouro, em trabalho que demandava dias e mesmo semanas de árduo esforço físico, visto que nem sempre estavam os bosques nas proximidades da costa.

PRIMEIRA FASE DO DOMÍNIO FLAMENGO NO CEARÁ: ADMINISTRAÇÃO DE GEDEON MORRIS DE JONGE

Nomeado Morris pelo Supremo Conselho para o posto de *commandeur* do Ceará, zarpou do Recife a 23 de novembro de 1640 na galeota *Fuymsluuper*. Sua partida foi comunicada pelo Supremo Conselho aos diretores da Companhia em 10 de janeiro de 1641:

A 23 do dito mês de novembro partiu daqui Gedeon Morris na galeota Fuymsluuper para estacionar no Ceará como commandeur.

Desde muito a guarnição do Ceará e o tenente van Ham, que a comandava, nos tinham pedido para serem dispensados, porquanto ali estavam desde a conquista daquela capitania, e como esse Gedeon Morris (que nos fora sumamente recomendado pela câmara da Zelândia em atenção à representação por ele apresentada a respeito da situação do Maranhão e do Grão-Pará, onde ele assistira por muito tempo) oferecia-se para o dito comando, e pelo seu bom comportamento e pelas suas boas qualidades o merecia, confiamos-lhe o cargo com vencimentos de tenente.

Acreditamos que ele prestará ali mui bons serviços à Companhia e se V. S.^{as} tentarem um dia algum cometimento contra o Maranhão e as regiões confinantes, podem esperar desse indivíduo ótimos serviços, por causa de sua experiência e conhecimento das línguas. Agora ele tenciona descobrir a costa ulterior do Ceará até o cabo Piriá e entrar em comunicação com os índios dessas regiões.(23)

Lançando-se, imediatamente após sua chegada ao Ceará, à pesquisa salineira, já em 1 de janeiro enviava Morris correspondência ao Supremo Conselho, em Pernambuco, quando lhe anunciou o descobrimento das salinas do rio *Ivypanim*, que é o atual rio Upanema, cujo curso localiza-se no território do hoje estado do Rio Grande do Norte. O portador dessa carta foi o tenente Hendrick van Ham.

Nessa região do rio *Ivypanim* encontrou Morris salinas magníficas, cujo sal

(23) Apud José Hygino Duarte Pereira, *op. cit.*, pp. 83-84.

não poderia ser carregado por cinquenta navios; segundo ele, essas salinas distavam 50 léguas a leste do Ceará e 60 a oeste do Rio Grande. As salinas descobertas por Morris situavam-se na extensa região salineira atualmente compreendida pelo município de Areia Branca, e, ao que tudo indica, já os portugueses como também os holandeses tinham vagas informações a seu respeito.

Infatigável, continua Morris a descobrir novas salinas. Em carta ao Conselho Supremo, datada de 14 de fevereiro de 1641, do rio *Janduwasu* (Janduguaçu), comunica a descoberta das salinas dos rios *Ivypanim*, *Meyritupe* e *Wararoeury*, sendo o portador da missiva James Hester, *bravo soldado, que muitos anos serve a companhia*, no dizer de Morris.

A salina de Meyritupe, apesar de localizar-se muito para o interior, era "grande e boa", e dispunha de produção anual para mais de vinte navios; a salina do rio Wararoeury também era, por sua vez, excelente.

Explorando, assim, Morris, a rica região salineira do Rio Grande do Norte, solucionou o problema capital da Companhia.(24)

O Conselho Supremo, já em 31 de março, transmitia aos diretores na Holanda as notícias recebidas sobre as salinas encontradas por aquele *commandeur*.

Febrilmente prosseguia Morris em sua atividade, à procura de novas salinas, sendo sua descoberta e posterior exploração pelo batavo o traço característico e marcante dessa primeira fase do domínio flamengo no Ceará.

Era, o sal, mercadoria de extrema importância para a Companhia, que estimulava a descoberta de novas jazidas – sobrepujando assim, de longe, todos os outros produtos que a terra conquistada poderia oferecer, como o pau-violeta, o âmbar-gris, o fumo e o algodão.

Sempre movido pelo objetivo de encontrar novas jazidas salineiras, deu Morris rumo completamente oposto às suas pesquisas, dirigindo-se para a costa

(24) Escreve Rocha Pombo: "E foi explorando o norte que Gedeon Morris descobriu em 1640 as ricas salinas de Mossoró, que resolveram à Companhia uma questão de interesse capital na vida da colônia. Desde os primeiros tempos da colonização que o consumo do sal no Brasil constituía um verdadeiro problema para o comércio e até para a administração, tendo-se de importá-lo do exterior. Mesmo depois que se começou a explorar salinas em vários pontos do norte, era preciso muitas vezes que medidas excepcionais facilitassem a distribuição do artigo pelas diversas capitanias. Não era, portanto, de estranhar a grande importância que se dava à descoberta de jazidas, e a alegria com que os holandeses a recebiam". (Rocha Pombo, *História do Brasil*, apud José Aurélio Câmara, *op. cit.*, p. 12, nota 27).

O sal era, portanto, à época, questão de vital interesse, e tal situação perdurou durante muito tempo, mesmo após o início da exploração salineira em vários pontos do Nordeste.

Ainda no século XIX era a produção de sal livre de qualquer imposto, como também o era sua exportação para outras capitanias, em virtude da Carta Régia de 27 de setembro de 1808, que, desta maneira, buscava estimular a produção de tão necessária mercadoria.

Lembremos aqui, de maneira rápida, que a Câmara Municipal de Granja, em 1815, quis instituir o imposto de 50 réis sobre cada alqueire de sal que saísse do município; tencionavam os vereadores, criando esse imposto, destinar sua renda à construção de uma cadeia para a então vila de Granja.

O Governador do Ceará, Manoel Inácio de Sampaio, em ofício destinado à Câmara Municipal da Vila de Granja, datado de 1 de dezembro de 1815, denegou a pretensão dos vereadores, visto que ia contra o espírito da mencionada Carta Régia. Enviando-lhes cópia da Carta Régia, escreveu Sampaio aos vereadores, dizendo-lhes que, como porém era necessária a construção de uma cadeia para a vila, deveriam eles procurar lançar mão de outro meio para conseguirem seu intento, sem irem de encontro às disposições reais, ou então deveriam pedir ao Soberano, como graça especial, a modificação daquela ordem real. E conclui Sampaio: "A vassalos, e principalmente vassalos portugueses (cujo brasão sempre foi e há de ser a fidelidade para com os seus Príncipes), toca unicamente pedir graça ao seu soberano e jamais será lícito alterar na mais leve circunstância o que pelo mesmo soberano se acha previsto, de que tudo espero que vossas mercês fiquem bem entendidos". (Apud João Baptista Perdigão de Oliveira, "Os Limites do Ceará. I. Questão com o Rio Grande do Norte. A Barra do Rio Mossoró", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1893, tomo VII, p. 193).

ocidental da capitania conquistada.

Ali também foi bem sucedido, localizando salinas na região do Camocim. Em 8 de outubro de 1641, enviou uma carta ao Supremo Conselho, comunicando-lhe a descoberta de mais outra boa salina, junto de *Commeni* (Camocim), distando apenas 1.700 passos da borda do mar.

Os *Dagelysche Notulen* de 28 de novembro de 1641 relatam sobre esse fato comunicado por Morris ao Supremo Conselho:

Recebeu-se uma carta de Gedeon Morris, commandeur do Ceará, com data de 8 de outubro, na qual nos comunica ter descoberto mais uma outra boa salina junto de Commeni (Camocim). A salina dista apenas 1.700 passos da borda do mar, e há aí um bom porto para navios, de sorte que podem carregar convenientemente. Acerto Jacob Cryniz, que estacionava em Commeni por parte da Companhia, já havia ele ordenado, que pusesse a seco uma boa quantidade de sal, a fim de que os navios, que lá fossem ter, pudessem encontrar carga.

Comunicou mais, que esforçar-se-ia por descobrir as regiões internas, pois havia nas vizinhanças seguramente trinta nações diversas de Tapuias, das quais apenas dez viviam em amizade conosco. Ele procuraria com afabilidade e bom tratamento atrair para o nosso lado todas as outras, e assim viria melhor a conhecer toda a situação dessas regiões.

Tinha também mandado preparar uma certa quantidade de pau-violeta, a fim de ser remetido nos primeiros navios para Holanda.(25)

Morris, como bem salientou José Aurélio Câmara, "não limitou seus esforços à localização geográfica das salinas. Examina-as, estuda-lhes as possibilidades e o rendimento industrial, e institui as normas de serviço para sua eficiente exploração. Nas cartas, demonstra não esquecer os menores detalhes no planejamento da exploração salineira. Solicita de Recife o material necessário a um trabalho de envergadura, com vistas a um aproveitamento máximo naquele setor. Faz cálculos para o aproveitamento racional do elemento indígena na indústria nascente. Explora o trabalho do índio como mais conveniente e produtivo lhe parece, defendendo a todo custo sua permanência no Ceará, quando os azares da luta exigem o reforço da indiada fora da capitania. O emprego da mão de obra indígena na faina salineira é, assim, historicamente, a primeira efetivação de *trabalho organizado*, no Ceará".(26)

Morris havia chegado à região do Camocim em agosto de 1641, como se depreende da carta datada de 4 desse mês, enviada por intermédio de James Rogs, e destinada aos membros do Supremo Conselho; nela informava ao Supremo Conselho que dentro de quatro dias partiria para *Commoci*, "a fim de examinar a situação de certas salinas e fazer cortar uma porção de pau-violeta, e indagar os demais proveitos que ali possam ser obtidos para a Companhia".(27)

(25) *Apud* José Hygino, *op. cit.*, p. 287.

(26) José Aurélio Câmara, *op. cit.*, p. 13.

(27) *Apud* Luiz da Câmara Cascudo, "Informação Geográfica do Ceará Holandês", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1941, tomo LV, p. 72.

Gedeon Morris, homem ativo e empreendedor, certamente há de ter visto de imediato as excelentes possibilidades salineiras da região do Camocim; meteuse seguramente pelo rio adentro, navegando-o até aonde lhe era possível fazê-lo, pois, como ele próprio escrevera, "esforçar-se-ia por descobrir as regiões internas, (. . .) e assim viria melhor a conhecer toda a situação dessas regiões".

Subindo a corrente fluvial, sob o regime das marés, deve ter verificado que os melhores lugares para salinas localizavam-se mais para o interior.

Os canais do rio Camocim, formando o magnífico espetáculo das virentes ilhas de mangues, devem tê-lo fascinado, como posteriormente fascinariam o piloto Manoel Roiz dos Santos, que, em 1759, conduziu do Recife ao Camocim, na sumaca *Nossa Senhora da Graça, Santo Antônio e Almas*, o desembargador Bernardo Coelho da Gama Casco, encarregado de erigir em vilas as aldeias dirigidas até àquela data pelos jesuítas.

O piloto assim descreve a região:

Tem a barra do Camossim de largo da ponta dos pontaes para fóra onde já comessa a correr o mar e se prezume perigo tres quartos de legoas de largo com dois canaes por onde se entra hum da parte do Nordeste e outro da parte do sudueste e o bayxio fica no meyo o qual ocupa mayor parte da barra com algumas pedras alagadas e o mais fundo he aréa dura fundo muy perigoso.

Tem de agoas vivas os taes canaes 18 palmos de agoa mas o bayxio he muyto comprido o qual faço ter hum bom quarto de legoa motivo porque se faz muy perigoso.

He o Rio Camossim muy aprazivel e deleitoso a vista depois que se entra dos pontaes para dentro té a sima da foz distancia de 4 legoas tudo cheyo de canaes com ilhas pelo meyo, as quaes ilhas tudo sam mangaes de mangues muyto apraziveis e dentro tudo he fundo de salam e vazadura, todos os canaes tem entradas e sahidas para o mesmo Rio e corre agoa com muyta violencia sem embargo que a sua origem seja terra planice.(28)

Em sua navegação exploratória deve ter chegado o flamengo audacioso, por fim, até aonde pôde penetrar de modo seguro com sua pequena embarcação, a saber, até o local que posteriormente denominar-se-ia *porto do Camocim*, nome que, ao depois, foi substituído pelo de *Oficinas*, em virtude dos saladeiros ali estabelecidos. Esse local foi o primitivo porto de Granja.(29)

(28) Apud Guilherme Studart, *Notas para a Historia do Ceará. Segunda Metade do Seculo XVIII*, Lisboa, Typographia do "Recreio", 1892, pp. 209-210.

(29) Isto não impede que, desde sempre, canoas e lanchões pudessem utilizar um pequeno ancoradouro situado um pouco mais para o interior, atualmente localizado no perímetro urbano da cidade de Granja; entretanto, sua utilização era extremamente perigosa devido aos obstáculos no leito do rio, os quais impediam a livre navegação perto desse porto e foram causa de inúmeros acidentes, tais como o arrombamento e inundação de canoas e lanchões que conduziam mercadorias.

Somente no século passado, mais precisamente em 1869, é que se pôde utilizar definitivamente esse porto, sob bases seguras, pois que nesse ano, a mando da Câmara Municipal de Granja, procedeu o capitão Joaquim da Penha Teixeira, pela quantia de duzentos mil-réis, ao arrasamento de duas cachoeiras formadas pela aglomeração de pedras no leito do rio, as quais obstavam perigosamente a navegação daquele trecho. (Cf. *Documentos da Câmara Municipal de Granja*, maço n° 40, anos de 1866 e 1869, Arquivo Público do Estado do Ceará).

Impossibilitados de navegarem mais além por causa dos perigosos obstáculos no leito do rio, arriaram os flamengos a âncora naquele lugar, cuja situação era magnífica para um ancoradouro, porquanto abrigado dos fortes ventos costeiros, assim como bem defendido de eventual incursão de alguma flotilha lusa.

Naquele sítio, ermo sombrio de margens escavadas, deslizava mansa e docemente o Camocim, sem a imponente e majestosa largura de seu estuário.(30)

O flamengo, agindo com prudência e acerto, deve ter feito amizade com as diversas nações de tapuias que habitavam nas cercanias, pois, de acordo com o que escrevera aos seus superiores, "esforçar-se-ia por descobrir as regiões internas, pois havia nas vizinhanças seguramente trinta nações diversas de Tapuias, das quais apenas dez viviam em amizade conosco. Ele procuraria com afabilidade e bom tratamento atrair para o nosso lado todas as outras, e assim viria melhor a conhecer toda a situação dessas regiões".

As aguadas existentes nas proximidades eram excelentes e, mesmo no pino do verão, era a água facilmente encontrável, a poucos quilômetros de distância, nos poços da *Periquara*(31) e do *Pucu*, já fora da área de influência das marés.

Nas imediações do *Pucu* declivava, em límpida corrente, escachoante e marulhoso, o rio Camocim.(32)

Apesar de Morris não fazer alusão ao fato, sugere atiladamente Câmara Cascudo, em estudo de sua autoria sobre o conhecimento que os flamengos possuíam do território cearense, que "pode-se ter dado, nesse período, a construção de um fortim às margens do Camocim, cuja existência é apenas atestada por uma carta de André Vidal de Negreiros, governador do Maranhão, em data de 3 de junho de 1656".(33)

Aliás, não somente o reduto do Camocim (onde já estacionava, por ordem da Companhia, Jacob Cryniz), mas também o de Jericoacoara devem datar sua existência da época em que Morris era *commandeur* do Ceará; o flamengo, astuto e prudente, deve ter entabulado amizade com os indígenas daquela vasta região do Camocim, que estendia-se dos ínvios sertões, ignotos e misteriosos, até às alvas praias de médãos sobranceiros ao mar – montanhas arenosas divisadas de grande distância pelos nautas que perlongavam as costas.

(30) Aqui vale a pena lembrarmos que a distância que medeia entre a cidade de Camocim e Granja, pelo rio, é de 7 léguas, ou seja, 42 km. O rio "Curiahú ou Camocim (. . .) nasce da serra da Ybiapaba, atravessa tortuosamente toda a comarca, passa pela cidade da Granja, e depois de 50 léguas de curso, deságua no oceano, 7 léguas abaixo. . ." (Thomas Pompeio de Sousa Brasil, *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, São Luiz, Typ. de B. de Mattos, 1864, tomo II, p. 226).

(31) Na *Periquara*, no rio Coreáú, há uma notável fuma, somente acessível através de mergulho; dentro dela, entretanto, encontra-se luz e respira-se com facilidade. (Cf. padre Vicente Martins, "Notícia Histórico-Chorographica da Comarca de Granja", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1911, tomo XXV, p. 188).

(32) Nesse local se construiu posteriormente a *Barragem Lima Brandão*, em 1889, obra de cantaria e cimento, erguida sobre pedras, a qual aproveitou o desnível natural do rio.

(33) Câmara Cascudo, *op. cit.*, p. 72. Aqui há um equívoco de Câmara Cascudo quanto à data correta da carta de André Vidal de Negreiros a El-Rei, que é 9 de fevereiro de 1656. Nessa carta, expõe o Governador do Maranhão a El-Rei, o motivo que teve para "fazer hu forte no mesmo Rio da Cruz, onde já os olandezes tiveram outro". Cascudo deve ter-se equivocado com a data do *Parecer* exarado pelo Conselho Ultramarino, que é de 8 de julho de 1656. (Cf. *Documentos para a Historia do Brasil e especialmente a do Ceará*, colligidos pelo Barão de Studart, Fortaleza, Typ. Minerva, 1910, volume III, p. 199 e segs.).

Em Jericoacoara, as ondas, abatendo-se contra as penedias, arremessam aos ares autêntica chuva de espuma. Antônio Bezerra, descrevendo aquele sítio, diz que os flancos do morro são cobertos de relva e argila avermelhada, o que lhe dá um aspecto sombrio.

E acrescenta o insigne historiador: "Ali os holandeses, aproveitando-se das vantagens de uma posição estratégica, assenhorearam-se do terreno e levantaram um pequeno forte, cujas ruínas ainda hoje se vêem em baixa maré". (34)

E, poucas páginas além, afirma Antônio Bezerra haver visto e admirado, em Camocim, uma peça de calibre 18, "... trazida com algum trabalho do forte de Jericoacoara pelo sempre lembrado Dr. Privat". (35)

Valiosíssimo testemunho do domínio holandês na região são estas afirmações acima.

O comandante do forte neerlandês de Jericoacoara chamava-se Jacob Evers, que haveria de morrer posteriormente, vítima de uma emboscada, no Maranhão, no combate do Outeiro da Cruz; Evers para ali fora, com o fito de reprimir a revolta surgida em território maranhense contra o domínio flamengo, levando consigo grande número de índios da região do Camocim.

Recordemos, porém, de maneira rápida, que em Jericoacoara levantou-se anteriormente um outro forte ou presídio; isto aconteceu em 1613, quando Jerônimo de Albuquerque foi desalojar os franceses que haviam-se estabelecido no Maranhão.

Naquela enseada, a mando de Albuquerque, ergueu-se pequena fortificação de pau-a-pique, a qual a expedição denominou de *Nossa Senhora do Rosário*. Somente no ano seguinte, mais precisamente em 12 de outubro de 1614, zarpou a armada com destino ao Maranhão (Periá), tendo antes incendiado a fortificação.

Há várias significações para o termo *Jericoacoara*, tais como: buraco de aves variadas (Martius); enseada da várzea dos papagaios (José de Alencar); baía das tartarugas (Varnhagen); cabo das tartarugas (Théberge), sendo, porém, a mais tradicional, segundo o douto historiador Paulino Nogueira, buraco das tartarugas, que é corruptela de *jurará* (tartaruga) e *coara* (buraco). (36)

Segundo Antônio Bezerra, Jericoacoara também já foi denominada de *Ibura quatiara*, mata do pau de cores, nome que se deu ao local pela abundância do pau-brasil ali existente. (37)

Capítulo V

LOCALIZAÇÃO DO ANTIGO CAMOCIM E DA FORTIFICAÇÃO FLAMENGA

A exata localização do Camocim da época colonial: a área de Granja e suas cercanias. O fundeadouro do primitivo Camocim: atual sítio das Oficinas. Depoimentos aduzidos que confirmam a asserção do autor: o desembargador Reimão; o roteiro do mestre piloto Manoel Roiz dos Santos; um manuscrito do século XVIII; correspondência do governador Oeynhausen ao Visconde de Anadia; excerto extraído do livro de devassas do padre José de Almeida Machado. A identificação do antigo Camocim como a área de Granja e suas imediações sugere a hipótese de o forte holandês ter sido erguido nas proximidades desta cidade. A hipótese é corroborada pelo Barão de Studart, que situa o presídio flamengo junto ao rio Camocim, no lugar Macaboqueira. Studart, entretanto, não especifica o local da fortificação. Opinião pessoal do autor a tal respeito.

(34) Antônio Bezerra, *Notas de Viagem*, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1965, p. 37.

(35) *Idem*, *ibidem*, p. 41.

(36) Cf. Paulino Nogueira, "Vocabulário Indígena em uso na Província do Ceará", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1887, tomo 1, p. 326.

(37) Antônio Bezerra, "Petro Coelho de Souza no Ceará", in *Comemorando o Tricentenário da Vinda dos Primeiros Portugueses ao Ceará. 1603-1903*, Fortaleza, Typ. Minerva, 1903, p. 19.

LOCALIZAÇÃO DO ANTIGO CAMOCIM E DA FORTIFICAÇÃO FLAMENGA

Atualmente entende-se como Camocim, em sentido restrito, a área abrangida pela cidade do mesmo nome, localizada no estuário do rio.

Todavia, na época colonial, o *Camocim*, em sentido limitado, era a área onde hoje se situa a cidade de Granja e suas cercanias. Naqueles antanhos, o *Camocim* era, portanto, bem mais para o interior, até aonde o regime das marés poderia levar as embarcações daquelas eras, relativamente pequenas e de pouco calado, que poderiam realizar a navegação a montante por muitos quilômetros.

Observemos aqui que João Baptista de Azevedo Coutinho Montauray, que governou a capitania do Ceará no penúltimo decênio do século XVIII e escreveu então excelente notícia a respeito da capitania sob seu comando, mencionando os principais rios cearenses – entre esses o rio Camocim ou da Cruz –, anota: “Todos estes rios são caudalosos, e capazes de húa grande navegação, podendo em todos entrarem comodamente Sumacas, e outras embarçaçoens, que navegação naquella Costa”.(38)

Recordemos também que o rio Camocim ou Coreaú não se encontrava em estado de doloroso assoreamento, como nos dias atuais, produzido pelo excessivo desmatamento de suas margens ao longo dos anos.

Àquela época, o fundeadouro do antigo *Camocim* localizava-se, por conseguinte, no local exato onde o rio deixava de oferecer condições de navegabilidade para a maior parte das embarcações daqueles tempos, as quais não passavam de meras sumacas, galeotas ou iates.(39)

O ancoradouro do antigo *Camocim* era, portanto, no local depois denominado de *porto do Camocim*, nome que posteriormente substituiu-se pelo de *Oficinas*, em consequência da indústria saladeiril que ali se estabeleceu no século XVIII.

As *Oficinas* eram a área delimitadora da navegabilidade; a navegação, além desse ponto, só era possível, e de modo perigoso, às canoas e lanchões, em virtude de obstáculos situados no leito do rio.

Com o fito de defendermos estas asserções, empenhemo-nos no fascinante objetivo de demonstrar claramente que o *Camocim* de antanho era a área da atual cidade de Granja e suas imediações, e que o *porto do Camocim* localizava-se no sítio atualmente denominado de *Oficinas*.

(38) João Baptista de Azevedo Coutinho Montauray, “Notícia Geral da Cappitania do Seará Grande”, in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1935, tomo XLIX, p. 87.

(39) Entenda-se aqui não como embarcação de recreio; um iate é a embarcação que aparelha com dois latinos e duas velas de proa.

A primeira testemunha em defesa de nossa tese é o desembargador Cristóvão Soares Reimão, alcunhado de *Cutia*; Reimão havia sido encarregado da medição e tombamento das datas de sesmarias nas capitanias do Rio Grande e Ceará.

O desembargador Reimão, ouvidor geral, quando de passagem pela povoação de *Santa Cruz do Curuayhú* (primitivo nome da atual cidade de Granja), aí deu audiência em 1706.(40)

Os irmãos tenente Miguel Machado Freire e Domingos Machado Freire, colonos portugueses residentes na povoação, eram sesmeiros de uma data de cinco léguas de terra na ribeira do *Camussy*, com uma légua de largo, no lugar denominado *Yguarassuy* (Jaguaraçuí, atual Campanário); em consequência da demarcação das terras, "entraram os irmãos Machado Freire em litígio com os padres jesuítas, cujas terras invadiram, dando queixa contra estes ao ouvidor geral desembargador Cristóvão Soares Reimão..."(41)

Reimão, em seu despacho, aliás contrário aos jesuítas,(42) data-o de *Santa Cruz do Curuayhú e Camusy*,(43) 12 de outubro de 1706, em *prova manifesta e evidente de que a povoação de Santa Cruz do Curuayhú (atual Granja) também se chamava Camocim*.

Como se isto não bastasse para situar o antigo Camocim em Granja e suas imediações, há a declaração clara e evidente do piloto Manoel Roiz dos Santos, que, como vimos anteriormente, em 1759 trouxe do Recife ao Camocim, na sumaca *Nossa Senhora da Graça, Santo Antônio e Almas*, o desembargador Gama Casco, encarregado de fundar vilas nas aldeias até então dirigidas pelos jesuítas – entre outras, a aldeia da Ibiapaba, erguida vila a 7 de julho daquele ano, com o nome de Vila Viçosa Real.

Mencionando as distâncias da região, diz o piloto que *do Camocim à barra são sete léguas*.(44) É justamente a distância de Granja até à foz.

Busquemos demonstrar convincentemente que o *porto do Camocim* referido naqueles antanhos, era o local depois denominado de *Oficinas*, nas cercanias de Granja, e não situado no estuário do rio.

Um importante manuscrito do século XVIII – *rico manuscrito*, no dizer de Varnhagen –, o qual encontra-se na Biblioteca Real da Ajuda, em Lisboa, traz valiosas informações sobre a capitania de Pernambuco e as que lhe eram anexas; esse manuscrito, cujo autor é desconhecido, estende-se até o ano de 1788, e, na parte que se refere ao Ceará, intitulada *Breve notícia da Capitania do Seará Grande*, transmite-nos substanciais e detalhados informes, tais como dados estatísticos,

(40) Studart di-lo chegado ao Ceará em 1707, no que é contestado, com muito fundamento, por Antônio Bezerra. (Cf. *Algumas Origens do Ceará*, Fortaleza, Typ. Minerva, 1918, p. 238).

(41) Padre Vicente Martins, "O Hospício dos Jesuítas de Ibiapaba", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1928, tomo XLII, p. 161.

(42) Desprezando uma data de duas léguas de terra que lhes fora concedida pelo capitão-mor Gabriel da Silva Lago, Governador da Capitania do Ceará-Grande, através de despacho de 2 de setembro de 1706, considerou Reimão leis anteriores, que concediam para cada aldeia uma légua de terra, mandando por conseguinte que se lhes demarcasse somente uma légua de terra em quadro, no lugar do poço *Guyraquatara* (Bracutiara), onde se localizava a missão jesuítica.

(43) Cf. padre Vicente Martins, *op. cit.*, p. 168.

(44) Cf. Studart, *Notas para a História do Ceará*, cit., p. 210.

rendimento dos dízimos, mapas da população e várias outras notícias.

Destaquemos um pequeno trecho do precioso manuscrito em apreço, quando o autor trata da freguesia de São José da Macaboqueira:

A Igreja matriz (que é muito asseada) fica meia legoa do Porto de Camossi, e pelo seu commercio tem já sufficiente Povoação: tem segundo o rol da desobriga de 1763, 3 capellas filiaes, 70 fazendas, 225 fogos, 1358 pessoas de desobriga.(45)

Pela leitura do trecho acima vemos claramente que o porto do Camocim era nas proximidades de São José da Macaboqueira (atual Granja),(46) distante apenas 3 km da Igreja Matriz.

Outra prova inconcussa de que o porto do Camocim localizava-se nas proximidades da atual cidade de Granja, é o trecho de uma carta escrita da vila da Fortaleza do Ceará, em 30 de maio de 1806, pelo então Governador do Ceará, João Carlos Augusto de Oeynhausén, futuro senador pelo Ceará e Marquês do Aracati; a correspondência é destinada ao Visconde de Anadia, Ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos, e nela descreve Oeynhausén a capitania sob seu comando. Destaquemos, nas linhas abaixo, o seguinte trecho da citada correspondência:

O Porto do Camocim he o emporio de todos os generos que produz a Ribeira do Camocim, o districto da Villa da Granja, e o Districto de Villa Viçosa, e no giro de seu negocio andão annualmente duas ou trez Sumacas que levão e trazem de Pernambuco os generos que já ficão ditos, e todos os Negociantes que nestes quatro Portos embarcão os dittos generos e que fazem esta negociação vão quazi todos os annos á Praça de Pernambuco ajustar contas com os daquela Praça (...)(47)

Para finalizar este ponto, transcreveremos a seguir um excerto extraído de

(45) "Idéa da população da Capitania de Pernambuco e das suas annexas, extensão das suas costas, rios e povoações notaveis, agricultura, numero dos engenhos, contractos, rendimentos reaes, augmento que estes tem tido etc. etc., desde o anno de 1774, em que tomou posse do governo das mesmas capitanias o governador capitão-general José Cesar de Meneses", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1890, tomo IV, p. 169.

(46) Vem bem a propósito mencionarmos aqui o fato de que o estuário do Camocim (local onde hoje se ergue a bela e próspera cidade de Camocim) era, então, lugar quase despovoado, habitado apenas por alguns poucos indigenas; o porto de Camocim, no sentido moderno (localizado na restrita área abrangida pelo estuário), só veio a desempenhar papel de importância a partir da metade do século XIX, quando principiaram a fundear ali os grandes vapores da *Companhia Pernambucana* e da *Companhia Maranhense de Navegação a Vapor*.

O primeiro vapor da *Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor* ali entrado, foi o *Marquês de Olinda*, em 1855, comandado pelo piloto Antônio Maciel, seguindo-se-lhe, em 1859, o vapor *São Luís*, da companhia do Maranhão. Somente a partir daí é que, como fazemos questão de deixar bem esclarecido, começou a preponderância daquele porto sobre o porto fluvial de Granja, antigo porto do Camocim. (V. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, XVI volume, planejada e orientada por Jurandyr Pires Ferreira, Rio de Janeiro, Oficinas do Serviço Gráfico do IBGE, 1959, p. 111).

(47) "Administração de João Carlos Augusto d'Oeynhausén no Ceará", Documentos da Collecção Studart, in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1926, tomo XL, p. 173. Os quatro portos de que trata Oeynhausén são: Aracati, Fortaleza, Acaracú (atual Acaraú) e Camocim.

Julgamos desnecessário lembrar que o porto do Camocim sobre o qual escreve Oeynhausén, é situado nas imediações de Granja, pois que àquela época era o estuário um local ermo. Vem a propósito citarmos aqui Antônio Bezerra, que, em 1884, viajando em comissão do governo provincial ao norte do Ceará, escreve o seguinte sobre Camocim, então vila: "... não há ainda oito annos, existiam apenas dois armazéns velhos das companhias costeiras e um ou outro casebre de pescadores". (Cf. Antônio Bezerra, *Notas de Viagem*, cit., p. 39)

um livro de devassas, onde o padre José de Almeida Machado escreveu sobre as freguesias do Ceará por ele visitadas, nos anos de 1805 e 1806.

Tratando sobre a freguesia de São José da vila da Granja, cuja visita abriu-se a 29 de junho de 1806 e findou no dia 30 do mesmo mês, escreve aquele eclesiástico: "A sua Matriz está fundada no lugar chamado Macaboqueira próximo ao Rio Coreaú e distante do porto do Camocim meia legoa".(48)

Distante meia légua (3 km) do porto do Camocim!

Julgamos haver demonstrado, com clareza e objetividade, que o *porto do Camocim*, no período colonial, nome posteriormente substituído pelo de *Oficinas*, não se localizava no estuário do rio (onde hoje se ergue a moderna cidade de Camocim), pois que aquele sítio era quase desabitado e de escassa aguada.

Está, pois, cristalinamente provado que o porto ou ancoradouro do Camocim, na época colonial, situava-se no lugar atualmente chamado de *Oficinas*, e que o antigo *Camocim* era Granja e suas cercanias.

A demonstração por nós efetuada, de que o *Camocim*(49) referido na historiografia colonial situava-se na área atualmente compreendida pela cidade de Granja e seus arredores, é de extrema importância para um estabelecimento mais preciso e correto do sítio onde se localizava o forte ou presídio que os flamengos ergueram às margens do Camocim.(50)

Ora, tal identificação faz com que levantemos aqui a hipótese de que a praça militar holandesa estivesse situada nas vizinhanças da atual cidade de Granja.

E, com efeito, refere-se o Barão de Studart a esta fortificação, quando alude aos "*Hollandezes, que haviam feito um presídio junto ao rio Camossim no lugar Macaboqueira...*"(51) E acrescenta Studart, em nota ao pé da página: "Referindo-se a esse presídio da Macaboqueira em carta de 18 de Janeiro de 1767 a El-Rei diz Borges da Fonseca que *era o único que então se conhecia nesta dilatada costa*".(52)

Studart, entretanto, não especifica o local do presídio holandês; o que talvez nos trouxesse maiores esclarecimentos sobre o lugar exato do presídio, seria essa carta de Borges da Fonseca (capitão-mor Governador do Ceará) a El-Rei, citada por Studart.(53)

(48) Padre José de Almeida Machado, "Notícia das Freguezias do Ceará visitadas pelo P.^e José de Almeida Machado nos annos de 1805 e 1806, extrahida d'um livro de Devassas que serviu na Visita", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1902, tomo XVI, p. 202.

(49) É desnecessário dizermos aqui que não nos referimos neste passo ao termo *Camocim* em sua acepção lata, ou seja, nome designativo para o rio Camocim, que, como sabemos, abrange uma extensa área que se estende do estuário até uma parte do seu curso médio, a qual não se pode determinar com exatidão, quando, então, passa a ser chamado de rio Coreaú.

(50) O erro em se entender o antigo *Camocim* como sendo necessariamente situado na área do estuário (local da cidade de Camocim), induziu alguns renomados historiadores, tais como Carlos Studart Filho, a suporem a localização do forte holandês na barra do rio Camocim.

(51) Studart, *Notas para a História do Ceará*, cit., p. 311.

(52) *Idem*, *ibidem*, p. 311, nota 2.

(53) Pela coincidência da data, do remetente e do destinatário, que são os mesmos, acreditamos tratar-se essa carta de Borges da Fonseca, muito possivelmente, do documento n.º 1.000 da *Coleção Studart*, a saber: *Carta de Borges da Fonseca a El-Rei requisitando capellão, medico e remedios para as praças do prezidio da Fortaleza de N.ª S.ª d'Assumpção*. 18 de Janeiro de 1767. V. 1.º, p. 188 (Cf. *Relação dos Manuscritos, Originaes e Copias, sobre a Historia do Ceará que constituem a Collecção Dr. Guilherme Studart*, Lisboa, Typographia do "Recreio", 1892, p. 109).

Esta carta que, como dissemos acima, provavelmente elucidaria com maior precisão a localização do presídio holandês da Macaboqueira, é, lamentavelmente, um dos inúmeros documentos pertencentes à *Coleção Studart* que, após o falecimento do ilustre historiador, foram destruídos pela ação do tempo.

Há uma forte razão, que nos é imposta pela lógica, para acreditarmos serem as *Oficinas* o sítio escolhido pelos flamengos para erguerem um reduto – é que construiriam-no necessariamente próximo do porto onde ancoravam suas embarcações, pois que não as deixariam ao desamparo, desguarnecidas, expostas ao ataque de eventuais inimigos ou à sanha de seus aliados tapuias, notoriamente tão inconstantes de ânimo.

Ergueriam-no, por conseguinte, no *porto do Camocim* (atual *Oficinas*), ou, quando muito, em suas *proximidades imediatas*, eis o corolário lógico que se nos impõe.

Mera tranqueira levantada às margens do Camocim, ou fortificação construída de maneira mais sólida?

Ora, a correspondência de Borges da Fonseca a El-Rei – mais de um século após a ocupação flamenga –, onde aquele governador refere-se ao presídio holandês da Macaboqueira, asseverando ser *o único que então se conhecia nesta dilatada costa*, denota, de modo indiscutível, que a fortificação flamenga era de sólida construção, havendo deixado vestígios.

Lamentavelmente as fontes históricas não nos oferecem maiores detalhes sobre o reduto que os holandeses ergueram junto ao rio Camocim, no lugar posteriormente denominado de *Macaboqueira* ou em suas imediações; apenas podemos depreender que tal bastião, ali erguido, possibilitava a defesa segura daquela *costa* (termo aqui empregado no seu sentido mais amplo, ou seja, até o exato lugar onde o rio deixava de oferecer condições de navegabilidade às embarcações da época), facilitando também o acesso e exploração à Ibiapaba distante, fascinante e misteriosa.

CAPÍTULO VI

A SELVAGEM REGIÃO DO ANTIGO CAMOCIM

O *Camocim* é um rio que nasce no município de Ibiapaba, no Estado do Ceará, e corre para o norte, onde se despeja no mar. O rio é muito largo e profundo, e a sua margem esquerda é muito alta e íngreme. A margem direita é mais baixa e plana. O rio é muito fértil e produz muita cana-de-açúcar. A margem esquerda do rio é muito alta e íngreme, e a margem direita é mais baixa e plana. O rio é muito fértil e produz muita cana-de-açúcar. A margem esquerda do rio é muito alta e íngreme, e a margem direita é mais baixa e plana. O rio é muito fértil e produz muita cana-de-açúcar.



CAPÍTULO VI

A SELVAGEM REGIÃO DO ANTIGO CAMOCIM

*O abandono da região setentrional da possessão lusitana. Requerimento de João de Barros a El-Rei. Gauleses e flamengos praticam intenso escambo com os indígenas na região do Camocim. Uma página de história colonial: o primitivo comércio. A França Equinocial, poderosa feitoria bretã em terras maranhenses, estende seus tentáculos na região do Camocim. A expedição de Pero Coelho expulsa os franceses da Ibiapaba. D. Diogo de Menezes, governador-geral do Brasil, sugere ao monarca a criação de uma capitania com sede no porto do Camocim. Diogo de Campos Moreno, autor da *Jornada do Maranhão*, relata a existência de ruínas de pedra e cal encontradas pelos soldados de Jerônimo de Albuquerque à entrada do rio Camocim. Thomaz Pompeu Sobrinho supõe serem tais ruínas vestígios de edificação gaulesa. Pompeu Sobrinho anota a existência de outras ruínas de pedra, situadas no sopé de um serrote, um pouco além da cidade de Granja. O diário de bordo do traficante flamengo Hendryck Cop. A selvagem região do Camocim. Tremembés, tabajaras e acoançus. Fauna e flora. Breve digressão poética.*

A SELVAGEM REGIÃO DO ANTIGO CAMOCIM

Muito antes do domínio flamengo na região, especialmente ao longo de todo o século XVI e primeiro quartel do século subsequente, em virtude do abandono em que jazia imensa faixa costeira do meio-norte, todo aquele trato esteve sujeito aos gauleses, os quais fundaram feitorias, praticando intenso e ativo escambo com os aborígenes.

João de Barros, filho do cronista homônimo, em requerimento a El-Rei, alude às repetidas incursões empreendidas pelos franceses às costas nordestinas e, muito especialmente, à sua capitania, cujo território, quase pela metade, estava situado no Ceará:

(...) é necessário mandar povoar esta capitania antes que os franceses a povoem, os quaes todos os annos vam a ella a carregar brasil (...) e fazem já casas de pedra em que entram em terra fazendo commercio cō o gentio. E os annos passados estiverã nesta capitania dezasete naos de França a cargo e sam tantos os franceses que vem ao resgate que até as raizes do pau brasil levã por que tinge mais as raizes do pau que nace nesta capitania que do pau das outras capitãias e sempre val dobrado do outro brasil.(54)

A região do Camocim, imenso trato que, *lato sensu*, se estende das arenosas costas até aos invios sertões, foi, portanto, bem antes de estar sujeita ao jugo dos flamengos, território onde o gaulês audaz praticou intenso escambo com os selvagens, desafiando, desse modo, abertamente, as rígidas leis peninsulares.

Os franceses e, em menor escala, os holandeses, comerciavam livremente nessas vastidões completamente desamparadas pelas armas lusitanas.

Mais habéis que os portugueses no trato com os indígenas, astuciosos e práticos, ganhavam a confiança dos nativos, obtendo sobre estes até mesmo notável predomínio, chegando a estabelecer feitorias em diversos pontos da terra ignota, internando-se mesmo pelos sertões pouco palmilhados.

Desembarcando para refrescar e fazer aguada, aí traficavam os europeus com os bárbaros habitantes da terra, fascinando-os com os produtos do Velho Mundo, como tecidos, machados, foices, pás, cavadores, alavancas, facões, facas, miçangas de todas as espécies e das mais variadas cores, anzóis, pentes e pequenos espelhos. Os nativos, em troca, davam-lhes os produtos da terra, tais como o tabaco – cujo uso já estava difundido na Europa –, frutas, plantas, caças, peixe seco, óleos balsâmicos, âmbar, artefatos indígenas, bem como uma infinidade de aves das mais variegadas e ricas plumagens, particularmente papagaios, cujo colorido vivo da plumagem era extremamente apreciado pelos brancos.

(54) Apud Thomaz Pompeu Sobrinho, *Protohistória Cearense*, 2.^a edição, Fortaleza, Edições UFC, 1980, pp. 112-113.

Carlos Studart Filho escreveu interessante estudo sobre este primitivo comércio durante a época colonial, do qual destacaremos o seguinte trecho:

Daqui, exportavam-se também fios de algodão, algodão em rama, redes, pimenta, gengibre e toros de madeira de tinturaria, de talha e de lei, de variadas espécies fitológicas.

Havia com efeito, nas agrestes matarias da terra, paus de cor amarela, a que os nativos denominavam *tatajuba*, roxa, chamados ainda hoje "pau-violeta", vermelha e negra. Estes tinham o nome bárbaro de *uwagug* e davam uma substância corante de belíssimo tom azevichado.

A *tatajuba*, comum nas cercanias do Mucuripe e barra do rio Ceará, servia à confecção de obras de entalho e nos trabalhos de ensamblagem.

O mais importante produto vegetal que a região oferecia ao tráfico era, todavia, o pau-violeta, conhecido em França por "bois de mandril" ou "bois violet".

Nomeavam-no *uguyraquatiara* ou *iburaquatiara* os nossos incólas.

A madeira citada não fornecia matéria corante, mas servia, admiravelmente, à feitura de móveis de luxo e ao fabrico de obras de tauria. Seu ponto de maior produção era, até 1610, a barra do rio da Cruz. (55)

Vemos, portanto, que a região do rio da Cruz – esta foi uma das primitivas denominações dadas pelos europeus ao rio Coreaú ou Camocim, como veremos adiante –, até 1610 era o ponto de maior produção do pau-violeta, denominado pelos gentios de *uguyraquatiara*, madeira extremamente apreciada pelos estrangeiros, que a traficavam em abundância naquela ribeira. (56)

Derrotados no Sul, refluíram os normandos para o Norte, estabelecendo poderosa feitoria, a *França Equinocial*, em terras do Maranhão, de onde principiaram seu processo de expansão nas regiões setentrionais, fortificando-se na Serra da Ibiapaba, sob o comando de Adolfo de Mambille.

Era, portanto, o vasto território da ribeira do Camocim, perlustrado pelos gauleses, os quais, internando-se profundamente pelos sertões, exerceram forte predomínio sobre os gentios da região, aliando-se inclusive aos tabajaras da Ibiapaba.

Todo aquele imenso trato esteve, por conseguinte, sujeito ao entrelopo gaulês, ali estabelecido com feitorias, bem antes que os flamengos conquistassem a ribeira, erguendo uma fortificação às margens do Camocim.

Naquelas vastidões viviam livremente os filhos da Bretanha, sem as ferropéias impostas pela civilização, praticando escambo com os nativos e explorando as riquezas naturais da região, rouçando impunemente as indíge-

(55) Carlos Studart Filho, "Páginas Inéditas da História Colonial. Primitivo Commercio Marítimo do Ceará", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1937, tomo LI, p. 311.

(56) Testemunho vivo e expressivo da grande quantidade de pau-violeta outrora ali existente, é o topônimo *Bracutiera*, antiga *Guyraquatiara*, que designa o local onde o padre Ascenso Gago, em fins do século XVII, após ter-se retirado da *lepera*, estabeleceu uma missão jesuítica; em suas proximidades, um pouco mais acima, às margens do rio, localizava-se o poço também denominado de *Bracutiera*.

nas pela mataria erma.

Tão grandes eram a influência e o domínio franceses em toda aquela região que, em 1603, durante a administração de D. Diogo Botelho, oitavo governador-geral do Brasil, empreendeu-se uma expedição à Serra da Ibiapaba, sob o comando de Pero Coelho de Sousa, nobre açoriano residente na Paraíba e homem afeito às aventuras guerreiras, com o fito de expulsar dali os invasores.

A expedição, composta de 65 soldados e 200 índios tabajaras e potiguaras, hábeis flecheiros cujos chefes eram Mandiocapuba, Batatã, Caragatim e Caraquingira, seguiu por terra, jornadaando ao longo da costa, ao passo que três caravelões com mantimentos e munições navegaram para a foz do Jaguaribe, dali partindo para o Camocim, tocando na barra do rio Ceará, Outeiro dos Cocos, Enseada Grande do Âmbar e Mata do Pau de Cores (Iburaquatiara). Em um dos caravelões seguia Tuimirim, francês de larga experiência no conhecimento de toda aquela costa e hábil intérprete da língua indígena.

A expedição de Pero Coelho, chegando à barra do rio Camocim, seguramente há de ter remontado o curso fluvial, acompanhada pelos três caravelões, até aonde lhes era possível a navegação, ou seja, até o porto do Camocim, atualmente denominado de *Oficinas*, infletindo, a partir desse ponto, para a serra distante, onde chegou em janeiro de 1604.

Após renhidas lutas, foram os franceses e seus aliados indígenas – tabajaras chefiados por Diabo-Grande (Juripariguaçu) e Mel-Redondo (Irapuã) –, vencidos por Pero Coelho, aprisionando este muitos nativos e também dez gauleses.

O extremo abandono em que se encontravam as costas setentrionais do Brasil, mais de um século já decorrido de sua descoberta, motivou D. Diogo de Menezes, então governador-geral do Brasil, respondendo a uma consulta de Sua Majestade a respeito da conquista do Maranhão e repartição das terras respectivas, a propor ao monarca a idéia da criação de 3 novas capitanias além do Rio Grande até o Maranhão, situando-se as duas primeiras em costas cearenses, ao passo que a última delas já seria em território maranhense.

As duas capitanias cearenses seriam a *capitania do Jaguaribe*, com 70 léguas de costa, do rio Guararaú (o mesmo *Guaraug* de Diogo de Campos Moreno) ao rio Upessém, e a *capitania do Camocim*, com sede no porto do Camocim, com 64 léguas de costa, do rio Upessém ao rio Mondaú. (57)

A carta de D. Diogo de Menezes, escrita da Bahia em primeiro de março de 1612, assim se expressa sobre a capitania cujo centro seria o Camocim:

Outra capitania se podera fazer do rio Upessem ate o Rio Mondahu correndo a costa na volta do maranhão sessenta legoas pouco mais ou menos e esta capitania se podera fazer no rio Camozi, que he uma notavel ponta onde está um porto de grande importancia que hé necessario impedir-se aos estran-

(57) Que não é o atual Mondaú, e sim o rio Timonha, como já demonstrou Pompeu Sobrinho em interessante artigo. (Vide Thomaz Pompeu Sobrinho, "Vicissitudes da Costa Cearense", in *Revista do Instituto do Ceará*, 1946, tomo LX, pp. 116-184).

Naquele tempo o rio Mondaú tinha o nome de *Mondetyuba* (em alguns mapas coevos *Mundeyta*). O velho Mondaú corresponde, portanto, ao atual Timonha, que no mapa de Henricus Hondius (1636) tem o nome de *Morandau*.

geiros, a mais desta capitania ficara correndo pellas fraldas da grão serra de Guapaba, da qual a fertilidade e grandezas he notavel, e mior sabida.(58)

Vem bem a propósito referirmos aqui, com o fito de demonstrar o abandono em que jazia dilatado trato do meio-norte brasileiro, que Diogo de Campos Moreno – sargento-mor do Estado do Brasil e tio de Martim Soares Moreno –, autor da *Jornada do Maranhão*, onde relata os trabalhos da expedição que, sob o comando de Jerônimo de Albuquerque, foi enviada ao Maranhão com o intuito de expulsar os gauleses ali estabelecidos com poderosa feitoria, alude a ruínas de pedra e cal encontradas pelos soldados de Albuquerque, em 1614 (muito antes do domínio holandês na região), à entrada do rio Camocim.

Destaquemos os seguintes trechos extraídos da *Jornada do Maranhão*:

Albuquerque (...) chegou ao Siará o anno de 613, donde levou consigo ao Capitão Martim Soares, que com facilidade se lhe offereceu para reconhecer tudo o que faltava da costa até o Maranhão, e que entraria no mesmo rio, e com toda a brevidade possível tornaria a dar aviso se podesse, que entretanto seria bem povoar-se o Camuri, que era um rio naquellas partes de muito nome, e muito proximo á grande Serra de Buapaba, e dos Teremembés, com os quaes era mui necessario assentar pazes.

Partido Martim Soares, o dito Jeronymo d'Albuquerque se foi ao Camuri, e não achando cómodo para povoar por ser toda a terra mísera, secca, e sem agoa para beber, se tornou atraz cousa de oito legoas á bahia das Tartarugas chamada Peruquaquará, e alli assentou hum povoação; (...) (59)

Sendo tal como dito he esta enseada das Tartarugas esparcelada, perigosa, e de pouco abrigo pareceu bem que a Armada, e toda a gente della, e do presidio se parasse ao porto do Camuri, oito leguas mais adiante para alli se tomar assento nas coisas da viagem, e no socorro dos Indios Tabajares da Buapaba, com quem o Capitão Mór assegurava ter feito grandes amizades, (...) (60)

Finalmente para em tudo sahir com o prunio na mão conforme ao Regimento do Governador, e as forças daquela Armada, e assim para este effeito tratarão de mandar reconhecer de novo o Camuri por terra para se passarem á elle: mas como as seccas de aquelle anno fôrão mui grandes, achou-se, que não havia agoa para beber, nem folha verde com que se cubrirem, e que a barra era mui perigosa, e que na entrada tinha humas ruínas de pedra, e cal, como que em algum tempo houvesse sido povoada de gente de Europa; as quaes coisas denotavão não ser aquelle posto de cobiça. Se bem he verdade, que alli entravão

algumas embarcações pequenas a resgatar o páo Cutlará, de que os Indios davão noticia haver alli muito.(61)

Thomaz Pompeu Sobrinho, tratando sobre essas ruínas de pedra e cal à entrada do rio Camocim, mencionadas por Diogo de Campos, supõe, com bastante probabilidade, representarem vestígios de construção erguida pelos franceses. Escreve o ínclito autor:

É muito provável que as misteriosas ruínas de Camucim tivessem as suas origens numa daquelas construções de cal e pedra feitas pelos franceses. Devem traduzir a importância e as esperanças que os gauleses tinham no seu entrelopo ali.

No interior daquela mesma região, um pouco além da cidade de Granja, visitamos há anos umas curiosas ruínas de pedra, restos de uma casa com paredes muito grossas, porém caprichosamente confeccionadas e de boa altura. Estas ruínas, situadas no sopé de um serrote, são de origem absolutamente desconhecida e tão misteriosas quanto as de Camucim. A falta de recordação que as envolve indica tratar-se de construção anterior à colonização local, e bem podem elas estar relacionadas com as tais "casas de pedra em que entram em terra" os franceses.(62)

Quanto a essas outras ruínas de pedra, restos de edificação com paredes muito grossas e situadas no sopé de um serrote, um pouco além da cidade de Granja (lamentavelmente Pompeu Sobrinho não especifica a direção), seriam vestígios de uma feitoria gaulesa, como supõe o ilustre autor?

Ou teria Pompeu Sobrinho vislumbrado as ruínas da fortificação holandesa erguida às margens do Camocim?...

Encerremos, prudentemente, estas linhas...

Embora militarmente vencidos em 1604 pelos lusitanos, continuaram os normandos a traficar com os aborígenes na ribeira do Camocim, em ostensivo desafio às leis portuguesas.

Tal fato é incontestável, porquanto o diário de bordo do traficante Hendryck Hendryckssen Cop, holandês que ali esteve em 1610, em companhia do capitão Claes Adriaenssen Cluyt, de Ackersloot, com o objetivo de obter produtos da região, relata sobre uma chalupa francesa que, certamente por não possuir agentes de escambo em terra, permaneceu seis meses na barra do rio Camocim, à espera de um carregamento de pau-violeta:

A partir de la haute pointe nous longeâmes le bord jusque dans la rivière de Camucipe où nous mouillâmes à 4 brasses. La bouche de la rivière remonte vers le sud-sud-est.

(58) D. Diogo de Menezes, "Carta de Dom Diogo de Menezes a El-Rei sobre a Conquista do Maranhão", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1909, tomo XXIII, p. 67.

(59) Diogo de Campos Moreno, *Jornada do Maranhão*, apud Candido Mendes de Almeida, *Memórias para a Historia do Extincto Estado do Maranhão*, cujo território comprehende hoje as Provincias do Maranhão, Piahy, Grão-Pará e Amazonas, colligidas e annotadas por Candido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, Nova Typographia de J. Paulo Hildebrandt, 1874, tomo segundo, p. 166.

(60) *Idem*, *ibidem*, p. 184.

(61) *Idem*, *ibidem*, p. 185. Desnecessário se dizer que, provavelmente por erro de transcrição, Camocim está grafado Camuri; Peruquaquará é Jericoacoara, e Buapaba indica a Ibiapaba.

(62) Thomaz Pompeu Sobrinho, *Protohistória Cearense*, cit., p. 113.

En sortant de la rivière nous passâmes à côté d'une dune rouge.

La moindre profondeur à marée haute était de 2 brasses. Nous y trouvâmes une chaloupe qui y attendait depuis 6 mois du bois de madriel ou bois violet, dont on se sert en France dans la menuiserie. Ce bois ne donne pas de matière colorante.(63)

Era este, portanto, o território onde os flamengos vieram se estabelecer, erguendo às margens do Camocim (conforme o Barão de Studart, *no lugar Macaboqueira*, que é a antiga denominação de Granja), por volta de 1641, um reduto, cuja construção realizou-se, possivelmente, a mando de Gedeon Morris de Jonge.

Provavelmente nessa mesma época ergueram os flamengos, sob as ordens do mesmo *commandeur* Morris, um fortim em Jericoacoara, guarnecendo-os ambos.

Em busca das riquezas e produtos que a terra podia oferecer, explorando as salinas da região, fixaram-se os neerlandeses naquelas solidões outrora percorridas pelos normandos.

A região do Camocim, vastíssimo trato que, partindo das arenosas costas orladas de médãos interna-se pelos sertões ignotos e misteriosos, habitada na faixa litorânea e suas proximidades pelos tapuias da nação *tremembé*(64) e, na Serra da Ibiapaba, pelos *tabajaras* e *acoançus*, fixados estes na ponta que inflete para o mar, era, então, território selvagem, onde se ouvia, rompendo o silêncio noturno, o bramido esfaimado do canguçu sanguinário no boleado dos cerros ou nas rechãs dos serrotes, à caça da alimária desgarrada ou do selvagem errante.

Aquelas amplidões, que eram percorridas pelas catervas indômitas em algaras ruidosas ao longo da ribeira, exibiam aos olhos alumbrados dos flamengos – nunca saciados de contemplá-las – as mais variadas e diversas paisagens: na costa, sob o revérbero da intensa luz tropical, o mar, singrado na linha do horizonte por solitária embarcação cujas velas enfunavam-se aos ventos, possuía a cor azul-ferrete, que contrastava belamente com o alvo litoral pontilhado de dunas; penetrando-se nos sertões, às extensas planícies de carnaubais sucediam-se, iluminados pela límpida imprimadura dos dias de verão, monótonos tabuleiros, sobre os quais, muito alto, um gavião solitário fazia circunvoluções em vôo planado, em busca da presa; em torno das viridentes várzeas tinham sua morada as garças graciosas ou espantadiças emas; além, eram caatingas adustas e comburidas ou um tijuco pestilencial, evitado pelos nativos; nas cerradas matas ou nos serrotes plenos de rechãs, açoitados pelas ventanias que, durante o estio, em ásperas lufadas, erguiam aos céus, em

(63) *Apud* Hessel Gerritsz, "Extractos do Manuscrito de Hessel Gerritsz publicado nos Annaes da Bibl. Nac. do Rio de Janeiro (1907)", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1912, tomo XXVI, p. 7.

(64) Dissertando Pompeu Sobrinho sobre os primitivos habitantes das costas nordestinas, assevera: "Das praias do Mundaú até além do delta do rio Parnaíba vivia uma nação numerosa e ousada de *tapuias*, a dos índios *tremembés*, composta de homens fortes, exímios pescadores e valentes guerreiros". (Vide Thomaz Pompeu Sobrinho, "Povoamento do Nordeste Brasileiro", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1937, tomo LI, p. 107).

turbilhões, finíssima poeira, imperava o jaguar indômito. . .

E, à distância, entestando com o poente, a alcantilada serra da Ibiapaba, de espantosa fertilidade, a *Ussuapaba* dos flamengos.

Pelo litoral e suas vizinhanças errava numerosa e ousada nação de *tapuias*(65) – a dos índios *tremembés*, também denominados de *teremembés*, *taramembés*, *tremembees* e *tramembés*; aguerridos e extremamente fortes, possuíam grandes canoas, sendo exímios pescadores.

Sobre estes *tapuias*, afirma o padre Ivo d'Evreux que eram tão robustos que podiam atirar ao chão, como se fosse um capão, um inimigo que segurasse pelo braço.

Os *tremembés* eram *tapuias* que tinham grande resistência física, podendo suportar ásperos trabalhos; hábeis nadadores, cedo exercitavam seus filhos naquela arte.

Preparavam alguma agricultura, plantando inclusive cajueiros, cujos pedúnculos utilizavam na feitura de bebidas fermentadas.

Tremembé, segundo alguns autores, é termo típico, que significa *tumultuário*, *amotinado*; outros estudiosos, contudo, seguindo etimologia diversa, afirmam que a palavra traduz-se por *vagabundo*, nome que lhes era dado pelos *tabajaras*, com os quais viviam em boa vizinhança.(66)

(65) *Tapuias* são uma designação genérica para vários troncos indígenas que não pertenciam ao grupo típico, tais como os *cariris*, os *tarairiús*, etc. Ao passo que os povos tupis falavam a *língua geral*, as nações *tapuias* eram consideradas de *língua travada*.

Segundo Cruz Filho, os *tremembés* era *tapuias* do grupo *cariri*. (Cf. Cruz Filho, *História do Ceará*, Resumo Didático, 2ª edição, Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1987, p. 29).

Entretanto, Raimundo Girão afirma que Pompeu Sobrinho, que realizou notáveis estudos sobre os indígenas nordestinos, considera os *tremembés* como *tapuias* de família autônoma. (Vide Raimundo Girão, *Pequena História do Ceará*, 4ª edição revista e atualizada, Coleção Estudos Cearenses, volume I, Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará, 1984, p. 73).

Pompeu Sobrinho assim discorre sobre os *tapuias* nordestinos: "Segundo o testemunho dos holandeses, os *tapuias* nordestinos eram 'extraordinariamente altos, fortes e corpulentos, cobertos duma pele bruna; usavam longos cabelos negros. As mulheres eram grossas e gordas'. (Zacarias Wagner) Estes caracteres somáticos são confirmados por Elias Herckman, que acrescenta: 'Os seus ossos são grossos e fortes, a cabeça grande e espessa (chata). Têm o cabelo muito grosso e áspero. As mulheres são indistintamente pequenas, mui bonitas de cara. Em geral (estes índios) atingem a uma idade muito avançada'.

"Trata-se, pois, de gente alta e robusta, (...) de cor escura, cabeça grande e chata, braquicéfalos, como são os seus atuais descendentes.

"Sob o aspecto dinâmico humoral e psíquico, há que salientar a grande resistência física que lhes permitia enormes caminhadas, rapidez extraordinária nas corridas, e imprimir grande velocidade aos dardos e azagaia, quando os lançavam na guerra ou na caça. Essas qualidades eram tais que causavam admiração aos fortes soldados da Holanda. Alimentavam-se de toda a espécie de animais silvestres e tão extraordinariamente, quando se lhes deparava oportunidade, que, segundo Herckman, 'um homem podia comer tanto quanto 5 ou 6 dos nossos'. Em compensação, eram susceptíveis de sofrer, sem demonstrarem indícios de fraqueza, durante 4 e 5 dias, absoluto jejum. Tinham o hábito singular e macabro de comer os cadáveres dos parentes, porque, de acordo com as suas idéias, 'não se podia dar aos mortos melhor sepultura do que no corpo dos vivos'.

"O alimento que usavam era geralmente assado, quando a isto se prestava. Além da caça, nutriam-se com farinha de mandioca, tubérculos e frutas silvestres, mel de abelhas, milho (?), etc.

"Os meninos aprendiam a andar com dois a dois e meio anos de idade e logo aprendiam também a nadar.

"Em geral atingiam idade muito avançada, mais de 100 anos, segundo os cronistas holandeses".

E Pompeu Sobrinho anota: "As características sociais que cumpre salientar são: organização política que supera a dos seus vizinhos, mais completa sucessão hereditária do governo, autoridade e distinção dos chefes mais desenvolvidas do que entre os tupis, uso de cabanas e redes, fidelidade das mulheres, que eram muito serviais e obedientes aos maridos, casamento com cerimônia complicada, poligamia, excessivo trabalho das mulheres, cerimônia de iniciação dos rapazes e de funerais com a manducação ritual dos cadáveres, inclusive dos ossos, culto dos mortos e grande respeito aos velhos. Agricultura rudimentar, cerâmica abundante, armas menos perfeitas e cuidadas do que as dos tupis. Empregavam, entretanto, o propulsor de palheta, que aqueles seus vizinhos não usavam. Machados e utensílios de pedra polida". (Thomaz Pompeu Sobrinho, "O Homem do Nordeste", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1937, tomo LI, pp. 353-355).

(66) Cf. Paulino Nogueira, "Vocabulário Indígena em uso na Província do Ceará", cit., p. 423.

Segundo o padre d'Evreux, eram os tremembés canibais. Alarves extremamente corajosos, arremetiam a nado contra os tubarões, armados unicamente com um pau agudo, o qual enfiavam na goela daqueles vorazes peixes, puxando-os então para a terra, onde lhes retiravam os dentes, que usavam como flechas.

Os tabajaras, tobajaras ou tobaíaras, indígenas do grupo tupi, de língua geral, habitavam os altiplanos da Serra da Ibiapaba, onde constituíam 70 aldeias ou tabas, perfazendo aproximadamente 60.000 ameríndios.

Eram, consoante o padre Antônio Vieira, antropófagos e de índole rebelde. Tinham um grau de civilização superior aos tapuias, porquanto mais permanentemente fixados ao solo; aplicavam-se à cultura do milho, mandioca, algodão e vários outros frutos.

Conquanto não habitassem as praias, percorriam-nas habitualmente. Pompeu Sobrinho, em magnífico estudo, ao tratar sobre os tupis, a cujo grupo pertenciam os tabajaras, escreve: "Vivendo fora da zona das caatingas, que só acidentalmente perlustravam, os tupis pouco concorreram para a formação étnica dos sertanejos do interior. Eram contudo índios de estatura mais baixa e cor mais clara, porém muito membrudos, alegres e folgazões. Guerreiros mais hábeis do que os tapuias, destemidos e altamente vingativos. Hábeis navegantes nos rios e no mar, em canoas que sabiam construir. Amigos de danças, folguedos e bebidas alcoólicas. Muito asseados e hospitaleiros. Antropofagia guerreira e ritual. Religião mais rudimentar que a dos cariris. Viviam atormentados por terrores absurdos. Agricultores mais adiantados que os seus vizinhos, mas, como eles, não possuíam animais realmente domesticados. Cerâmica e arte culinária relativamente desenvolvidas, porém muito inferiores às dos negros africanos. Praticavam a *couvade*, que era desconhecida dos cariris. Dotados de grande memória e espírito de imitação, gostavam dos discursos, histórias e lendas. Observadores, pacientes, místicos". (67)

Os tabajaras foram grandes aliados dos franceses e holandeses, tendo acompanhado estes últimos ao Maranhão, onde combateram denodadamente ao lado dos flamengos contra os portugueses.

Foi enorme a influência exercida pelos neerlandeses sobre estes aborígenes.

O padre Antônio Vieira, Superior das Missões Jesuíticas, em carta a El-Rei, escrita do Maranhão, em 11 de fevereiro de 1660, refere-se à influência calvinista sofrida pelos tabajaras: "Estes Índios de Ibiapaba, como já dei conta a V. Magestade, por espaço de 24 annos, em que esteve tomado Pernambuco, foram não só aliados, mas vassallos dos Holandeses, e ainda complices de suas herezias..." (68)

À época do domínio flamengo, seus principais chefes eram Tagoibuçu, Caragoatá e o ousado Ticuna, cujo filho, Jorge Tagaibuna, prestou bons serviços

à coroa portuguesa.

Alguns autores afirmam que o termo *tabajara* significa *senhores das aldeias*, enquanto que outros, preferindo a versão *tobajara*, traduzem-na por *senhores da terra*. (69)

Ainda na Serra da Ibiapaba, nas encostas mais vizinhas ao mar, encontravam-se os Acoançus, gentios cujo nome também grafava-se *Aconnaçus*, *Achamaçus*, *Camiaçus*, *Camanius* e *Aconguaçus*.

Os acoançus eram, segundo Pompeu Sobrinho, tapuias do grupo *tarairiú*, cuja etnologia foi bem delineada pelo ínclito sábio, em notáveis estudos.

O padre Ascenso Gago, na Carta Anua de 10 de outubro de 1695, enviada ao padre Alexandre de Gusmão, da Companhia de Jesus e Provincial do Brasil, escreve o seguinte sobre estes selvagens:

É esta nação dos Aconguaçus, também gentio de corso. Habita aquela ponta da Serra de Ibiapaba, que fica mais vizinha ao mar. Nos costumes não difere muito do Tapuia Reriú. Não comem carne humana, mas os ossos de seus defuntos os desenterram ao cabo de 6 meses e moídos e desfeitos os comem com mel de abelhas, em sinal de amor que lhes têm. Costumam prantejar os seus defuntos um ano inteiro, e os viúvos se não tornam a casar senão depois de um ano. É também gentio guerreiro e com singularidade destro na flecha, com a qual não perde tiro; e se alguma vez viram as costas ao inimigo, correndo disparam a seta e empregam o tiro. (70)

Os acoançus eram selvagens de elevada estatura e complexão robusta; traziam arco e flechas nas mãos, enquanto que o *ijocu* – o pau de matar, terrível arma que manejavam habilmente – pendia-lhes do ombro direito.

Estas cabildas viviam em guerras constantes contra outras tribos da região, principalmente contra os reriús e tabajaras, pelos quais eram mantidos em sujeição, e senhoreavam o caminho da Serra da Ibiapaba para o mar. (71)

Estabelecidos os batavos na região, ali ergueram fortificações no Camocim e em Jericoacoara, dedicando-se à rude faina da exploração salinera e de outros produtos que a terra selvagem lhes oferecia.

À cata de metais preciosos como o ouro e a prata, que os índios asseveravam-lhes existir em profusão na serrania distante, realizaram os flamengos trabalhos de prospecção na *Ussuapaba* (Ibiapaba) verdejante e misteriosa.

Toda aquela região era, portanto, um pedaço da *Nieuw Nederlandt*, a Nova Holanda, domínio que os nórdicos tentaram estabelecer nas terras paradisíacas do Novo Mundo. O pavilhão neerlandês, até ali estendido durante o governo do *Stadhouder Nassau*, tremulava aos ventos das belas e luminosas manhãs.

(69) Cf. Paulino Nogueira, *op. cit.*, p. 420.

(70) Apud Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, cit. por Carlos Studart Filho, *Os Aborígenes do Ceará*, Coleção História e Cultura, vol. 6, Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1965, p. 127.

(71) Os acoançus trucidaram o principal André Caratá, Caratá ou ainda Caragoutá e sua gente, quando estes retomavam do Maranhão, para onde haviam ido na companhia dos jesuítas expulsos da Serra da Ibiapaba pelos indígenas, durante a revolta encabeçada pelo principal Simão Tagaibuna. Caratá e sua gente, os quais tencionavam estabelecer-se em Jericoacoara, atacados, pereceram às mãos dos acoançus por volta de 1666.

(67) Thomaz Pompeu Sobrinho, "O Homem do Nordeste", cit., p. 356.

(68) Padre Antônio Vieira, "Cópia de uma Carta para El-Rei Nosso Senhor, sobre as Missões do Ceará, do Maranhão, do Pará, e do grande Rio das Amazonas. Escrita pelo Padre Antônio Vieira, da Companhia de Jesus, Pregador de Sua Magestade, e Superior dos Religiosos da mesma Companhia n'aquella Conquista", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1896, tomo X, p. 121.

As aves da terra desconhecida – pássaros das mais variadas espécies e cujo número parecia infinito –, em revoadas pelas matas, ofereciam ao nórdico um espetáculo jamais visto.

A fauna do território, com seus animais exóticos como o fero canguçu, o veado-galheiro, o esquivo maracajá, os armadilhos, cuja carne o gentio tanto apreciava, e os terríveis répteis, alguns deles extremamente venenosos como a cascavel, ou então de desmesurado tamanho como a gigantesca jibóia, serpente formidável que, constringindo em seu mortal amplexo até mesmo grandes alimárias, devorava-as em seguida lentamente, – toda aquela fauna e flora desconhecidas encantavam e, ao mesmo tempo, enchiam de terror os batavos.

Parecia-lhes uma página recente da Criação. . .

Aires de Casal, referindo-se à fauna cearense em sua monumental *Corografia Brasileira*, publicada no segundo decênio do século XIX, anota:

Há furões, ouriços-cacheiros com o nome de *quandus* como em Pernambuco, preguiças, onças, veados, coelhos, guaxinins, quatis, pacas, porcos do mato, capivaras, lontras, e todos os outros quadrúpedes selváticos, que se encontram nas províncias vizinhas. Os macacos guaribas ajuntam-se em grandes rebanhos sobre as árvores mais corpulentas dos bosques, e fazem algazaras, que parecem comboios de carros carregados, como os das outras províncias. Entre outras espécies de aves são comuns as emas, seriemas, jaburus, colhereiras, tucanos, mutuns, jacus, pombo-torquizes, guirapongas, nhamibus, zabelês, papagaios, urubus, sabiás. Nas lagoas há diversidades de marrecos, patos, galeirões: junto de suas margens saracurus, maçaricos, e socós. Os morcegos são numerosíssimos (. . .) (72)

E o padre Vicente Martins, escrevendo no já tão recuado ano de 1911 sobre o município granjense, nos dá valiosas informações sobre a fauna da região:

As matas que foram ricas pela variedade de animais bravios e de caças saborosíssimas, com os anos calamitosos, foram sendo devastadas pelos camponeses que faltos de cereais para manter a vida recorreram à caça de que viviam os nossos antepassados.

A caça, o aumento da população, a devastação das matas e a escassez dos invernos têm sido as causas da decrescência do reino animal e do desaparecimento de algumas espécies.

Entretanto encontram-se ainda algumas, tais como: a onça pintada, a suçuarana, o maracajá pintado, o maracajá mourisco, o vermelho, a raposa, o veado capoeiro, o porco do mato, o tatu (verdadeiro), o peba, a cutia, o macaco, a guariba, o sagüim, o tamanduá, o tejuçu, o furão, o camaleão, o preá, o mocó e a jeritacaca.

Estão extintos: o tigre, (73) o veado-galheiro, o tamanduá-bandeira, o tatu-bola e o canastra. (74)

Um pouco além escreve o insigne eclesiástico:

O município é riquíssimo em aves e pássaros. Por toda parte, tanto nos campos, como à margem dos lagos e dos rios o município ostenta a sua grande riqueza natural. Os pássaros de belíssima plumagem e de canto admirável existem em abundância.

Dentre a infinidade de aves e pássaros destacamos os seguintes:

Garças, colhereiro, maranhão, guarás, curicaca, pica-paus, beija-flores, anum, piririguá, sanhaçu, vem-vem, bem-te-vi, bico-de-latão, João-de-Barro, carcará, papagaio, seriema, patos, galinhas, capote, marrecas, pombo-de-bando, asa-branca, corrupeirão, galo-de-campina, rola, sabiá, azulão, graúna, xexéu, canário, pintassilgo, patativa, garriça, caboclinho, sericora, carão, socó, tucano, patarrona, andorinha, abre-e-fecha, gavião-mariano, gavião pega-pinto, gavião preto, gaviãozinho, gavião vermelho, putiã, pica-peixe, tetéu, fué, lavandeira, maria-besta, papa-arroz, papa-lagarta, papa-sebo, papa-capini, canção, jacu verdadeiro, jacupema e boim. (75)

Aludindo à flora cearense, informa Aires de Casal sobre a grande "diversidade de árvores, que dão boa madeira de construção, outras de marchetaria e tinturaria (. . .) Várias espécies de palmeiras, das quais a carnaúba é o vegetal mais comum e útil deste país (. . .) Oiticica é a maior, e mais frondosa árvore do sertão: todos os viventes procuram a sua refrigerante sombra; só se criam onde suas raízes podem achar água. Nos bosques há jabuticabeiras; nas caatingas, umbuzeiros. (. . .) O milho é o único grão que prospera no país, onde a farinha de mandioca faz as vezes do trigo e centeio". (76)

Enumerando, em princípios do século XX, a rica flora granjense, o padre Vicente Martins já anotava a devastação das matarias:

A flora está completamente devastada pelo braço do lavrador, que de ano em ano vai derribando a mata para dar lugar ao seu roçado (. . .)

Se bem que, em pequena quantidade, resta ainda grande variedade em madeiras próprias para construção, marcenaria e tinturaria; algumas pouco cultivadas e outras quase a desaparecer, devido à escassez das chuvas e ao machado do lavrador.

As principais são: aroeira, pau-d'arco, gonçalo-alves, pereiro, cedro, cumaru, angico, violete, carnaúba, sabiá, jacarandá, ucende-candeia, inharé e

(72) Padre Manuel Aires de Casal, *Corografia Brasileira ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil*, pelo padre Manuel Aires de Casal. Coleção Reconquista do Brasil, vol. 27, prefácio de Mário G. Ferri, Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1976, pp. 284-285.

(73) Aqui refere-se o padre Vicente Martins a uma espécie de onça, denominada de tigre. Escreve Aires de Casal: "A Onça é um gato grandíssimo, de aspecto terrível e vociferação pavorosa (. . .) Numeram cinco castas: negras de uma mesma cor, ou com malhas miúdas de um negro azevichado e brilhante, denominado Tigres. . ." (Cf. Aires de Casal, op. cit., p. 39).

(74) Padre Vicente Martins, "Notícia Histórico-Chorographica da Comarca de Granja", cit., p. 193.

(75) *Idem*, *ibidem*, p. 194.

(76) Aires de Casal, op. cit., p. 285.

sambalva. Além destas encontram-se ainda: jurema, oiticica, juazeiro, gameleira, pau-ferro, canafistula, faveira, copaiba, marfim e árvore do sebo.

Para tinturaria notam-se a catingueira, a coronha, a taçuna e o anil. (77)

E a fertilidade do território granjense é louvada pelo ilustre sacerdote que, neste trecho, cita as principais frutas que se encontram naquele trato:

As terras, se bem que fertilíssimas, produzem, no entanto, poucas árvores frutíferas, devido à falta de cultura.

O solo é tão fértil que os pontos menos aptos para agricultura dão magníficas fruteiras, sendo cultivadas, não faltando as chuvas.

Dentre as árvores frutíferas são conhecidas: o caju, a pinha, a goiaba, o murici, a mangaba, a guabiraba, a ameixa, a pitomba, o maracujá, de que há três variedades, a cajá, o coco, o oiti, a banana, o mamão, o tamarindo, o jatobá, o tuturapé, o tutumbá, o araticum, a graviola, a manga, o tucum, a ubaia, a maçaranduba, a carnaúba, a melancia, a abóbora, o gergelim, o mondubim, quase todos silvestres (...). (78)

Era este, pois, o rico e selvagem território do Camocim, no qual os holandeses haviam-se estabelecido por volta de 1641, erigindo um forte às margens do rio.

O trabalho de exploração salineira na região, em que empregavam os rudes brasis a troco de quinquilharias, era bastante árduo, realizado sob o ardente sol dos trópicos.

As longas marchas pelo sertão adusto, no qual internavam-se à busca do pau-violeta e outras mercancias, calçados com pesados borzeguins e armados de mosquete ou alabarda, extenuavam os flamengos.

Seus elmos e espadas, sob a intensa luz solar, cintilavam pelas matas em inusitado espetáculo.

Na solidão do sertão dominado muitas vezes por estranho silêncio, em companhia dos indígenas e sob o céu aberto, dirigia o holandês a derrubada das árvores, fazendo acumulá-las em certos locais e, daí, para o embarcadouro do Camocim, onde suas naus vinham carregar a preciosa mercadoria.

Pelas trilhas do sertão, onde a morte e o perigo espreitavam a cada passo, enveredavam os filhos da Neerlândia, em busca das riquezas que lhes eram oferecidas por aquela terra selvagem e virgem, cujas matas eram povoadas por alimárias desconhecidas.

Ali experimentaram a dureza das jornadas empreendidas sob os inclementes sóis da colônia, roejando-lhes o suor pelos corpos protegidos por couraça em grossas bagas. As sedes causadas pelas longas marchas através de veredas esgalhadas, cujos arbustos feriam-lhes os membros exaustos, ou através de

poentos e extensos tabuleiros, torturou-lhes, vezes sem conta, as gargantas ressequidas.

Ali sofreram as amargas humilhações que a inconsciente brutalidade do *commandeur* lhes impunha.

Entretanto, a vida era bela, e cumpria ser aproveitada.

E havia singulares momentos de serenidade, infundida em seus espíritos pela demorada contemplação da vegetação às margens do rio, rembranizada pelas luzes cambiantes do flamejante entardecer, ou quando o destacamento, retornando dos sertões aonde fora dirigir um abate de pau-violeta, marchando a um de fundo sob a clara luz do luar, descortinava, de súbito, em uma volta do caminho, o fantástico aspecto de uma tigüera.

E havia as longas e cálidas noites tropicais, quando das estrelas silenciosas e distantes, a velarem amorosamente o mundo fatigado, jorravam estranhos brilhos...

Nessas horas doces acudia-lhes à lembrança, muitas, inúmeras vezes, a imagem da aldeia natal com seu dique, ao longo do qual corria a pequena estrada sombreada por uma alameda de tílias.

Mais de um soldado há de ter vislumbrado, no silêncio da luminosa noite do Camocim, sonhando de olhos abertos, o campanário e os telhados de uma pequena aldeia da Zelândia ou do Zuyderzee, esbatidos no extremo do horizonte, formando uma linha sobre o verde das pastagens...

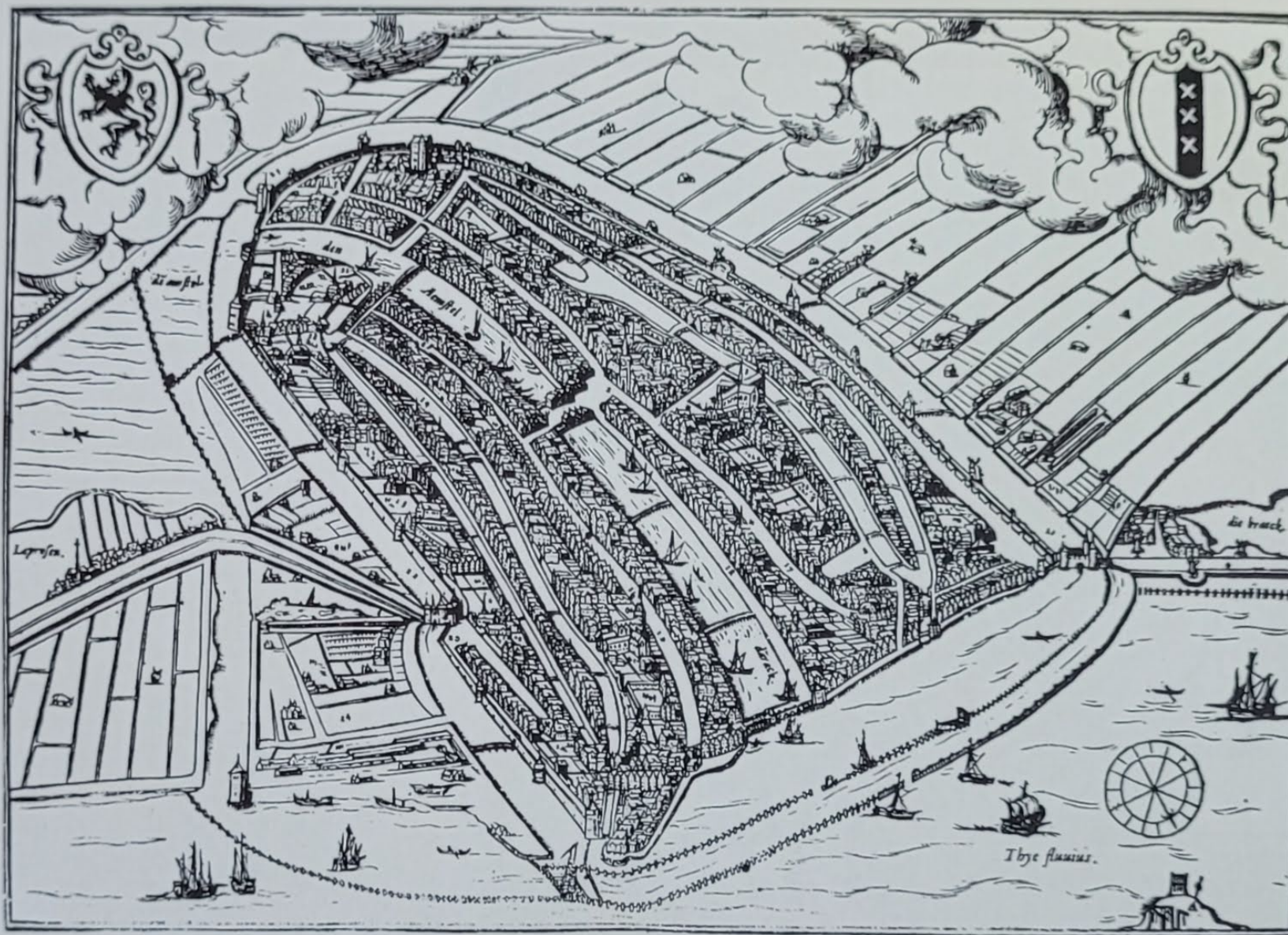
Então a doce saudade da pátria distante, muito além do tormentoso mar, há de ter invadido o peito de mais de um soldado estacionado no Camocim: pátria suave, com seus canais sulcados por pequenas barcas, com seus moinhos de vento e charnecas, com a algazarra dos portos de Enkhuizen e Hoorn, no Zuyderzee; suave pátria das ilhas da Frísia, onde se pescava o bacalhau; amada e longínqua terra natal, em cujas tabernas cantava-se com alacridade nas noites de sábado, enquanto bebia-se a largos tragos, em grandes canecos, aguardente de centeio ou cerveja; pátria das guildas e cidades prósperas, como Middelburg, capital da Zelândia, Dordrecht, Haarlem, Delft...

E o gostoso cheiro do *hutsepot* comido nos dias festivos, preparado com banha e gengibre, ou dos frescos arenques vendidos no *Mercado do Peixe*, há de ter penetrado no olfato de mais de um flamengo aquartelado às margens do Camocim – nas claras noites de luar, quando a brisa do mar vinha percorrer aquelas paragens.

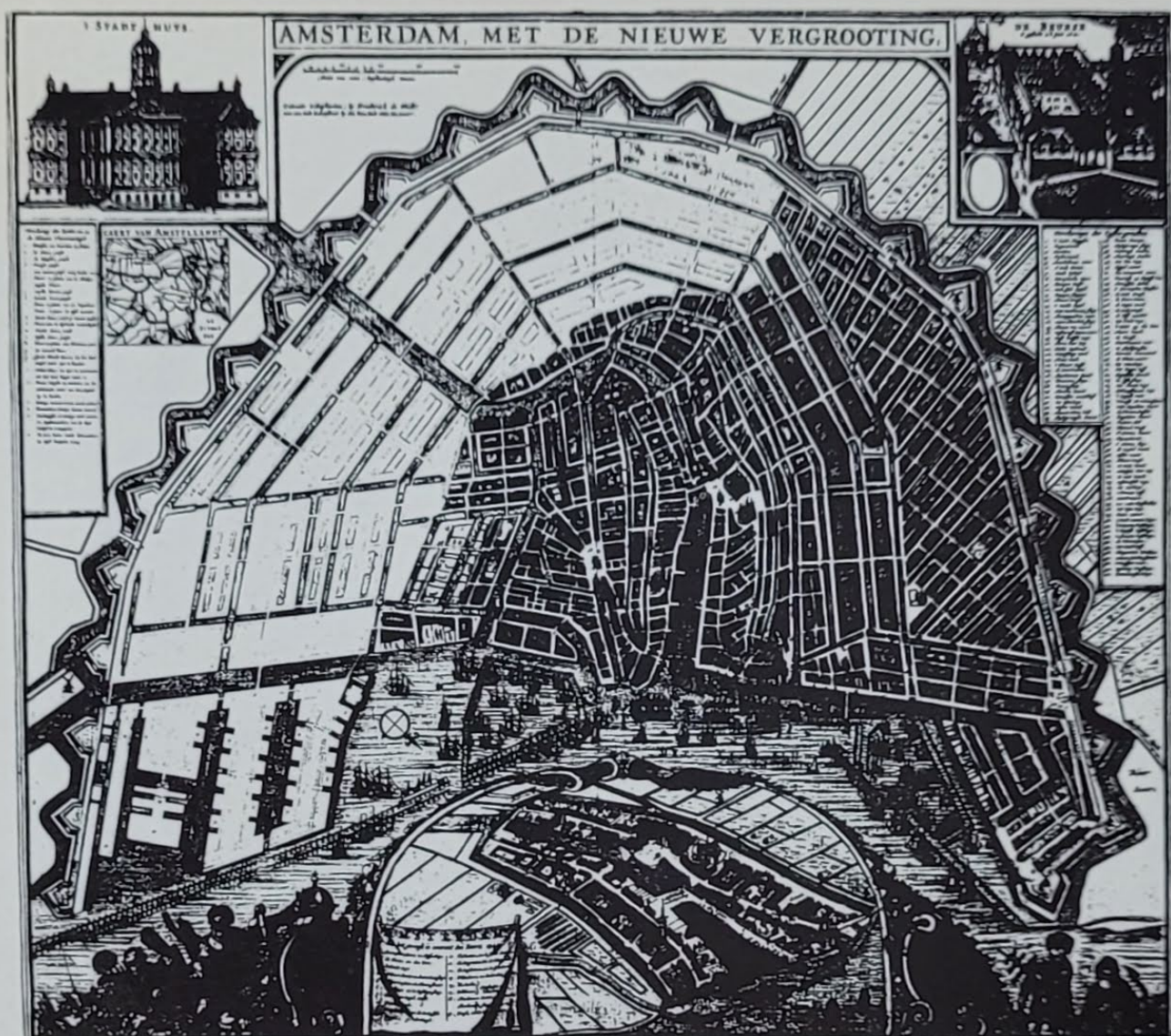
E a dolorosa recordação da filha do bailio ou do burgomestre, angelical e bela em seu vestido branco ou abrigada em um negro *Huik*, de olhos tão claros que neles se espelhava o céu da Neerlândia – a triste recordação daqueles olhos límpidos e frios, cujo desdém e desprezo compeliram-no a buscar o exílio voluntário, o mais cruel de todos os exílios –, há de ter assomado ao peito de algum soldado holandês, em vigília no Camocim, onde a clara lua embelezava os campos, refletindo-se nas águas mansas do rio...

(77) Padre Vicente Martins, "Notícia Histórico-Chorographica da Comarca de Granja", cit., pp. 188-189.

(78) *Idem*, *ibidem*, p. 189.



AMSTERDAM – Mapa do século XVI. Gravura em madeira de Cornelis Anthoniszoon. Ao centro vê-se o rio Amstel, em cujas margens desenvolveu-se a cidade medieval. A capital dos Países Baixos possui múltiplos canais, que dividem-na em inúmeras ilhas.



Mapa de Amsterdam do século XVII.

A primeira parte da rede de canais já havia sido escavada. Por volta de 1600, o trabalho fora iniciado na parte oriental, do *Gracht* (canal) Leiden ao rio Amstel.

Amsterdam foi erigida, em parte, sobre estacas, constituídas de traves longas e rijas, cravadas à força de braço sobre um solo macio, e que desempenhavam as funções de alicerces.

A metrópole neerlandesa tornou-se porto mundial no século XVII, o chamado *Século Áureo* holandês.

Sua população, por volta de 1640, era de cerca de 140.000 habitantes.



Em princípios do século XVII os Países Baixos, em virtude de suas condições geográficas litorâneas, deram início à navegação transoceânica, transformando-se em potência marítima mundial.

Insurgindo-se contra a velha ordem feudal, o povo neerlandês inaugurou o sistema capitalista sob a forma mercantil.



Bartolomeu van der Helst (1611 ou 1612-1678), *Júri para a Concessão do Prêmio do Arco* (1657), Museu de Amsterdam.

A consolidação do império colonial ultramarino neerlandês no século XVII possibilitou notável prosperidade e acumulação de imensas riquezas nos Países Baixos.

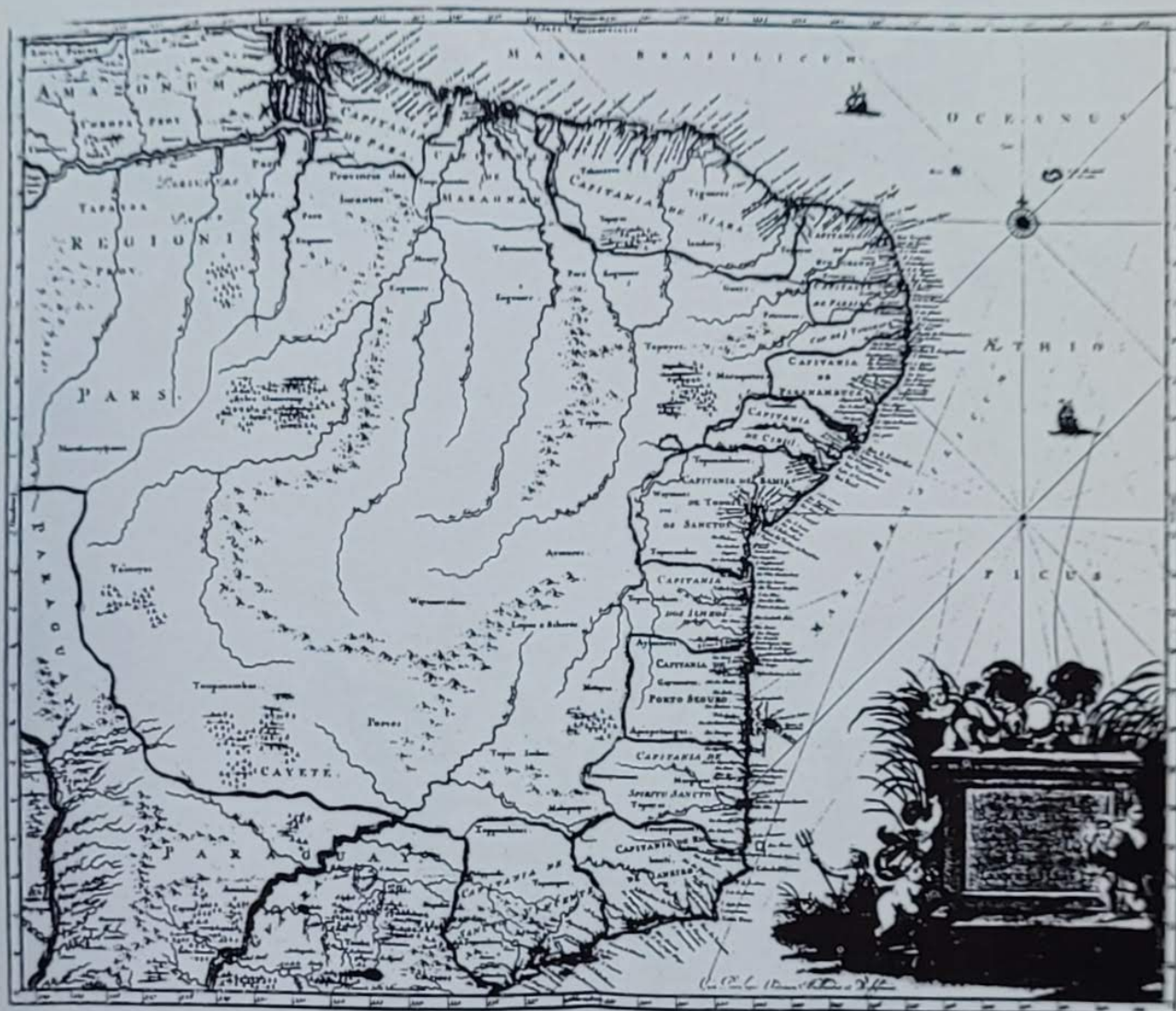


Banquete dos Oficiais da Companhia de Santo Adriano, óleo sobre tela, de 1627, de autoria de Frans Hals (c. 1580-1666), Museu Frans Hals, Haarlem.

Segundo anota Zumthor, a fé antipapista e a resistência ao jugo espanhol deram ao velho povo neerlandês, de camponeses e agricultores, que até então ficara distanciado dos progressos da civilização, a energia necessária para se alçar de sua mediocridade anterior, expandindo-se em direções inteiramente novas para ele, como as artes, onde seu gênio criador lançou seus últimos e mais belos fogos, durante o *Século Áureo*.



As colônias neerlandesas, que durante o século XVII espalharam-se por diversas partes do mundo, asseguravam aos Países Baixos o exercício tranquilo do seu comércio, possibilitando aos colonizadores europeus disporem de um padrão econômico que não poderiam obter na terra natal.



Mapa do Brasil, de Johannes Blaeu.



Brasão do Brasil Holandês



Brasão de Maurício de Nassau



Logotipo da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais. A *Geoctroyeerde Westindische Compagnie* foi idealizada por Willem Usselinx e fundada a 3 de junho de 1621.

Hermann Waetjen anota: "À nova Sociedade foi concedido um monopólio comercial por 24 anos, para a costa ocidental da África desde o trópico de Câncer até ao Cabo da Boa Esperança, para a América do Norte e do Sul e igualmente para o Oceano Pacífico, a leste da Nova Guiné".



Iate da Companhia das Índias Ocidentais. Detalhe de um desenho anônimo, fim do século XVII.



O Conde João Maurício de Nassau-Siegen à época de sua chegada a Pernambuco, em 1637.



O Conde João Maurício de Nassau em pleno apogeu.
Viu a luz do mundo em 17 de junho de 1604, em Dillenburg (Hesse), Alemanha; eram seus pais João de Nassau-Siegen-Dillenburg e Margarida de Holstein-Sonderburg.



João Maurício e João Ernesto II. Pintura anônima (Gerard van Honthorst?), Fries Museum, Leeuwarden.

A pintura representa João Maurício e seu irmão mais jovem, João Ernesto (nascido em 1618), que também participou da expedição ao Brasil e pereceu a bordo do *Alkmaar*, na batalha naval na Baía de Todos os Santos, em 23 de novembro de 1639.

Foi sepultado em Recife com muita pompa, porém, posteriormente, seus restos mortais foram transportados para Siegen e colocados no jazigo dos príncipes.

O primeiro forte dos holandeses em Pernambuco tomou o nome de *Fort Ernestus* em sua honra.



Príncipe João Maurício de Nassau-Siegen. Pintura de Flinck, Museu de Siegerland.

Assevera Oberacker: "Nenhum dos muitos generais portugueses, espanhóis, holandeses, franceses ou outros que marcharam através do território brasileiro, conseguiu manter suas tropas tão disciplinadas, poupando a terra e seus habitantes, como Maurício de Nassau. Ele até enobreceu as usanças guerreiras nas depravadas campanhas coloniais, considerando os vencidos como inimigos bravos, dispensando-lhes um tratamento consoante o cavalheirismo até então desconhecido".



João Maurício de Nassau, por Pieter Nason (1612-1688/91), Museu Narodowe, Varsóvia.

A pintura de Nason mostra o Conde de Nassau usando a cruz da Ordem de São João, símbolo da mencionada ordem, da qual João Maurício foi nomeado, em 1652, grão-mestre do baliado de Brandeburgo.

Sobre João Maurício escreveu o Conde de Guiche em suas memórias: "Il est naturellement doux et lent, laborieux dans les petites choses et l'on peut le voir continuellement en action, sans s'apercevoir ce qu'elle a produit. Il a une grande sincérité extérieurement; il est très-affable et très-ouvert en apparence; ennemi de toute altercation, avec un visage riant il passe sans peine dans l'avis de celui, qui lui parle. Et avec tout ce que je viens de dire, il se conduit à ses fins aussi droit que l'homme du monde". (Apud L. Driesen, *Leben des Fürsten Johann Moritz*, Berlim, 1849, p. 322, nota 1).



Carel Fabritius (1622-1654). *Homem com Elmo*, c. 1650. Museu Groningen.

O elmo e a couraça, por vezes um lenço com as cores de sua companhia e, em muitos, o uso de um colete de couro, assinalavam o militar neerlandês no século XVII, como observa Zumthor.





Cidade Maurícia ou Mauricéia, fundada na ilha de Antônio Vaz, entre os rios Capibaribe e Beberibe, e unida ao Recife por pontes.

Gravura da obra de Barlaeus, *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*.



Pormenor do mapa anônimo do Recife em 1644, do livro de Barlaeus (1647).

No extremo-norte da ilha de Antônio Vaz localizava-se o palácio de Friburgo (Vrijburg), residência do Conde de Nassau; na extremidade meridional vê-se o Forte das Cinco Pontas, uma das defesas da Cidade Maurícia.



Fortificações batavas no extremo-sul da ilha de Santo Antônio ou de Antônio Vaz. Detalhe do mapa de João Teixeira I (1640), extraído do Atlas do Ministério das Finanças de Portugal (*Monumenta Cartographica*, 5 vols., Lisboa, 1960, vol. IV, estampa 492 D).



A gravura de Frans Post (1612-1680) mostra ao centro o palácio Friburgo (Vrijburg), erigido pelo Conde de Nassau em 1641/1642, no extremo-norte da ilha de Santo Antônio, mais conhecida por ilha de Antônio Vaz, entre os rios Capibaribe e Beberibe, que se paravam-na do Recife; aí fundou Nassau a Cidade Maurícia. O rio em primeiro plano é o Beberibe.

Em um dos torreões de Vrijburg mandou Nassau montar o primeiro observatório astronômico de toda a América.



A gravura de Frans Post, executada em 1645, mostra o Forte Nassau, edificado em Penedo, Alagoas.

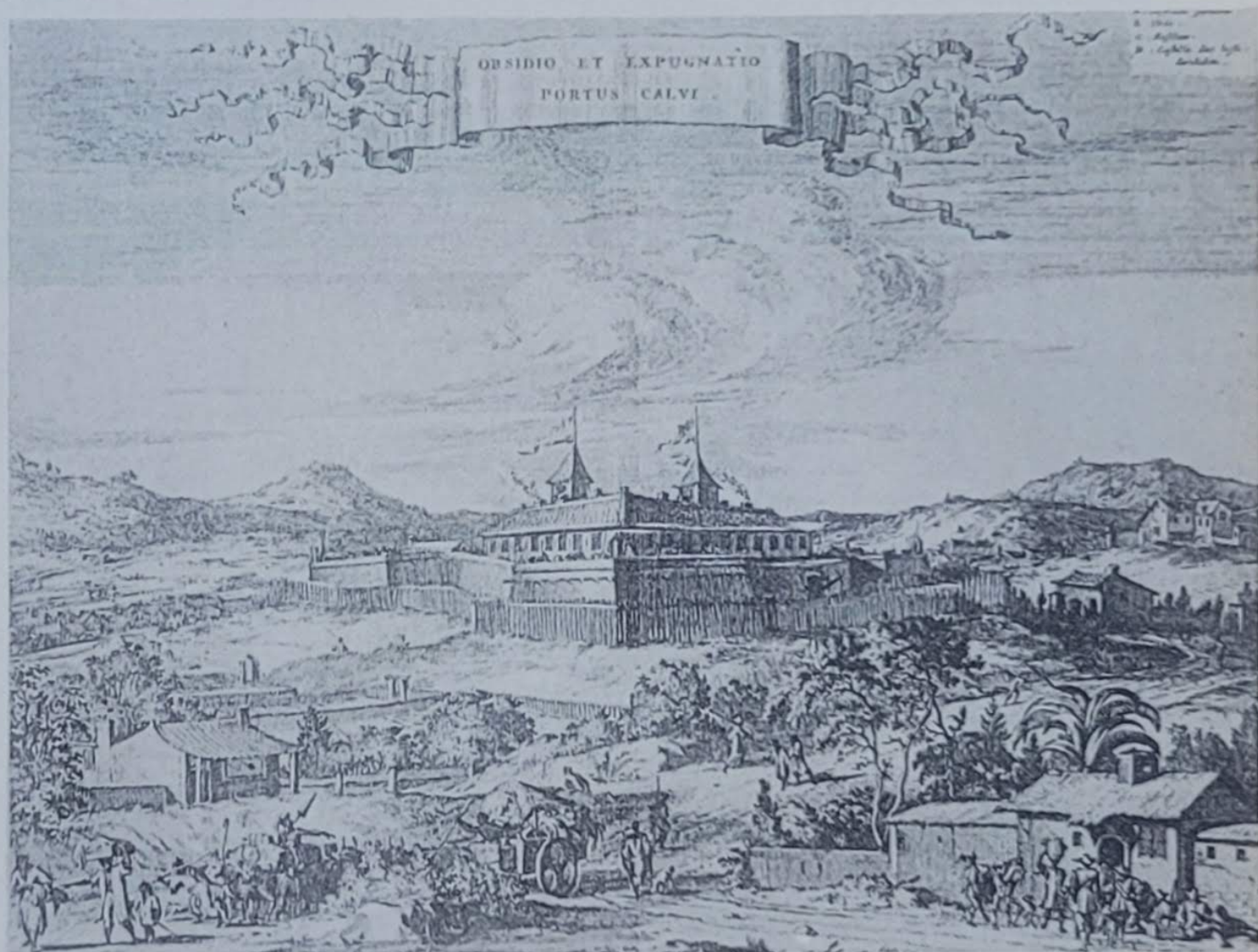
Segundo o historiador inglês Robert Southey, ao forte do Cabedelo, antes denominado de Santa Catarina, deu Nassau o nome de Forte Margarida, em honra de sua própria irmã.
 Erigido às margens do rio Paraíba, o Forte Margarida defendia Frederikstad (antiga Filipeia), atual cidade de João



A gravura extraída da obra de Barlaeus mostra Porto Calvo, situada no atual estado de Alagoas, às margens do rio Manguaba, e, segundo Aires de Casal escreve, cinco para seis léguas distante do mar.

O autor da *Corografia Brasílica* assevera que, em outros tempos, chegavam ao cais de Porto Calvo as sumacas, com a maré.

Ainda segundo Casal, um sobrinho do Conde de Nassau perdeu a vida na tomada daquele sítio.







Capítulo VII

FIM DA PRIMEIRA FASE DO DOMÍNIO FLAMENGO NO CEARÁ: DESTRUIÇÃO DOS FORTES DO RIO CEARÁ, DO CAMOCIM E DE JERICOACOARA

A Nova Holanda expande seu território até ao Maranhão. Ali perece, vítima de emboscada, o comandante do forte de Jericoacoara, Jacob Evers. Gedeon Morris e a guarnição do forte do Ceará são assassinados pelos indígenas revoltados. As atas do Conselho Supremo referem-se ao massacre do forte do Ceará. Extermínio das guarnições dos fortes do Camocim e de Jericoacoara. Autores ilustres relatam o fato: Ericeira; Vieira; Berredo; Southey. Inversão na ordem dos acontecimentos.

FIM DA PRIMEIRA FASE DO DOMÍNIO FLAMENGO NO CEARÁ: DESTRUIÇÃO DOS FORTES DO RIO CEARÁ, DO CAMOCIM E DE JERICOACOARA

A *Companhia das Índias Ocidentais*, que entrementes planejava estender o *uti possidetis* até ao Maranhão, enviara ao *Stadhouder* Nassau instruções especiais, ordenando a este que tomasse aquele território, que seria o limite setentrional da *Nova Holanda*.

Sob o comando de Koin e Lichthart, em fins de 1641, despachou-se para ali uma expedição que, desembarcando sem resistência, tomou São Luís, arreando-se a bandeira portuguesa e hasteando-se, em seu lugar, o pendão das Províncias Unidas.

Para a tomada do Maranhão também partiu o *commandeur* do forte do Ceará, Gedeon Morris de Jonge, em cuja companhia seguiu um contingente de índios do Ceará e do Camocim.

Morris, em carta enviada ao Conselho Supremo, afirma haver deixado pronta uma carga de sal suficiente para carregar catorze navios, o que bem demonstra o esforço realizado por este na exploração das salinas do Ceará.

Posteriormente, o comandante do forte de Jericoacoara, Jacob Evers, também seguiu para aquela conquista, quando então levou consigo grande número de índios da região do Camocim.

Evers, que fora para o Maranhão no intuito de debelar a insurreição que ali rebentou, sob a chefia de Antônio Moniz Barreiros e, após a morte deste, de Antônio Teixeira de Melo, contra o domínio flamengo, morreu em 26 de janeiro de 1643. Ao sair da fortaleza de São Felipe, Evers, juntamente com 30 soldados holandeses e 150 aborígenes, caiu na emboscada do Outeiro da Cruz, armada contra os flamengos por Antônio Teixeira de Melo e as forças luso-brasileiras; além de Evers e seus comandados, morreu também a maior parte dos nativos.

Extremamente enfurecido com esta derrota, que lhe vinha abalar o poderio na região, o governador holandês do Maranhão mandou entregar 25 portugueses de São Luís aos índios do Camocim, que os devoraram sem demora.

Como se aquele ato de extrema crueldade não fosse suficiente para acalmar sua fúria, remeteu o governador batavo também 50 portugueses para Barbados, para ali serem vendidos como escravos aos ingleses; entretanto, ali chegados, ordenou o governador inglês que fossem postos em liberdade, increpando asperamente os flamengos pela escravização de pessoas brancas e de religião cristã.

Prosseguia, acirradamente, o levante das forças luso-brasileiras contra os

flamengos na região do Maranhão, cedendo estes últimos, palmo a palmo, o território sob seu domínio.

Em fins de 1643 retornou Gedeon Morris ao Ceará, sem contudo trazer consigo os gentios que transportara para aquela guerra, os quais permaneceram no Maranhão, combatendo ao lado de seus aliados holandeses.

Em janeiro de 1644, pouco tempo após o retorno do chefe flamengo, revoltaram-se os nativos contra a guarnição do forte do Ceará, comandado por Morris; toda a tropa ali estacionada, inclusive o próprio Morris e Emor de Bonte, mestre de equipagem, foi trucidada pelos indígenas.

O massacre foi motivado pela opressão que os holandeses exerciam sobre os ameríndios, particularmente maltratados durante a ausência de Morris, e, também, pela falta de pagamento do árduo trabalho das salinas.

Os barcos da guarnição foram completamente destruídos pelos nativos. Ainda em janeiro desse mesmo ano, que se revelou tão cruel em reveses para o império colonial flamengo no Novo Mundo, dois iates holandeses, vindos do Maranhão e com destino a Pernambuco, aportaram à enseada do Ceará, sem saber que aí rebentara uma insurreição dos indígenas; eram o *Hasewint* e o *Brack*.

O capitão do *Brack*, Lubbert Dircks, desembarcou juntamente com o capitão Ghim, o tenente Gras, o tenente Kockgein, o alferes Pyron e outras pessoas; eis senão quando foram atacados de surpresa pelos índios e apenas três puderam retornar ao iate, atirando-se ao mar para poderem escapar à sanha do fero inimigo.

Entrementes, sob o pretexto de venderem pássaros, foram os gentios a bordo do *Brack*, assaltando-o porém sem resultado; durante a luta a bordo, morreram 4 tripulantes do iate, ao passo que os naturais perderam dois homens.

As atas das sessões do Conselho Supremo referem-se ao massacre da guarnição holandesa do forte do Ceará.

Vejamos alguns trechos dessas atas ou *Notulen*:

Foram lidas em conselho as cartas e papéis do Maranhão com data de 4 de dezembro de último. Descrevem a situação dos nossos e dizem que, para salvarem-se, tomaram diversos víveres e dinheiro a particulares; pedem que aqui sejam pagos.

*À vista dos poucos víveres que lá existem, resolveu-se despachar imediatamente para o Maranhão o iate *Hasewint* com algumas provisões. Logo que se tenha pronto um navio grande, seguirá com os outros socorros públicos.*

E como de todas as circunstâncias que temos sabido, é de supor que o forte do Ceará tenha sido saqueado e a guarnição morta, julgou-se conveniente que o mesmo iate tocasse de passagem no Ceará e deixasse ir à terra alguns índios a observar ou informar-se do estado das coisas, e ver se há meio de aquietar os índios levantados e atraí-los à nossa amizade, para de tudo levarem aviso ao Maranhão. (Ata de 8 de março de 1644)(79)

*O escolto e os escabinos do Rio Grande avisam-nos por carta de 16 de fevereiro que o iate *Hasewint* aí estivera, vindo do Maranhão, e do que referir a sua gente não podiam inferir outra coisa senão que os índios do Ceará se revoltaram, assaltaram e trucidaram a guarnição do nosso forte, que isto mesmo também lhes fora comunicado por alguns tapuias, que ultimamente estiveram nessa capitania.*

Como esses mesmos tapuias levariam dali uma grande quantidade de canas para flechas, pretextando que com elas pretendiam fazer guerra a uma outra nação de tapuias, os nossos no Rio Grande receavam que o intento fosse contra eles, e tendo mui pouca defesa em consequência do afastamento de suas habitações, pediam que fossem postas de guarnição em Mapabu (Mipibu), sítio no meio da capitania, alguns soldados para manter em respeito e incutir medo aos índios da mesma capitania.

Resolveu-se, deferindo este pedido, mandar pôr de guarnição em Mapabu 25 soldados sob um bom chefe para assistir aos moradores contra todo atentado. (Ata de 9 de março de 1644)(80)

*Chegou do Maranhão o iate *Brack*, de Zelândia, com carta do *commandeur* Wiltshut, de 18 de novembro, dizendo que então tinham apenas alimento para oito semanas.*

Este iate tocou no Ceará, e indo o bote à terra na ignorância de inimizade, foi atacado pelos índios, e mortos Lubbert Dircks, capitão do iate, o capitão Ghim, o tenente Gras, o tenente Kockgein, o alferes Pyron e mais cinco pessoas.

Dos que foram à terra escaparam somente três, e estes, voltando a bordo, referiram que o nosso forte foi saqueado pelos índios e estava vazio.

Os índios tentaram também saquear o iate, indo a bordo sob capa de amizade, e mataram aí quatro homens; foram repelidos, deixando dois mortos.

Os barcos de Gedeon Morris e do mestre de equipagem Emor de Bonte estavam destruídos na praia, donde se deve inferir que toda a gente fora morta. (Ata de 20 de março de 1644)(81)

Como de todas as circunstâncias conhecidas não podemos outra coisa inferir, senão que a desinteligência e a inimizade dos índios do Ceará e costas adjacentes contra a nossa nação, originaram-se do mau tratamento que lhes deram, e sobretudo de não terem sido devidamente pagos dos seus serviços no trabalho das salinas de Marituba e do carregamento dos barcos nas salinas e em outras partes, conquanto tivéssemos enviado de quando em quando para esse fim panos e outras mercadorias, bem como recomendado que mantivessem os índios em boas disposições, tratando-os cortesmente e pagando-lhes os serviços; resolvemos remeter para o Maranhão 4.000 varas de panos de Osenburg com que sejam plenamente pagos e satisfeitos os índios do Ceará que estão de guarnição no Maranhão, e que, se pedirem para partir daí, sejam todos

(79) Apud Dr. Guilherme Studart, *Dados e Fatos para a História do Ceará*, cit., p. 56.

(80) *Idem*, *ibidem*, p. 56.

(81) Apud Studart, *op. cit.*, p. 57.

licenciados a ver se por este meio podem mover à paz os ânimos irritados dos seus amigos e compatriotas e de novo aquietar toda a nação, porquanto pouco se pode fazer empregando a força contra uma nação tão selvagem e em tão ampla região. (Ata de 21 de março de 1644)(82)

O Conselho Supremo, em carta enviada aos diretores da Companhia, na Holanda, correspondência datada de 5 de abril de 1644, relata minuciosamente o massacre de Gedeon Morris e seus subalternos, no forte do Ceará; eis aqui os últimos trechos dessa missiva:

*Como nenhum proveito podemos tirar, fazendo guerra a uma nação tão selvagem, que se recolhe imediatamente aos matos, resolvemos escrever ao **commandeur** Wiltshut, recomendando-lhe que pagasse plenamente com o pano de Osenburg, que lhe remetemos, os índios do Ceará então em guarnição no Maranhão, pelos seus serviços e que se eles pedissem, os deixasse partir daí satisfeitos e ir ter com os seus amigos a ver se por esse meio se pode obter que essa nação volte à paz e à reconciliação.*

A propósito deste caso dos índios do Ceará, não podemos deixar de advertir a V. S.^{as} acerca dos índios desta capitania (os quais são da mesma natureza e condição) que pouca confiança se pode depositar nas suas disposições para com este Estado, porque de ordinário eles não têm outro fito e intuito senão viver em liberdade, e não servilmente, isto é, poder levar uma vida ociosa e indolente, consumindo o resto de suas roças ou trabalho em aguardente, sem por isso serem castigados. Quem nisto mais gosto lhes dá, pode fazê-los partidários seus.

Pouca inclinação têm a que separem deles os filhos e os mandem à escola, segundo propôs a assembléia sinodal, para ensinar-se-lhes a religião cristã e artes e ofícios; e para não terem aversão a este Estado, melhor é deixá-los ficar no mesmo teor de vida e mandar que os enfermeiros empreguem os seus esforços nas aldeias para o fim de instruí-los na religião e na vida civil, tanto quanto for possível.(83)

Morris e seus comandados do forte do Ceará pereceram, portanto, de maneira trágica, às mãos dos nativos revoltados contra o domínio e opressão neerlandeses, ocorrendo o massacre em janeiro de 1644.

Mário Neme, em excelente estudo sobre o regime jurídico-político instau-

(82) *Apud Studart, op. cit., p. 57.*

(83) *Apud Studart, op. cit., p. 58.*

rado pelos flamengos em Pernambuco e regiões circunvizinhas,⁽⁸⁴⁾ ao tratar do problema da liberdade dos silvícolas nas áreas ocupadas pelos nórdicos, assim se expressa, quando se refere ao morticínio da guarnição comandada por Morris:

"A revolta dos indígenas do Ceará não devia espantar a quem quer que fosse. Eram índios que estavam submetidos a um serviço penoso e sem qualquer atrativo, que os obrigava a um esforço continuado e a uma rotina a que não estavam acostumados e a que não podiam habituar-se, por condições físicas e por formação mental. Além disso, é fácil imaginar, sabendo-se o que é hoje o trabalho em salinas, como o seria nesses meados do século XVII, com as terríveis chagas que produz nos pés dos trabalhadores e as deformações na vista e nos olhos. Ausente Gedeon Morris, que parece ter sido de fato um líder estimado pelos indígenas, ficaram estes pelo espaço de dois anos sujeitos aos excessos de feitores e soldados cuja irascibilidade cresceria certamente em violência na medida em que se avolumassem as reclamações por escassez de alimentação e por falta do pagamento devido.

"A explosão desses infelizes, reagindo pela única forma ao alcance da sua mentalidade e em consonância com a sua maneira de ser, era um fato compreensível para quantos, no Nordeste brasileiro, testemunhavam desde 1630 cenas e atos da mais cruenta brutalidade; compreensível para quantos participavam de uma situação anormal, de um estado de guerra em que os índios eram industriados e insuflados, não a se conterem, mas a agitarem como os selvagens que tinham sido até então".⁽⁸⁵⁾

Pouco tempo decorrido do extermínio da guarnição do forte do rio Ceará, também sofreriam os outros dois fortes holandeses – o do Camocim e o de Jericoacoara –, idêntica sorte que o destino lhes reservara, sendo essas duas guarnições trucidadas pelos indígenas sob o comando de Ticuna, chefe das aldeias do Camocim.

Vingando o levante luso-brasileiro no Maranhão, derrotados os flamengos pelas forças de Antônio Teixeira de Melo, refluíram estes então para Pernambuco em fins de fevereiro de 1644, abandonando o território maranhense que estivera sob seu domínio; em sua fuga, os holandeses traziam consigo o restante dos

(84) Mário Neme, em seu ensaio, procura fazer um reexame dos conceitos que se consagraram na historiografia brasileira sobre o regime político-social implantado pelos holandeses na área do Nordeste brasileiro que esteve sob seu domínio. Em seu estudo, expõe Neme a idéia de que a administração nassoviana não teria excedido os estritos limites da crônica colonial, não fora a magnífica obra artística e científica realizada sob a tutela do conde, que deu ressonância mundial à gestão de Nassau; deste modo, confundindo-se superestruturas secundárias com estruturas fundamentais em virtude de correlações inadequadas, de comparações entre dados incompatíveis, teve início um processo de deformação histórica que perdura até nossos dias, alimentado por uma propaganda velha de trezentos anos.

O autor procura demonstrar de forma sistemática que o regime político-administrativo para aqui trazido pelos holandeses não foi um regime de liberdade, de progresso social e econômico, de avanços democráticos. Segundo Neme, o período holandês alterou para pior a ordem política, jurídica e econômica preexistente no Brasil. Em consequência da obra de glorificação de Nassau, realizada por Barléu, "um regime de dominação pela força, de opressão e violência (...) se transfigura como por encanto num regime de franquias constitucionais e liberdades públicas tão-somente pela presença de um dado personagem no centro dos acontecimentos".

Contrariando, portanto, os ensinamentos de toda uma historiografia apologética, assevera Neme que a administração holandesa foi uma autêntica involução na marcha das conquistas liberais dos povos do Ocidente no século XVII, já que uma companhia de capitalistas das Províncias Unidas não se encontrava preparada para assumir, no Brasil, a função de Estado.

(85) Mário Neme, *Fórmulas Políticas no Brasil Holandês*, Coleção Corpo e Alma do Brasil, volume XXXII, São Paulo, Difusão Européia do Livro e Editora da Universidade de São Paulo, 1971, p. 195.

índios do Ceará e Camocim, que haviam sido levados para o Maranhão por Gedeon Morris e Jacob Evers.

Eram tapuias naturais da costa do Ceará até ao rio Camocim.

Ao navegarem pelas costas cearenses, abandonaram os flamengos seus antigos aliados às margens desertas do Camocim; os gentios, sob a chefia de Ticuna, extremamente indignados e enfurecidos por tamanha ingratidão, investiram contra a fortificação do Camocim, trucidando a guarnição ali aquartelada e, em seguida, no mesmo ímpeto de furor, dirigiram-se para o forte de Jericoacoara, o qual também assaltaram, matando-lhe os soldados.

Em seguida, os indígenas mandaram avisar a Antônio Teixeira de Melo, que ordenou que aqueles fortes fossem guarnecidos com portugueses, enviando para Lisboa, como emissário, o capitão João Vasconcelos, cuja missão era informar a corte portuguesa sobre tais ocorrências.

Eis como o Conde de Ericeira, D. Luís Xavier de Meneses, autor coetâneo daqueles acontecimentos, descreve a tomada e extermínio das guarnições flamengas existentes no Ceará:

Quando os Holandeses derao principio a esta guerra, leváráo para o Maranhão muitos Índios das partes donde naquellas costas tinham Fortalezas: entre estes foraõ os de Ceará, e Camozins. (86) Retiraraõse do Maranhão, e foraõ lançados no Camozins, que dista 70 leguas os Índios que escapáraõ da guerra, sem lhes dárem os Holandeses alguma satisfação. Escandalizádos do máo trato com que os despediraõ, se juntáraõ com outros da mesma nação, e avançáraõ hum reducto que os Holandeses guarneciaõ naquelle sitio, e colhendo-os sem prevenção, os degoláraõ a todos. O mesmo fizeraõ em outro reducto, dez leguas adiante, e animados destes successos se resolvéraõ a investir a Fortaleza de Ceará, que distava cem leguas deste sitio. Tomada esta determinação, marcháraõ com grande silencio, e chegando à Fortaleza sem serem sentidos, se emboscáraõ em hum mato visinho, aguardando a que se abrisse a porta. Os Holandeses pela sua segurança passada não temendo o damno presente, tanto que amanheceo, aberta a porta, saíraõ da Fortaleza quasi todos a negocear, como costumavaõ as utilidades da campanha. Não aguardáraõ mais tempo os Índios, avançáraõ com grande valor, ganharaõ a porta, e a Fortaleza, degolaraõ alguns Holandeses que acharaõ dentro nella, os que estavaõ fóra se renderaõ; e avisáraõ logo ao Maranhão a Antonio Teixeira, que mandasse occupar aquellas Fortificaçoens que haviaõ ganhado, o que elle logo executou mandando prisidialas. (87)

O morticínio das guarnições holandesas no Ceará é mencionado também por outro autor coetâneo, o padre Antônio Vieira, o qual assim se expressa sobre a rebelião dos selvagens:

(86) *Leia-se Camocim.*

(87) D. Luiz de Meneses (Conde de Ericeira), *Historia de Portugal Restaurado*, Lisboa, Officina de Domingos Rodrigues, MDCCLI, tomo I, parte I, Livro VII, pp. 38-39.

O trato que os da serra [da Ibiapaba] tiverão com os Holandeses não foi sempre o mesmo; porque até o anno de 1642 forão seus confederados; e a este titulo os acompanharão na guerra do Maranhão, pelejando nella contra os Portuguezes, e contra os Tobajarás, que lá havia de sua propria nação; mas voltarão desta guerra tão pouco satisfeitos do valor e fortuna dos Holandeses, que se resolverão a vingar nelles as vidas dos que naquella empreza tinham perdido, e o fizerão com tanto successo e resolução, que na fortaleza que tinham feito no Camuci por engano, e na do Ceará a escala vista passarão todos á frecha e á espada. (88)

Leiamos agora a versão de Berredo sobre o ataque dos gentios contra as fortificações holandesas no Ceará; é extraída de seu precioso livro, *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, e, ao tratar, em sua cronologia, sobre os acontecimentos de 1644, assim se refere ao fato:

919. Logo que a tyrannia das Armas Holandesas se estabeleceo na Capitania do Maranhão, chamou muitos Tapuyas de toda a costa do Seará até o rio Camocy, que já lhe obedecião; e como os poucos, que salvarão as vidas (porque mais de quinhentas as sacrificaraõ no seu serviço) tiverão só por premio do muito sangue, que derramarão nelle, o de os lançarem nas desertas prayas do mesmo Camocy, setenta leguas da Povoação de S. Luiz, offendidos desta ingratidão, tratarão de vingalla.

920. Conservavão ainda os mesmos inimigos hum pequeno reducto junto daquelle sitio, onde forão lançados os Tapuyas queixosos; e unidos todos para o seu desaggravo, o entrarão por surpresa, fazendo na sua guarnição tal estrago, que de toda ella não escapou hum homem, mas não parando nesta demonstração as da sua fereza, a mesma desgraça experimentou tambem outra defesa semelhante, dez leguas mais acima: e influidos da felicidade dos successos, se dispozerão logo para outros mayores.

921. O rendimento da Fortaleza do Seará, que lhes ficava ainda na larga distancia de cem leguas, foy o nobre projecto destes valentes barbaros; e como praticos naquelle Paiz, depois de aceleradas marchas, chegando-se a ella huma noite; sem serem sentidos da guarnição, que era numerosa, se emboscarão nos fragosos matos da sua visinhança para esperar o dia.

922. Sabião elles, que com a primeira luz do Sol, a mayor parte dos Soldados se espalhava logo por aquella campanha, não cuidando mais, que nas negociações dos interesses della; (...)(89)

E, em seguida, descreve Berredo, que se apóia na autoridade do Conde de Ericeira, a matança feita pelos indígenas na guarnição do forte do Ceará.

(88) Padre Antonio Vieira, "Relação da Missão da Serra de Ibiapaba", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1904, tomo XVIII, p. 90.

(89) Bernardo Pereira Berredo, *Anaes Historicas do Estado do Maranhão*, terceira edição, com um estudo sobre a vida, a epocha e os escriptos do autor, Florença, Typographia Barbèra, 1905, volume II, livro XIII, p. 70.

Vejamos abaixo, para encerrar este ponto, uma última versão sobre o ataque dos nativos às fortificações flamengas do Ceará; Robert Southey, que neste trecho baseia-se em Berredo e no Conde de Ericeira, assim descreve o massacre das guarnições do Ceará, Camocim e Jericoacoara:

Quando primeiro invadiram o Maranhão, tinham os holandeses trazido consigo do Ceará um corpo grande de Tapuias. Destes perecera o maior número, e a única recompensa que pelos seus serviços alcançaram os oitenta sobreviventes, foi serem agora relegados no seu próprio território para as desertas margens do Camocim.

Indignados com semelhante tratamento, inflamaram eles o descontentamento dos seus conterrâneos, que gemiam sob o intolerável jugo dos seus novos aliados, e caindo sobre um reduto que nas ribeiras daquele rio haviam levantado os holandeses, surpreenderam e mataram toda a guarnição. Passando depois a investir outro reduto dez léguas mais longe, ganharam-no com igual fortuna. Esta segunda vitória os animou a atreverem-se com o próprio forte do Ceará, que ficava a cem léguas de distância, e marchando com o incansável ardor do selvagem que respira vingança, aproximaram-se dele de noite e puseram-se de emboscada. De manhã saíram os soldados como de costume a seus diferentes mistérios, sem aventarem o perigo. Deixaram-nos passar os Tapuias, e precipitando-se depois sobre a porta, mataram quantos havia dentro do forte. Os que tinham ficado fora dos muros, esses mais tarde os foram caçando muito de seu vagar. (90)

Ericeira, Berredo, Vieira, Southey e muitos outros escritores ilustres, ao tratarem sobre o ataque aos fortes do Ceará, Camocim e Jericoacoara, inverteram a ordem dos acontecimentos, antepondo o extermínio das guarnições do Camocim e Jericoacoara ao massacre do forte do Ceará.

O extermínio dos soldados aquartelados no forte do Ceará, sob o comando de Gedeon Morris, deu-se em janeiro, e foi motivado pelo péssimo tratamento dispensado pelos flamengos aos indígenas, e, também, pela falta de pagamento no trabalho das salinas, ao passo que o ataque aos redutos do Camocim e Jericoacoara ocorreu após a retirada dos flamengos do Maranhão, em fins de fevereiro de 1644, não havendo, portanto, relação entre o massacre do forte do Ceará e estes últimos, como querem aqueles historiadores.

É que D. Luís Xavier de Meneses, terceiro Conde de Ericeira, que desempenhou importantíssimo papel político no reinado de D. Pedro II, no século XVII, – Ericeira, espírito superior, dotado de méritos indiscutíveis, embora tivesse tido acesso à extensa documentação, que a crítica moderna comprovou haver empregado de maneira mais ou menos criteriosa – Ericeira, dizíamos, e não somente ele como também muitos outros autores ilustres, desconhecia a documentação

do Conselho Supremo do Brasil, órgão administrativo da *Companhia das Índias Ocidentais*, através de cujas atas ou *Notulen* registrou-se o morticínio da guarnição sob o comando de Morris, no forte do Ceará.

Somente em fins do século passado foram publicados esses documentos, pelos esforços do Dr. José Higino Duarte Pereira, que transcreveu na Holanda vasta documentação sobre o período do domínio holandês no Brasil, de vital importância para o esclarecimento daqueles fatos.

Findara, portanto, de modo abrupto, em um mar de sangue, o domínio que os flamengos exerciam no Ceará, estando o território livre do jugo europeu.

(90) Robert Southey, *op. cit.*, volume II, pp. 30-31.

Capítulo VIII

NOVA TENTATIVA DE COLONIZAÇÃO EM 1649: A EXPEDIÇÃO DE MATIAS BECK

A expedição de Matias Beck. Ereção do forte Schoonenborch. Ênfase dada à exploração mineralógica. O diário de Beck refere-se a uma mina de prata na Ibiapaba. Excertos do diário. O iate Wittepaert, sob o comando do capitão Dirk, zarpa com destino ao Camocim. Desconhecimento dos resultados obtidos pela expedição flamenga ao Camocim. Os holandeses, derrotados, retiram-se definitivamente do Brasil.

NOVA TENTATIVA DE COLONIZAÇÃO EM 1649: A EXPEDIÇÃO DE MATIAS BECK

Em que pese aos esforços de Antônio Teixeira de Melo, não foram as fortificações flamengas ocupadas pelos portugueses.

A metrópole ainda nomeou, em vão, capitães-mores para o Ceará: Diogo Coelho de Albuquerque (26 de maio de 1645) e o sargento-mor André Roiz (26 de setembro). Nenhum deles, entretanto, pôde aportar à capitania, que volveu, desse modo, aos nativos, seus primitivos senhores.

Todavia os holandeses retornariam ao Ceará em 1649, quando empreenderam nova tentativa de colonização.

Documenta essa nova tentativa de colonização flamenga, o diário do chefe da expedição, Matias Beck. Cópia do diário de Beck foi trazida da Holanda, extraída do arquivo da *Companhia das Índias Ocidentais*, em Haia, em 1886, pelo Dr. José Higino Duarte Pereira, que trouxe extensa documentação sobre o período em que o Nordeste do Brasil esteve sob o domínio holandês; a tradução do diário de Beck foi feita no Recife, pelo Dr. Alfredo de Carvalho que, assim como o Dr. José Higino, também era membro do *Instituto Arqueológico Pernambucano*.

O diário de Beck, cuja primeira parte compreende o período de 18 de março a 3 de maio de 1649, estendendo-se a segunda parte de 23 de julho até 9 de setembro do mesmo ano, intitula-se: *Diário de minha viagem ao Siará empreendida ao serviço da Pátria e da Companhia das Índias Ocidentais, de acordo com a comissão e as instruções dos Nobres e Poderosos Senhores, comunicando-lhes todo o ocorrido e realizado na mesma viagem*.

A expedição sob o comando de Matias Beck, composta ao todo por 298 pessoas, inclusive homens e mulheres indígenas do Ceará, zarpou do Recife em 3 iates – o *Geele Sonne* (Sol Amarelo), *Synegael* e *Vlissinge*, e duas embarcações menores, a saber, o barco *Capodello* e um bote grande ou chalupa.

As embarcações levantaram âncora no dia 20 de março de 1649, sábado, pelas oito horas da manhã, chegando ao *Mucuriba* (Mucuripe) em 3 de abril, por volta do meio-dia.

Desse modo iniciava-se o segundo período de domínio flamengo no Ceará, que estender-se-ia até o ano de 1654, quando os holandeses, pela capitulação da *Campina do Taborda*, foram expulsos de Pernambuco e regiões vizinhas, inclusive o Ceará.

Às margens do riacho *Marajaik*, atual *Pajeú*, na colina denominada *Marajaitiba*, ergueu Beck um forte, ao qual deu o nome de *Schoonenborch*, no local da atual Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, em Fortaleza.

O forte, cujo traçado foi feito pelo engenheiro Ricardo Caer, era de exíguas dimensões, sendo posteriormente ampliado, após a chegada do major

Gartsman, o qual, trazido do Recife pelo iate Wittepaert, vinha comandar a guarnição holandesa.

Após examinarem o local do antigo forte, na barra do rio Ceará, e tendo concluído que o porto, ali, não mais oferecia condições seguras para a entrada e saída de navios, decidiram os flamengos, em conselho de guerra, ampliar o novo reduto, cujas obras tiveram início a 19 de agosto de 1649, sendo a planta de ampliação do forte *Schoonenborch* também delineada pelo engenheiro Ricardo Caer.

As rendas da *Companhia das Índias Ocidentais*, em grande parte, eram destinadas à manutenção de numerosa tropa para conter o movimento revolucionário luso-pernambucano, pelo que os holandeses sentiram-se compelidos a reocuparem o Ceará, no intuito de repararem, através da exploração de minas de ouro e prata, que os indígenas asseveravam-lhes aqui existirem em quantidade, as finanças da Companhia.

Ainda pouco tempo antes da expedição de Beck, haviam os neerlandeses enviado 3 companhias de soldados brancos, que foram assassinados pelos tapuias.

É digno de nota que, enquanto que o sal foi a nota dominante durante o primeiro domínio holandês no Ceará, caracterizou-se o segundo período de ocupação do território cearense pela ênfase que os nórdicos dariam à exploração de minas no interior da região.

E, com efeito, na expedição de Beck vieram especialistas, ourives, prateiros e mineiros.

Somente dez dias após sua chegada, já intensificava Beck as pesquisas de mineração, enviando para Itarema, contraforte da Serra de Maranguape atualmente denominado Taquara, um destacamento minerador, cuja missão era localizar certas minas de prata que a tradição dizia terem sido exploradas por Martim Soares Moreno; o destacamento, chefiado pelo comissário van Ham, o mesmo tenente que comandara o forte depois da primeira invasão holandesa, tinha por guia o chefe indígena Francisco Caraya.

Beck, buscando informar-se com Caraya mais detalhadamente sobre as minas da região, antes da partida deste para Itarema, refere-se em seu diário à mina da *Ussuapaba* (Serra da Ibiapaba), para os lados do *Comosy* (Camocim), cuja existência fora atestada por um certo João de Albuquerque. Eis o interessante trecho, extraído do diário de Beck:

(...) quanto à Mina, que João d'Albuquerque declarou chamar-se *Ussuapaba*, a qual sou de opinião que deve ser bem produtiva, disse [Caraya] que era um monte situado a 80 léguas d'aqui, para os lados do *Comosy* ou *Cameresilby*, não sabendo se ali existe alguma mina, mas apenas que o dito monte dista 20 léguas do mar; o que de verdadeiro há neste sentido só o poderemos saber com certeza quando conseguirmos entrar em relações com os principais dos índios que ali habitam e deles houvermos informações sobre a situação precisa

do referido monte ou obtivermos que nos tragam algum mineral d'ali, e neste intuito nenhuma ocasião ou tempo devemos perder; (...) (91)

Ao que tudo indica, tinha esse João de Albuquerque pleno conhecimento sobre a região do Camocim, havendo mesmo informado ao Supremo Conselho a respeito da existência de uma mina de prata na Ibiapaba.

Seria Albuquerque um aventureiro aliado aos holandeses? Teria ele estacionado no forte do Camocim, durante o primeiro domínio flamengo? Teria estado na Ibiapaba, à cata de metais preciosos?

É muito provável que assim fosse, pois que os tremembés, ainda durante o comando do tenente van Ham, enviaram a este amostras do precioso metal existente naquela serra.

Beck também discorre com Francisco Aragiba, um velho chefe indígena, sobre a mina de prata existente na Ibiapaba; o comandante holandês propusera aos gentios a ida de um deles à região do Camocim, com o intuito de trazer à sua presença os principais chefes ali residentes, pelo que ofereceu-se Aragiba a Beck para buscar não somente os chefes tabajaras Tagoaibuçu, Caragoataí e Tiúma ou Ticuna, mas também Amaniú e Guiraroguy, caciques tremembés, dentro de um prazo de quatro semanas:

O principal Francisco Aragiba veio ter comigo, o qual não somente é o mais velho dentre os principais dos índios, como também o mais discreto de todos; lembrando a proposta que lhes fiz de um deles encarregar-se de ir buscar à minha presença os principais chefes ou os índios mais velhos residentes em Camocim e Camaragibe, o referido Francisco Aragiba ofereceu-me os seus serviços para este fim, prometendo, dentro de quatro semanas, trazê-los aqui, bem como os principais dos tapuias chamados Tremembees, que habitam no caminho do Camaragibe, (...) e como, segundo todas informações que até o presente tenho podido obter e verificar, o monte Ipuapaba, onde João de Albuquerque declarou haver uma mina de prata, está situado a 20 léguas de Camaragibe ou da costa do mar para o interior, e é conveniente ouvirmos, por conseqüências, as informações dessa nação ali residente, bem como dos referidos tapuias Tremembees indagar donde trouxeram o mineral que ofereceram ao comissário van Ham, e por este meio chegarmos à realização do nosso desígnio, não recusei o oferecimento do referido principal Francisco Aragiba, agradei-lhe as suas boas intenções e assegurei-lhe que, quando resolvesse enviar alguém àqueles sítios, mandaria convidá-lo para então mais particularmente falarmos sobre o assunto; como perguntasse-lhe que casta de gente era a que ali habitava e se era gente boa, respondeu-me que sim, porém, que entre eles havia alguns índios fugidos daqui que talvez de nós se arreceiassem por terem tomado parte na matança da nossa gente no velho forte; (...) disse-me que a nação de índios que habita em

(91) Matias Beck, "Diário de Matias Beck", in *Três Documentos do Ceará Colonial*, Coleção História e Cultura, volume 8, Fortaleza, Departamento de Imprensa Oficial, 1967, p. 241.

Camaragibe é chamada dos Tabajaras os quais têm por principais chefes Tagoaibucu, Caragoatay e Tiuna; louvou muito, estimando-a gente boa, a referida nação dos tapuias chamados Tremembees, os quais têm dois chefes principais de nome Amaniju e Guiraroguy; (...)(92)

Finalmente resolveu Beck, cujo objetivo era obter informações mais detalhadas e precisas sobre a mina de prata da Ussuapaba ou Ipuapaba, enviar o principal Francisco Aragiba à região do Camocim, com a missão de dali trazer os principais chefes indígenas; Aragiba, que partiu a pé na companhia de dez índios, levava consigo presentes do comandante holandês para os chefes dali e também uma carta de perdão, que se destinava aos nativos que haviam participado da chacina contra os flamengos no forte do Ceará.

Eis o trecho do diário de Beck onde se relata a partida de Aragiba:

Receando, não obstante a firme promessa dos índios, que a descoberta da mina dos montes Itarema, Maragonba ou outros próximos venha a frustrar-se ou a ocupar demasiado tempo, em cujo decurso conviria indagar da situação da mina de Ubuapaba, da qual João de Albuquerque deu notícia aos Nobres e Poderosos Senhores, segundo os papéis e as informações a respeito existentes em meu poder, dizendo que o referido monte jaz daqui a 20 léguas do mar, quando das notícias por mim colhidas resulta achar-se o dito monte perto de Camerisiby, distante daqui 80 léguas para o lado do Marañon e ainda 20 para o interior; como os tapuias Tremembees, que, segundo a declaração do comissário van Hani, trouxeram-lhe amostras do mineral no tempo em que aqui esteve como comandante, habitam nas imediações daquele monte; havendo o principal Francisco Aragiba oferecido os seus serviços para, no prazo de quatro semanas, trazer aqui junto de mim, não só os mais velhos daqueles índios como também dos da nação dos Tabajaras, residentes perto de Camerisiby, e como considero este o melhor e mais pronto meio para quanto antes alcançar mais amplas informações a respeito, resolvi mandar o referido principal Francisco Aragiba e propus-lhe, caso ainda estivesse disposto, ir buscar os principais dos referidos índios; respondeu-me que estava pronto a ir buscá-los no prazo designado; depois de havê-lo convenientemente e verbalmente instruído sobre o objeto de sua missão, despachei-o para a referida viagem dando-lhe, para ele e mais 10 índios que devem acompanhá-lo algumas provisões, dei-lhe ainda algumas bagatelas para os principais dali, bem como uma carta de perdão para os índios fugidos daqui que, segundo o seu parecer, talvez receassem da nossa vinda. (93)

Em 22 de abril de 1649, decorridas somente três semanas de sua chegada ao Ceará, comunica Beck ao ministro protestante Kempins, exímio conhecedor do idioma indígena, a partida de Aragiba para Camocim:

Escrevi ao ministro Kempins respondendo à sua carta e comuniquéi-lhe haver despachado para Camerisiby o principal Francisco Aragiba a fim de realizar a missão de que já anteriormente tratamos, e estar aguardando com paciência o resultado da mesma, esperando que o dito Francisco Aragiba, segundo a sua promessa, regresse aqui dentro de quatro semanas trazendo os principais dos índios dali. (94)

Poucos dias após a partida de Aragiba para Camocim, relata Beck em seu diário, em 30 de abril, sobre o estado em que se encontrava aquela região, baseado em informações obtidas junto a alguns índios recentemente chegados dali, os quais haviam encontrado Aragiba no caminho:

Logo depois chegaram dois índios e uma índia vindos de Camorisiby, os quais referiram haver encontrado em caminho o principal Francisco Aragiba, que prosseguiu na sua viagem; disseram mais que em Camorisiby tudo ia bem, tendo este ano sido feitas boas roças e plantações; que os tapuias Tremembees ali viviam em boa amizade com os Tabajaras; que em Camorisiby nenhum português fora visto e que os portugueses não iriam ali facilmente, porquanto há alguns meses, quando ali foram, os tapuias Tremembees, metidos nas suas grandes canoas, surpreenderam a embarcação, assenhorearam-se dela e mataram todos os tripulantes; em consequência deste fato há longo tempo ali não aparece embarcação alguma. (...) (95)

O diário do comandante holandês, que, como já dissemos anteriormente, é interrompido depois de 3 de maio, reiniciando-se somente no dia 23 de julho de 1649, não menciona o retorno de Aragiba com os chefes indígenas da região do Camocim, que deve ter ocorrido certamente nesse interregno, como se pode depreender de sua leitura, porquanto, em 20 de agosto, refere-se Beck à partida de alguns tabajaras para Camocim, a bordo do iate Wittepaert:

Chegaram aqui o capitão Francisco Caiaba e Antônio Siará a fim de, querendo Deus, seguirem com os Tabajaras que aqui ficaram, em companhia do engenheiro Ricardo Caer a bordo do iate Wittepaert, para Camaracibe. (96)

Esses tabajaras a que Beck se refere em seu diário, os quais iriam retornar ao Camocim no iate Wittepaert, foram possivelmente dali trazidos por Aragiba.

No dia subsequente, 21 de agosto de 1649, zarpou efetivamente o iate Wittepaert, sob o comando do capitão Dirk, para Camocim. Também seguiram na referida embarcação, o engenheiro Ricardo Caer, planejador do forte Schoonenborch e comandante dessa expedição, o prateiro Jacob van der Maes, cinco soldados,

(92) Matias Beck, op. cit., p. 246.

(93) Idem, ibidem, p. 255.

(94) Idem, ibidem, p. 256.

(95) Idem, ibidem, p. 261.

(96) Idem, ibidem, p. 277.

um negro pertencente a Beck, chamado Domingos, o qual serviria como intérprete, e vários índios, inclusive alguns chefes.

É este o trecho do diário de Beck que se refere à partida da expedição para Camocim, com o provável fito de dar início à prospecção mineral na Ibiapaba:

Hoje pelas oito horas da manhã o capitão Dirk, do iate Wittepaert, veio trazer-me as suas despedidas a fim de partir para Camaracibe em companhia do engenheiro Ricardo Caer e dos capitães dos brasilienses aqui chegados ontem, bem como o filho do velho Caraia; dei ao engenheiro Caer instruções escritas pelas quais deve regular a sua conduta; seguiu também o meu negro Domingos que, como muito prático na língua brasiliense, servirá de intérprete, Jacob van der Maes, prateiro, e cinco bons soldados sob as ordens e o comando do referido engenheiro, devendo, se for possível, regressar por terra; ao meio-dia fizeram-se de vela e Deus Nosso Senhor lhes conceda rápida e feliz viagem.(97)

O resultado obtido por essa expedição ao Camocim nos é infelizmente desconhecido, porquanto o diário de Beck encerra-se no dia 9 de setembro de 1649; todavia os flamengos devem ter-se instalado novamente naquela região, ali efetuando tenazes buscas à cata de metais preciosos, até que, com a capitulação no Recife, em 1654, expulsos do Nordeste brasileiro de modo definitivo, findou o sonho da Nova Holanda tropical.

Beck, ao retirar-se do Ceará, estabeleceu-se em Curaçau, possessão holandesa da qual chegou a ser governador, ali falecendo em 1668.

Reverteu, por conseguinte, o Ceará à posse da coroa portuguesa, sendo nomeado para governar a capitania, o capitão-mor Álvaro de Azevedo Barreto, que aqui chegou em 1654. Nesse mesmo ano ergueu Barreto uma pequena ermida, cujo orago era Nossa Senhora da Assunção, junto ao forte Schoonenborch, o qual teve seu nome mudado para *Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção*.

Era finda, portanto, a segunda fase do domínio flamengo no Ceará, com a partida de Beck e seus comandados, os quais ocuparam a capitania de 1649 até 1654.

Capítulo IX

A INFLUÊNCIA HOLANDESA NO CAMOCIM E O CONHECIMENTO QUE OS CONQUISTADORES POSSUÍAM DA REGIÃO

A Relação da Missão da Serra de Ibiapaba. Intensas relações comerciais entre flamengos e indígenas. André Vidal de Negreiros, governador do Estado do Maranhão, refere-se às minas que os flamengos exploraram no Camocim. O capitão-general Gomes Freire de Andrade alude aos trabalhos de prospecção mineralógica dos flamengos. Os neerlandeses possuíam pleno conhecimento da região: anotações de Kilian de Resenlaer.

(97) *Idem, ibidem*, p. 277.

A INFLUÊNCIA HOLANDESA NO CAMOCIM E O CONHECIMENTO QUE OS CONQUISTADORES POSSUÍAM DA REGIÃO

O padre Antônio Vieira, notável orador sacro e autêntico clássico da literatura luso-brasileira seiscentista por seu estilo eskorreito e terso, foi Superior das Missões Jesuíticas do Maranhão, às quais subordinava-se a Missão de São Francisco Xavier, na Serra da Ibiapaba, e aí esteve em 1660, em visita aos tabajaras; desde julho de 1656, quando chegaram à Ibiapaba os padres Antônio Ribeiro e Pedro de Pedrosa, para ali enviados por Vieira, dera-se início à doutrinação daqueles gentios, intentando-se trazê-los à Cristandade.

Vieira, em sua *Relação da Missão da Serra de Ibiapaba*, obra valiosa e rica de informações sobre a região, e onde são narrados os trabalhos sofridos pelos jesuítas durante a catequese, dá-nos excelente testemunho da enorme influência que os flamengos exerceram naquele território, em que até recentemente habitavam. Após haver-se referido à aliança existente entre os tabajaras e holandeses, quando esses gentios inclusive os auxiliaram na guerra do Maranhão, ali combatendo contra os portugueses, relata Vieira o destroço das guarnições flamengas na capitania do Ceará, que, como vimos anteriormente, foi a derrocada do primeiro domínio exercido pelos nórdicos em terras cearenses.

Em seguida, acrescenta Vieira:

Pôde comtudo tanto a industria e manha dos Hollandezes, que com a dissimulação e liberdade tornárão depois a reconciliar os animos desta gente, e não só a fizerão amiga, mas a renderão e sujeitarão de maneira que quasi se deixárão presidir delles em suas aldêas, não havendo nenhuma em que não tivessem como de sentinella alguns Hollandezes.(98)

Durante a segunda fase do domínio holandês, retornaram os nórdicos portanto à região do Camocim, reconciliando-se com os tabajaras da serra, como nos dá disso notável testemunho o trecho acima extratado.

Quão intensas eram as relações comerciais entre flamengos e os tabajaras da Serra da Ibiapaba, é claro indício o fato de possuírem estes últimos diversos produtos europeus, obtidos por intermédio dos conquistadores neerlandeses; Vieira alude a este fato, quando se refere às cartas que os jesuítas receberam dos principais chefes indígenas da Ibiapaba, em resposta às que haviam sido remetidas anteriormente àqueles índolas por André Vidal de Negreiros, Gover-

(98) Padre Antonio Vieira, "Relação da Missão da Serra de Ibiapaba", cit., p. 90.

nador do Estado do Maranhão, e pelo próprio Vieira.

Vidal de Negreiros, que intentava erguer um forte às margens do Camocim – onde os holandeses já tinham erigido uma outra fortificação –, com o intuito de assegurar o comércio do pau-violeta proveniente das faldas da Ibiapaba e resgate do âmbar, nas costas daquela região, escrevera aos chefes indígenas da Serra da Ibiapaba, solicitando-lhes sua ajuda para tal fim e oferecendo-lhes perdão, em nome de El-Rei, de seus delitos passados, e comunicando-lhes, outrossim, serem chegados ao Maranhão os jesuítas, com ordens de Sua Majestade para governá-los espiritualmente e doutriná-los. O padre Antônio Vieira escreveu igualmente àqueles indígenas, confirmando as palavras do governador e oferecendo-se, a si e a todos os demais padres, em penhor das promessas de Vidal de Negreiros.

As cartas de resposta dos chefes indígenas, que, segundo Vieira, pela letra e estilo eram redigidas por índios que haviam fugido de Pernambuco para a Serra da Ibiapaba, após a expulsão de seus antigos aliados holandeses, de quem aqueles naturais haviam, muito provavelmente, aprendido a escrita, estavam metidas “em uns cabaços tapados com cera, para que nos rios que passam a nado se não molhassem”. E acrescenta o insigne religioso: “Admirarão-se os Padres de ver as cartas escriptas em papel de Veneza, e fechadas com lacre da India: mas até destas miudezas estavam aquellos Indios providos tanto pela terra dentro pela comunicação dos Hollandezes, de quem também tinham recebido as roupas de grã e de sêda, de que alguns vinhão vestidos”.(99)

Também é para se anotar que os conquistadores europeus possuíam excelente conhecimento sobre toda a região, havendo inclusive explorado minas na Ibiapaba, durante a segunda fase de seu domínio no Ceará.

Essas minas que os holandeses haviam explorado são mencionadas em um Parecer do Conselho Ultramarino, datado de 8 de julho de 1656, e o referido documento trata sobre uma carta enviada a El-Rei por André Vidal de Negreiros, que então governava o Estado do Maranhão, ao qual estava administrativamente subordinada até então a capitania do Ceará.

Vidal de Negreiros, que em carta datada de 4 de dezembro de 1655 comunicara a Sua Majestade o péssimo estado em que se encontrava o forte de Nossa Senhora da Assunção, também referia-se às minas exploradas pelos flamengos. Destaquemos os seguintes trechos do aludido Parecer:

Andre Vidal de Negreiros, Governador do Estado do Maranhão Escreve a Vmga. em carta de 4 de Dezembro do anno passado, que Alvaro de Azevedo Barreto, Capitão da Praça do Ceará, E Domingos de Saa Barboza, que lhe foi succeder, pedindolhe cõ instançia socorro de nantimentos, o avisarão, que o forte daqlla Capitania, sobre ter hũ Padrao, era todo de madeira, E aren, fundado sobre paos enterrados a espaços, (...)

(...) Que também teve aviso dos ditos Capitães do Ceará que as minas que

alyse acharão abertins, são tres, de cada hua das quais havia Alvaro de Azevedo mandado a Vmga. alguns barris de amostras Porem Elle não tinha alcançado dellas mais noticia que dizerem os flamengos que daly serão expulços que Em olanda de quatro centas Livras de pedra, se tirarão Vinte E sinco onças de prata, mas que havia outras minas melhores que se taparão (cuja certeza lhe parecia se alcançaria milhor por via de Olanda) E que no Camoçi se dizia haver tãobem duas minas, hua de ouro, outra de prata de que os flamengos, havião tirado pedra.(100)

É digno de nota que um outro governador do antigo Estado do Maranhão, Gomes Freire de Andrade, em correspondência destinada ao seu sucessor, Artur de Sá e Meneses, datada de 8 de julho de 1687 – muitos anos já decorridos, portanto, da expulsão dos holandeses do Brasil – ainda faz menção aos trabalhos de prospecção mineralógica realizados pelos flamengos na capitania cearense.

Destaquemos o seguinte trecho das instruções deixadas pelo capitão-general Gomes Freire ao seu sucessor, como prova inquestionável de que a Serra da Ibiapaba, na região do Camocim, foi exaustivamente explorada pelos flamengos em busca de metais preciosos, muito especialmente durante a segunda fase de seu domínio na região.

Nas linhas abaixo transcritas, narra Gomes Freire a Artur de Sá e Meneses os esforços outrora empreendidos por André Vidal de Negreiros para localizar as minas que os holandeses haviam explorado:

(...) No Regimento que o Snr. Rey D. Joam o 4.º mandou dar ao Governador Andre Vidal de Negreiros, dispoem no capp.º 2.º em que o dito Governador se informe do Estado em que estava a Mina de pratta, que se diz que os holandezes fablicaram, e se hera de algum Rendimento, se estava longe do porto do mar, e os mais particulares e requzitos que convinhão, pera se mandar beneficiar, ou se não fazer cazo della, de que faria avizo pello Concelho Ultramarino, e como o dito Andre Vidal, pera fazer esta deligencia trouxe em sua companhia tres mineiros que o dito Snr. Rey lhe mandou dar, entrey na curiozidade de especullar o que tinha obrado naquella materia, e achey que o dito Governador quando viera pera este estado(101) andara oito ou nove dias fazendo bordos sobre o Ceará, sem o poder tomar, impedido das correntes e ventanias, que o obrigavão a descayr, e sube também que o exame da Mina se não fizera, porque o dito Andre Vidal ocupava os mineiros em o descobrimento de Outras, de que logo farei memoria. Esta Mina do Ceará he constante que a lavrarão os holandezes, como testemunha muita gente, que se achou na recuperação daquella Fortaleza, em que se acharão barretas de prata, alguma também lavrada: a pedra de que a tiravão, e a fablica em que a fundião; No Maranhão

(100) Apud Documentos para a Historia do Brasil e especialmente a do Ceará, colligidos pelo Barão de Studart, Fortaleza, Typ. Minerva, 1910, terceiro volume, pp. 201-203.

(101) Refere-se ao Estado do Maranhão, onde Vidal de Negreiros iria assumir o governo.

(99) *Idem, ibidem*, p. 99.

se acha um Indio muito pratico e de boa Openião, a que chamão Luis Mendes, que é da mesma nação dos que habitão a Ceará, que seguiu a parte que se devedio quando este Gentio se levantou contra os Padres da Companhia e veyo com os que o acompanharão; e affirma que elle trabalhou sendo rapaz na saca da pedra que se conduzia de hua das Minas (porque são duas) e que se atreve a hir por os péz na primeira que está nas cabeceiras de hum Riacho que chamão Themona, (102) que corre da campina pella fralda da Cerra; que a outra mina que está nella, não vio elle, mas que seo irmão, que hoje he Principal da mesma nação que a habita Sabe muito bem aonde ella está, e que se o puzerem no Ceará se obriga a trazer a amostra da pedra, e a fazer baixar a seo irmão com toda a aldeia pera o Itapicurú (. . .)(103)

Segundo todos os indícios, muito antes de terem erguido uma fortificação às margens do Camocim, já possuíam os holandeses pleno conhecimento sobre grande parte daquela região, bem como informações sobre as minas da Ibiapaba.

Tal fato é claramente evidenciado pelas anotações feitas por Kilian de Resenlaer em Amsterdã, em 20 de março de 1628, quando tomou nota dos depoimentos de Gaspar Paraupaba e André Francisco, indígenas cearenses que, juntamente com outros silvícolas naturais da Baía da Traição, na Paraíba, haviam sido aprisionados por tripulantes da esquadra de Boudewyn Hendrickson, que, regressando de Salvador, em 1625, fundeara na dita baía para abastecer-se de água e mantimentos, daí levando para a Europa vários selvagens.

Nas linhas abaixo transcritas, extraídas das anotações de Kilian de Resenlaer, faz-se referência a uma mina de prata localizada na montanha denominada *Guarungdug*, perto do rio Camocim; este era o nome pelo qual os bárbaros habitantes da região designavam a serra que entesta com o Camocim, a duas jornadas de distância deste ponto:

Il y a encore une mine d'argent à dix journées de marche de Siara, dans un lieu nommé Guarungdug près d'une rivière nommée Camocy.

(. . .) L'argent de la montagne de Guarandug se trouve dans de la terre dure, pas dans de la pierre; (. . .)(104)

E o trecho abaixo, ainda extratado das anotações de Kilian de Resenlaer,

(102) Trata-se do rio Timonha.

(103) *Apud* "Documentos para a Historia do Brasil e especialmente a do Ceará", Collecção Studart, in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1922, tomo XXXVI, pp. 153-154. Sobre este documento acima transcrito, foi o mesmo editado também em número anterior da *Revista do Instituto do Ceará*. (Cf. "Documentos para a Historia do Brasil e especialmente a do Ceará", Collecção Studart, in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1920, tomo XXXIV, pp. 258-259).

(104) *Apud* Hessel Gerritsz, *op. cit.*, p. 10.

Seria esta mina da montanha *Guarungdug* ou *Guarandug*, situada perto do rio Camocim, a mina de prata à qual alude João Fernandes Vieira, em data bem posterior, em uma memória sobre as possibilidades econômicas do Nordeste, enviada a El-Rei?

Nessa memória, escreve Fernandes Vieira sobre o Ceará: "Na Capitania do Siará abriu o olandez uma mina que está 10 ou 12 legoas do mar e da pratta que della tiraram bebi por copo obrado da ditta pratta e comy com colher". (*Apud* José Antônio Gonçalves de Mello, *João Fernandes Vieira*, Recife, Universidade do Recife, 1956, vol. II, p. 220, cit. por José Aurélio Câmara, *op. cit.*, p. 18, nota 38).

traz informações sobre Jericoacoara e Camocim, bem atestando o conhecimento que os flamengos possuíam daquela região:

*Jurocaaquare, plage avec peu d'eau fraîche, à 4 lieues de Tymohug.
Upeba, grande rivière peu profonde, sans eau fraîche, à 4 lieues de
Jurocaoquare.*

*Camosy, grande rivière à grands vaisseaux, sans eau fraîche, 9 lieues de
Upeba. Les vaisseaux peuvent la remonter jusqu'à une demi-journée de marche.
A 2 journées de marche de Camosy il y a la montagne Guarundugh située
devant la rivière Camosy.(105)*

Como se vê, aí está claramente indicado que os navios podiam remontar o rio Camocim até à distância de meia jornada, fato que corrobora magnificamente nossa teoria, quando situamos o fundeadouro do Camocim bem mais para o interior, e não em seu estuário.

Em seguida, passemos a analisar o problema da tentativa de construção de um forte às margens do rio Camocim, empreendida pelos lusitanos pouco tempo após a definitiva expulsão dos flamengos.

(105) *Idem, ibidem*, p. 12.

Capítulo X

OS PORTUGUESES INTENTAM ERGUER UM FORTE NO RIO CAMOCIM

André Vidal de Negreiros escreve a El-Rei, comunicando sua intenção de erguer um forte no rio da Cruz. Parecer do Conselho Ultramarino. Carta de agradecimento de Sua Majestade a André Vidal pela construção do forte. Carta Régia ordena a André Vidal a prossecução das obras da fortificação no rio da Cruz. O padre Antônio Vieira também refere-se à construção do forte no rio da Cruz. A sumaca despachada por André Vidal com soldados e material necessário para a construção da fortificação não consegue chegar ao Camocim. Dúvidas quanto à construção do forte: carta de Vieira ao padre Careu; o padre Pedro de Pedrosa refere-se à construção de um forte em Jericoacoara, e não no Camocim; Gomes Freire de Andrade sugere ao seu sucessor fortificar o Camocim; Carta Régia dirigida a Sá Menezes.

OS PORTUGUESES INTENTAM ERGUER UM FORTE NO RIO CAMOCIM

O capitão Domingos de Sá Barbosa, que recentemente chegara à capitania do Ceará, proveniente de Pernambuco, informou ao governador do Estado do Maranhão, André Vidal de Negreiros, que o chefe indígena *Algodão* retirara-se com todo o seu povo das proximidades da fortaleza do Ceará, onde habitava, e havia ido para o local do rio da Cruz a que os nativos denominavam de Camocim.

Tomando conhecimento deste fato, dirigiu Vidal de Negreiros, em 9 de fevereiro de 1656, correspondência a El-Rei, na qual comunicava a Sua Majestade aquela grave ocorrência e que, como meio de conter não somente aquele, como também outros chefes indígenas, bem como no intuito de proporcionar segurança da navegação da costa e facilitar o trajeto terrestre entre São Luís e Pernambuco, resolvera mandar construir um forte no rio da Cruz (atual rio Camocim), onde os holandeses já tinham tido um outro, ali colocando quatro peças de artilharia e guarnecendo-o com 25 soldados e um ajudante por cabo.

Através de Parecer datado de Lisboa, de 8 de julho de 1656, sugeriu o Conselho Ultramarino a El-Rei que, por meio de Carta Régia, mandasse agradecer a Vidal de Negreiros pela construção do forte no rio da Cruz, bem como recomendasse ao mencionado governador o envio de jesuítas para aquela região.

Nas linhas abaixo segue-se a transcrição da Consulta enviada pelo Conselho Ultramarino a El-Rei, juntamente com o Parecer daquele órgão e o Despacho Régio que aprova tais medidas, datado de 13 de julho de 1656:

André Vidal de Negreiros, Governador do Estado do Maranhão, Escreve a Vmgd., em carta de 9 de fevereiro passado, que o Capitão Domingos de sua Barbosa, que de proximo havia hido de Pernambuco para a praça do Ceará, o avisou que o Principal Algodão, que junto a ella assistia cõa sua Alden, se havia alevantado cõ toda a gente della, E tinha vindo para a parte do Rio da Crus, a que os Indios chamão Camiussi, e dista da mesma praça setenta Legoa, e da Cidade de são Luis çento e çinco, e isto sem cauza, que para a dita mudança tivesse. Que considerando elle André Vidal o muito que convinha ao Serviço de Vmgd. redusirse o dito Prinçipal á nossa amisade, para se poder asegurar do reço, a que o contrario devia obrigar, E se evitare os danos, que se poderião seguir, se junto cõ os Indios, que ha nas partes do dito Rio da Crus (que são muitos em quantidade) tratasse de continuar as hostilidades, que sempre nos fizerão, lhe pareço fazer hu forte no mesmo Rio da Crus, onde já os olandezes tiverão outro, porque cõ elle, não só se poderião os Portuguêses reconciliar com o dito Prinçipal, e cõ os mais daqle destricto, Livrandose de suas hostilidades, sogitalos, e avassalalos, introduzindo nelles, E nos do Certão a nossa santa fee Catholica, mas façilitarse o caminho para se poder hir da Cidade de são Luis por terra a Pernambuco, e socorrer em qualquer aperto a praça do Ceará,

senhorearse toda aqila Costa, e terẽ os nossos navios melhor acolhida nos portos della, do que até gora tiverão, pois não erão ousados a deitar hua pessoa em terra, nẽ refaserse de agua, e outras cousas cõo temor de serẽ tomados, e comidos daqle gentio como fiserão a algus, que aly forão dar. Que suppostas todas estas razões de conveniência, se resolveo a mandar fazer o dito forte na paragem referida (sem se fazer nelle dispendio algũ da fazenda de Vmgd.) e meterlhe quatro peças de artilharia, de athe seis Livras somente (pla pouca, que aly ha) cõ vinte cinco soldados, e hũ Ajudante por Cabo, o que tudo ficava remetendo logo, em dous barcos, que estava de partida para o Ceará, que mandava socorrer, cõ o mais, a que a limitação daqle Estado dava lugar, causa porque escrevia ao Mestre de Campo geral francisco Barreto, socorresse a mesma praça cõ todo o cuidado, como sempre fes, emquanto no Maranhão não ouver mais effeitos, donde se possa fazer, para que por falta do numero, se não exponha a risco de se desemparar, e perder. De que a elle André Vidal lhe pareceo dar conta a Vmgd. para lhe ser prezente o motivo, que o obrigou a mandar fazer o dito forte, para que tendoo Vmgd. entendido, conheça melhor o zello, com que procura empregarse em seu Rial serviço, no augmento daqle Estado, E conversão do gentio delle.

Ao Conselho Pareceo dar conta a Vmgd. do que Andre Vidal escreve para o ter entendido, E quanto procura adiantarse no cumprimento das obrigações do serviço de Vmgd., E que Vmgd. lho deve mandar agradecer por carta sua, E a obra do forte, que mandou fazer no Rio da Cruz, para segurança da navegação daqila Costa, E defesa daqle gentio, que he muy indomito, e cruel; E tambem o aviso, que mandou a Pernambuco, sobre o provimento, e socorro do Ceará, pois elle André Vidal o não pode faser daqle Estado, plas razões que aponta, encarregandose-lhe muito particularmente, que procure quanto lhe for possivel, que naqle Citio, e no Ceará haja residências de Religiozos da Companhia, para tratarẽ da promulgação do santo Evangelho, e conversão dos Indios, que he a principal obrigação de Vmgd. nas Conquistas, E que (cõ aviso seu de se poder fazer) o mandará Vmgd. encomendar aos superiores da mesma Companhia. E tambem parece que Vmgd. deve mandar encarregar cõ encarecimento, que ao Indio Principal, chamado Algodão, E a sua gente, procure por todas as vias desvialo daqlas Capitanias, para o mais longe que possa ser, plo perigo de continuar cõ seus Levantamentos, e hostilidades, como até gora tem feito.

Em Lx.^a a 8 de julho de 656. Saa / Pinto / V.^{los} / Pereira.

Como parece Alcantara 13 de Julho de 656. Rey.(106)

Atendendo às sugestões do Conselho Ultramarino, mandou Sua Majestade, através de Carta Régia datada de 27 de julho de 1656, agradecer a Vidal de Negreiros pela construção do forte no rio da Cruz; nela ordena o Rei de Portugal ao governador do Estado do Maranhão para que se empenhe, outrossim, no sentido de enviar religiosos da Companhia de Jesus para o referido local no rio da Cruz e também para o forte do Ceará:

André Vidal de Negreiros. Eu El Rey vos envío muito saudar. Entre outras cartas vossas se recebeu hua de 9 de Fev.^{to} passado em que me destes conta do Indio Principal chamado Algodão que com sua gente vivia junto do Ceará: algua se havia aboletado p.^a parte do Rio da Cruz, e que p.^a segurança daquelle sitio e costa mandastes fazer hu forte e metter nelle quatro pessas de artelharia com gente e as mais couzas necessarias a sua conservação, e isto com entento de ver sese pode reduzir o d.^o p.^a a amizade de meus vassallos e evitarse o dano que do contrario podia resultar e introduzir nos Indios daquelle districto nossa S.^{ta} Fee catholica, facilitar-se o caminho per terra pera Pernambuco e segurar os navios q' navegação por esta costa. E havendo mādado ver a d. vossa carta e tudo o que nelha referis me pareceo em primeiro lugar agradecer-vos muyto (como por esta o faço) o zello de meu serviço, com que procuraes adiantarvos no comprimento de vossas obrigações e encomendarvos que façaes toda a diligencia por emcaminhar que no d.^o sitio do Rio da Cruz e no do Ceará haja residencias de religiosos da Comp.^a q' tratem da promulgação do St.^o Evangelho e com avizo vosso de se poder fazer o mandarei encomendar aos Superiores da mesma comp.^a e tambem vos encomendo muito e mando quanto por todos avisos q' for possivel procureis q' o Indio Algodão e sua gente se desvie destas capitánias p.^a o mais longe q' possa ser pello perigo de poder continuar con suas hostilidades e levantamentos, como sempre fes. E no que toca ao avizo que na d. carta diseis que fizesses ao Mestre de campo geral de Pernambuco p.^a socorrer o Ceara em quanto deste estado se não pode fazer como convem, se vos responde em outra carta desta mesma via.

Escrita em Lx.^a a 27 de Julho de 656. Rey.(107)

Entretanto, Vidal de Negreiros, em virtude das pazes firmadas pelos portugueses com os selvagens que habitavam aquela região, abandonara os trabalhos de construção do forte às margens do rio da Cruz, comunicando tal fato a El-Rei através de carta datada de 3 de maio daquele ano.

Isto depreende-se claramente da leitura da Carta Régia de 17 de outubro de 1656, através da qual se ordena ao governador do Estado do Maranhão o prosseguimento do trabalho de levantamento da fortificação no mencionado rio.

Eis, na íntegra, a interessante Carta Régia acima aludida, assinada pela Rainha de Portugal e pelo Conde de Odemira:

André Vidal de Negreiros. Eu el Rey vos envío muito saudar. Havendo vos mandado escrever em 27 de Julho passado de q' com esta se vos envia a segunda via em approvação de como o avizasses em carta de 9 de Fevereiro deste anno, haverdes mandado fazer hum forte no Rio da Cruz e meter nelle quatro

(106) Apud Documentos para a Historia do Brasil e especialmente a do Ceará, colligidos pelo Barão de Studart, Fortaleza, Typ. Muerwa, 1910, terceiro volume, doc. n.º 214, pp. 199-201.

(107) Ibidem, doc. n.º 217, pp. 205-206.

peças de artilharia com gente e as mais couzas necessarias a sua segurança, se recebo agora outra carta vossa de 3 de mayo, em que avizaes q' por rezão dos Indios daquella paragem vos virem pedir perdão, pas e religiosos para encaminharem a nossa santa fe q' querião abraçar, suspendereis a obra do d.^o forte p.^a os confiar e enviareis cõ elles religiosos da comp.^a; e havendo mandado ver a mat.^a de novo, me pareceo dizervos que p. tudo convem q' o d. forte se faça, e ponha a perfeição; por contrario se poder temer que gente tão varia como são os Indios faltẽ no comprimento do que vos prometerão e não trate os religiosos, como eu desejo: quanto mas, q' elles devem ter residensia sua em q' vivão com a comodidade devida, e essa sem o forte que lhe sirva de deffensa fica exposta a todos os perigos: ponendo o que hei por bem volo encomendo e encarrego muito e mando, que procureis e deis todas as ordens necessarias p.^a q' d. forte se faça como a principio o apontasseis p' ellas rezões, que me escrevestes e Eu approvei como a approvo agora -

Escrita em Lix.^a a 17 de Outubro de 656. Raynha. O Conde de Odemira.(108)

O padre Antônio Vieira, que era, à época, Superior das Missões Jesuíticas do Maranhão, também se refere à construção desse forte no rio da Cruz ou Camocim, como se pode ler na sua *Relação da Missão da Serra de Ibiapaba*.

Vieira, que chegara ao Maranhão pela segunda vez no ano de 1655, poucos dias após Vidal de Negreiros ter ali também desembarcado, recebera ordens de Sua Majestade para que a doutrinação e o governo espiritual de todos os indígenas do Estado do Maranhão – ao qual a capitania do Ceará estava administrativamente subordinada – estivessem sujeitos aos religiosos da Companhia de Jesus.

Incluía-se nesse número os aborígenes que habitavam a Serra da Ibiapaba – gentio que, segundo Vieira, encontrava-se em terrível estado de barbárie.

A obra de catequese junto aos indígenas ibiapabanos seria apoiada pela construção de um forte às margens do rio Camocim, servindo a mencionada fortificação de proteção aos jesuítas que fossem enviados para a serra.

Em sua *Relação da Missão da Serra de Ibiapaba*, após narrar detalhadamente o terrível estado de bruteza e selvajaria dos índios da Ibiapaba, refere-se Vieira à construção de uma fortaleza no rio Camocim.

Leiamos o interessante trecho relatado por aquele ilustre religioso:

Este era o miseravel estado da christandade da serra, quando no anno de 1655 chegou segunda vez no Maranhão o padre Antonio Vieira com ordens de Sua Magestade para que a doutrina e governo espiritual de todos os Indios estivesse á conta dos Religiosos da Companhia; (. . .)

(108) *Ibidem*, doc. n° 218, pp. 206-207.

Ajudou muito esta esperança um novo intento do governador André Vidal de Negreiros, o qual chegou no mesmo anno no Maranhão, resolutto a levantar uma fortaleza na boca do rio Camuci, (109) que he defronte das serras, para segurança do commercio do pão violete, que se corta nas fraldas dellas e do resgate do ambar, que a tempos sahe em grande quantidade naquellas praias.

Communicados os pensamentos do Governador, e Superior das Missões, julgarão ambos que primeiro se escrevesse aos Indios da serra, de quem não só dependia o commercio, mas ainda a fabrica e o sustento da fortaleza.

Mas diffcultava, ou impossibilitava de todo a embaixada a difficuldade do caminho de mais de cem leguas, atalhado de muitos e grandes rios, e infestado de diversas nações de Tapuyas, feros e indomitos, que a ninguem perdoão; (. . .) (110)

Já vimos anteriormente, quando discorremos sobre a influência que os flamengos exerceram naquela região, que tanto Vidal de Negreiros como Vieira enviaram cartas destinadas aos índios da Ibiapaba, nas quais se lhes solicitava auxilio para a construção da fortaleza no rio da Cruz ou Camocim.

As cartas foram levadas por um mensageiro tabajara chamado Francisco Murereiba, que partiu para a serra em maio de 1655.

Contudo, como já fossem decorridos nove meses depois da partida desse emissário, e não tendo chegado ainda ao Maranhão a resposta dos chefes indígenas da Ibiapaba, decidiu o governador Vidal de Negreiros despachar, em fevereiro de 1656, aproveitando a época das monções, uma sumaca com um capitão e quarenta soldados, juntamente com os materiais e instrumentos necessários à construção da fortaleza do Camocim.

Todavia, como bem observa Carlos Studart Filho em excelente monografia sobre as primitivas fortificações erigidas no Ceará, (111) Vieira dá a entender que

(109) Com referência a esta frase de Vieira, que situa a construção da fortaleza na boca do rio Camocim — frase que, literalmente entendida, transporta a localização do forte para o estuário do Camocim — temos a observar o seguinte: provavelmente não se deve entender aqui tal frase em seu sentido literal, ou seja, como um ponto bem delimitado, necessariamente junto ao mar, pois que boca, barra, ou costa, em autores antigos designa, muitas vezes, o ponto até onde o rio é navegável.

Em defesa desta afirmação citemos dois documentos bastante antigos; o primeiro deles é um manuscrito cujo original encontra-se na Biblioteca Nacional, e trata, entre outras, da capitania do Ceará, ao passo que o segundo é uma memória escrita em 18 de abril de 1814 por Luiz Barba Alardo de Menezes, então governador da capitania do Ceará-Grande.

Ambos os documentos situam Granja junto à barra do Camocim, fato este que corrobora, de modo indiscutível, a teoria por nós exposta, a saber, que o antigo Camocim era Granja e seus arredores.

Vejamos estes documentos:

"Granja — Está situada á barra do Camocim, da parte de O. dista de Villa Viçosa 14 leg., e da Fortaleza q' fica a S. 90 leg." ("Capitania do Ceará", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1909, tomo XXIII, p. 305).

"Villa da Granja — Está situada esta villa junto á barra do Camocim da parte de oeste do rio; fica ao norte de Villa Viçosa Real, em distancia de quatorze legoas e da Fortaleza, que lhe fica a leste, noventa ditas". (Luiz Barba Alardo de Menezes, "Memoria Sobre a Capitania Independente do Ceará Grande", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1897, tomo XI, p. 51).

Enão seria absurda a construção de um fortim rio adentro; relembremos aqui aos nossos leitores, de modo rápido, que o Fortim do Aracati, por exemplo, erguia-se às margens do Jaguaribe, a uma légua acima de sua foz, e era artilhado com seis peças. (Cf. Carlos Studart Filho, *Páginas de História e Pré-História*, Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1966, p. 205); e o Forte Real de S. Francisco Xavier da Ribeira do Jaguaribe, que foi erigido por Pedro de Lelou em 1696, situava-se 14 léguas acima da barra do rio Jaguaribe, no local onde hoje se ergue a cidade de Russas, embora já não pudesse defender sua barra devido à dificuldade de navegação.

Sobre este último forte, leia-se Carlos Studart Filho, *op. cit.*, p. 202 e segs., e também Antônio Bezerra, *Alguns Origens do Ceará*, cit., pp. 74-75 e pp. 200 e segs.

(110) Padre Antonio Vieira, "Relação da Missão da Serra de Ibiapaba", cit., pp. 94-95.

(111) Carlos Studart Filho, "As Fortificações do Ceará", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1929-1930, tomos XLIII e XLIV, p. 81.

o mencionado forte do Camocim não chegou a ser edificado, pois que, conforme escreve aquele religioso, a sumaca arribou novamente ao seu ponto de partida, São Luís, após cinquenta dias de lutas contínuas contra o mar e os ventos adversos, sem ter conseguido chegar ao seu porto de destino, no Camocim.

Observemos aqui que uma carta enviada pelo padre Vieira ao Provincial, padre Ricardo Careu, é também bastante elucidativa quanto a este assunto; a carta é escrita do Maranhão e tem a data de 10 de junho de 1658, portanto mais de dois anos já decorridos desde que Vidal de Negreiros intentara despachar a mencionada sumaca com o material e soldados para a construção da fortaleza no rio Camocim.

Em sua correspondência, referindo-se à fortificação do rio Camocim, afirma Vieira que "esta fortaleza se ha de fazer no principio do anno q' vem, em q' são as monções".(112)

Ora, tal afirmação bem demonstra que, até 1658, a construção desse forte ainda não havia sido efetuada.

Estas informações de Vieira são extremamente dignas de crédito, pois que o insigne eclesiástico encontrava-se em pleno teatro dos acontecimentos.

Todavia nada impede que novas tentativas tenham sido realizadas posteriormente pelos portugueses para erguerem a fortificação.

Também é para se anotar que, em 1682, remetendo o padre Pedro de Pedrosa ao padre Estêvão Gandolfi, vice-reitor do colégio de São Luís, informações sobre a navegabilidade das costas do Maranhão, confirma que a embarcação enviada por Vidal de Negreiros não pudera chegar ao seu destino; contudo, refere-se Pedrosa à construção de um forte em Jericoacoara, e não no Camocim.

Eis o que escreve o padre Pedrosa sobre o assunto:

No anno de 655 chegou a este Maranhão o G.^{or} André Vidal de Negreiros e poucos dias depois o P. Antonio Vieira, que acompanhei com mais sinco missionarios do Reino e do Brasil. Ordenou logo o dito G.^{or} erigir hum forte no porto de Jerecuacoara p.^a facilitar a comunicação com o Seara que he desta jurisdiçam, e com o Brasil; e não menos o trato e comercio com os Indios da Serra e costa, o qual emportava m.^{to} ao Estado em rezão do m.^{to} ambar e escravos q' dali lhe podiam vir, como na verdade se experimentou por m.^{tas} vezes. Mandou o dito G.^{or} deste porto hum barco a estes designios e nelle p.^a missionarios da Serra forão o P.^e Thomé Ribeiro e o Irmão Sebastião Teixeira. Partio na mesma

(112) Eis o interessante trecho desta carta do padre Vieira ao Provincial: "(...) Porque a rezão fundamental de não se haver de conservar aquella missão [da Ibiapaba] era não poderem os P.^{es} ser soccorridos nem visitados: e esta resão cessa totalmente com a fortaleza que el-Rey manda fazer no Camoci, que he o porto maritimo da Serra por onde se podem soccorrer e visitar os P.^{es} e isto sem nenhum empenho nosso, porque he força que el-Rey o faça para mandar o soccorro dos soldados, e esta fortaleza se ha de fazer no principio do anno q' vem, em q' são as monções". (Apud padre Vicente Martins, "O Hospicio dos Jesuitas de Ibiapaba", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1928, tomo XLII, p. 152).

ocasião outro barcop.^o o Brasil, no qual se embarcarão os PP. Ant.^o V.^o Superior q' era da Missão e o P.^e Manoel Nunes, este p.^o ficar na Missão do Seara e aquelle p.^o passar á Bahia a negocios da Missão. Chegarão estes dous Barcos á distancia de 70 ou 80 legoas pella Costa, mas faltandolhes naquelle anno os terraes, ventos com q' só ou ordinariam.^{le} se navega deste porto p.^o o Brasil, mandando alguns Indios com cartas por terra, se voltarão p.^o o Maranhão. (. . .)

Collegio do Maranhão 25 de Agosto de 682 annos.

Humilde subdito de V. R.^o

Pedro de Pedroza(113)

Teria sido realmente levada a cabo a construção dessa fortificação portuguesa às margens do Camocim?

Cumpre observarmos que, em 1687, o rio Camocim estava completamente desguarnecido, sendo freqüentemente visitado por embarcações estrangeiras, que ali comerciavam livremente – em ostensivo desafio às rígidas leis peninsulares.

Este fato depreende-se claramente da leitura da carta enviada por Gomes Freire a seu sucessor, Artur de Sá Meneses, datada de 8 de julho de 1687, da qual extraímos o seguinte trecho:

Ao Rio Camossim vem tambem os estrangeiros a Comerciar, com mais frequencia, que em nenhum outro Porto; he muito conveniente fortificar este por estar em cittio sândio, fertil, e com todas as conveniencias necessarias pera se poder Povoar e deffender tendo pera os navios huma boa Bahia.(114)

Ainda nesse mesmo ano, Carta Régia datada de 26 de novembro foi dirigida a Sá Meneses, então governador do Maranhão, na qual se lhe recomendava o bom tratamento dos índios tremembés, que eram vizinhos, e se exigia informações sobre o estado em que se encontravam as fortalezas mandadas erigir no Ceará.

Tal fato bem demonstra, por conseguinte, que pouco se havia feito até então no que se refere à fortaleza do Camocim, cuja construção intentara-se há mais de trinta anos.

Como quer que seja, provavelmente essa construção não deve ter ido muito avante, pois que, em virtude do vigoroso processo de povoamento na ribeira do Camocim iniciado em fins do século XVII, a importância estratégica de uma fortificação às margens do Camocim já estaria bastante atenuada pela força do elemento colonizador lusitano, que instalava-se na região em números sempre crescentes.

(113) *Apud* "Documentos para a Historia do Brasil e especialmente a do Ceará", Collecção Studart, in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1921, tomo XXXV, doc. n° 329, pp. 128-129.

(114) *Apud* "Documentos para a Historia do Brasil e especialmente a do Ceará", Collecção Studart, in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1922, tomo XXXVI, doc. n° 358, p. 152.

Capítulo XI

RIO CAMOCIM OU COREAÚ: SUA PRIMITIVA NOMENCLATURA E BREVE ANÁLISE ETIMOLÓGICA DOS TOPÔNIMOS

Primitiva nomenclatura do rio: Rio de Arvoredos; Rio de Vicente Pinzon; Rio da Cruz; Rio dos Três Braços; Rio de São Francisco; Rio Camocim ou Coreaú (denominações atuais). Etimologia do topônimo Camocim: Khamsin; versões de Martius, Alencar, Teodoro Sampaio, Paulino Nogueira e Pompeu Sobrinho. Hipótese do autor. Etimologia do topônimo Coreaú: interpretações de Paulino Nogueira e Pompeu Sobrinho.

RIO CAMOCIM OU COREAÚ: SUA PRIMITIVA NOMENCLATURA E BREVE ANÁLISE ETIMOLÓGICA DOS TOPÔNIMOS

Antes de concluir este estudo, gostaríamos de analisar, ainda que de modo breve, não somente a primitiva nomenclatura do rio Camocim ou Coreaú, como também a etimologia destes dois topônimos.

O rio Camocim ou Coreaú – ambos os termos designam o mesmo curso de água tortuoso que se alonga por 180 quilômetros –, segundo Pimentel Gomes, “nasce nos flancos da Ibiapaba, a 13 quilômetros da cidade de Ibiapina, com o nome de *Onça*. Encaminha-se para o nordeste em largas curvas. Banha Coreaú, Moraújo, Campanário, Paracué, Granja e Camocim. Desemboca no Atlântico, formando pequeno delta e o mais seguro porto cearense. A bacia hidrográfica mede 4.820 km². A descarga média anual aproxima-se dos 800 milhões de m³. Pequenas embarcações navegam-no até Granja, por 42 quilômetros. No último trecho desliza entre faixas de aluvião fertilíssimas”.(115)

Vejamos sua primitiva nomenclatura.

A primeira denominação dada pelos europeus ao rio Camocim ou Coreaú, foi *Rio de Arboledos*, ou seja, *Rio de Arvoredos*. Com este nome já aparece designado no planisfério de Juan de la Cosa (1500), piloto e cartógrafo biscainho que é o pioneiro da cartografia americana.

No entanto, esta denominação de Juan de la Cosa, *Rio de Arvoredos*, que é, como o nome claramente o evidencia, alusão à belíssima vegetação de mangue existente logo à entrada do estuário e que, borbulhando sob a intensa claridade tropical, há de ter, seguramente, fascinado aos mareantes europeus por sua beleza selvagem, – não conseguiu vingar.

Do mesmo modo de pouca dura foi a designação de *Rio de Uicente Pison*, *Rio de Vicente Pinzon*.(116) Este nome aparece no mapa do cartógrafo português Diogo Ribeiro, organizado em 1529, em Sevilha, na Espanha, onde Ribeiro era cosmógrafo real da coroa castelhana.

Tanto a denominação de la Cosa (*Rio de Arvoredos*), como também a de Diogo Ribeiro (*Rio de Vicente Pinzon*, em homenagem ao nauta descobridor), foram logo substituídas nas cartas pela denominação de *Rio da Cruz*, ou, nos mapas franceses, pela de *Rio dos Três Braços*.

A denominação de *Rio da Cruz*, dada pelos europeus ao Rio Camocim ou Coreaú, embora seja, de modo indiscutível, de origem ibérica, encontra-se

(115) Pimentel Gomes, *Corografia Dinâmica do Ceará*, Fortaleza, Departamento de Imprensa Oficial do Ceará, (s/d), p. 97.

(116) A designação de *Rio de Vicente Pinzon* aplicada ao Rio Camocim é fruto dos acurados estudos cartográficos de Pompeu Sobrinho.

consignada pela primeira vez, no vetusto atlas inglês de Eggerton, mapa nº 2803, de 1510, sob a forma de *R. de Croce*, sendo, desde então, registrada por inúmeros mapas quinhentistas; esta denominação, que figura em cartas inglesas e holandesas, somente faz sua entrada na cartografia lusitana através do mapa de Gaspar Viegas, de 1534, quando este topônimo já estava consagrado pelo uso. Vemo-la, igualmente, no mapa de Diogo Homem, de 1558, e no mapa português das capitanias, de autoria de Luís Teixeira, de 1574.

Afirma o ínclito sábio Pompeu Sobrinho o seguinte sobre a origem deste nome: "Durante o XVI Século o rio que os indígenas chamavam *Camucim* tinha o nome português de *Rio da Cruz*, porque os navegantes supunham que, um pouco acima da sua foz, recebia dois afluentes, um à direita e outro à esquerda, cujas barras se defrontavam, dando ao conjunto líquido a forma de uma cruz". (117)

Todavia, os mapas franceses de Descaliers (1550), Guillaume Le Festu (fins do século XVI) e outros, como também o mapa português de Fernão Vaz Dourado, de 1568, empregam outro nome para o referido rio, denominando-o de *R. de 3 Bras*, ou seja, *Rio dos Três Braços*; tal designação, que tem sua origem na existência de duas ínsulas situadas logo na saída do estuário, fazendo que o rio, ali, tenha três bocas ou braços, desaparece, contudo, das cartografias antes do final do século XVI, ao passo que o topônimo anterior (*Rio da Cruz*), embora menos freqüente no início, obtendo preponderância talvez em virtude do espírito católico dos nautas portugueses, dominou de maneira quase exclusiva todas as cartas do último quartel quinhentista, tais como as de Doet (1585), Florentin (1596), Hond (1597) e Hulsium (1599).

A denominação de *Rio da Cruz*, firmando-se por quase dois séculos, competiu, ao longo do século XVII, com outros dois nomes, a saber, *Rio de São Francisco* e *Rio Camocim*, como podemos verificar lendo o seguinte trecho, extratado de um roteiro de navegação de autoria do desembargador Mariz Carneiro, cosmógrafo-mor de Sua Majestade, e publicado por Manoel da Silva no ano de 1655: "(...) e vindo ao Loeste darás com hum Rio, que tem huma ribeira vermelha da banda do Loeste verás humas casimbas, que estão ao longo de humas palmeiras, levarás tuas armas por causa dos Tapujas, e faz na boca tres braços de Rios, e dentro são 5.6. braços, e declaro-te que este he o Rio, que nas cartas de marear se chama o Rio da Cruz, e pela lingoa da terra se chama Camosim, e veras na boca hũas serras, que botão a Loeste 10 ou 15 legoas". (118)

Pompeu Sobrinho, ilustre sábio cearense, cujos demorados estudos e cuidadosa análise da cartografia quinhentista e seiscentista no que se refere ao Nordeste do Brasil e, muito especialmente, ao Ceará, merecem o maior apreço e crédito, mercê da seriedade com que foram realizados, assevera que, no século

XVII, o *Rio Camocim* foi denominado, de modo accidental, *Rio de São Francisco*. (119)

Vejamos a suposição do mencionado autor sobre a origem deste nome: "Possivelmente, o nome de S. Francisco não foi inicialmente atribuído ao rio Camucim. Creio-lo procedente do vizinho estabelecimento ou arraial, constituído efemeramente na enseada de Jeriquaquara, ao tempo em que ali estacionou a armada de Jerônimo de Albuquerque, antes de investir contra os franceses do Maranhão. No dia 4 de outubro de 1614, estava a referida armada ancorada na enseada mencionada, e por ser o dia dedicado pela igreja ao então beato Francisco de Assis, fez o capitão celebrar a primeira missa festiva que se disse naquelas paragens, missa solene a que todos os expedicionários assistiram. O arraial ficou conhecido pelo nome do futuro santo, (120) e como teve vida curtíssima, porquanto ao partir a esquadra foi literalmente destruído, o nome restou na memória dos índios e brancos que por lá ficaram, indo confundir-se com o do lugar habitado nas margens do Camucim. Assim se explica por que H. Hondius e Loon escrevem nos seus mapas, respectivamente de 1636 e 1654, '*R. Camucipe* o *S. Francisco*'. Este topônimo persistiu, a par do de *Camucim*, durante todo o período seiscentista, pois ainda o encontramos no mapa de Santa Teresa, em 1698.

"Desta duplicidade de nomes para um mesmo rio resultou certa confusão entre os cartógrafos coevos que chegaram por vezes a transferir o nome de *Cruz* para o rio *Acaraú* (Seutters) e mesmo para o *Aracati-mirim* (van Keulen)". (121)

No que se refere à denominação atual, que é de *Rio Camocim* ou *Rio Coreaú*, temos a observar o seguinte: *Rio Camocim* é designação que aparece pela primeira vez correlacionada com a expedição de Pero Coelho à Ibiapaba, em 1604, quando esta o perlongou em busca da serra, com o fito de expulsar dali os franceses que se haviam fortificado.

Em alguns mapas holandeses do século XVII, como os de Henricus Hondius (1636), Johannes Blaeu (1649), Johannes van Loon (1654) e Andreas Antonius Horaty (1698), também aparece grafado como *R. de Camucipe* o *S. Francisco*, e ainda *Camocipe* ou *Camucipi*, ou seja, com a pospositiva locativa *pe*, significando "no Camocim".

Após havermos analisado a primitiva nomenclatura do rio *Camocim* ou *Coreaú*, debrucemo-nos agora sobre a etimologia destes dois topônimos.

Iniciemos nosso ligeiro estudo sobre o topônimo *Camocim*, analisando a versão que consideramos a mais estapafúrdia de todas, a saber, a versão segundo a qual, conforme alguns historiadores, o vocábulo *Camocim* provém da palavra *Khamsin*, cuja significação é: "vento abrasador do Egito que sopra do deserto".

(117) Thomaz Pompeu Sobrinho, "O Mapa de Pero Coelho. Considerações Gerais, Autoria, Data, Toponímia", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1948, tomo LXII, p. 147.

(118) Desembargador Antonio de Mariz Carneiro, "Extracto do Regimento de Pilotos e Roteiro da Navegação e Conquistas do Brasil, Angola, S. Thomé, Cabo Verde, Ilha e Indias Occidentais. Pello Desembargador Antonio de Mariz Carneiro, Fidalgo da Casa de Sua Magestade e Seu Cosmographo Mór Destes Reynos de Portugal. Publicado por Manoel da Silva. Anno 1655", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1889, tomo III, p. 230.

(119) Cf. Pompeu Sobrinho, *Protohistória Cearense*, cit., p. 240, nota 55.

(120) Aqui há um ligeiro equívoco de Pompeu Sobrinho, porquanto o arraial assentado às margens da enseada de Jericoacoara tinha o nome de *Forte de Nossa Senhora do Rosário*; corrigindo este engano em outro trabalho de sua autoria, mantém o ilustre historiador sua opinião quanto à origem da denominação *São Francisco*, aplicada ao *Rio Camocim*.

(121) Thomaz Pompeu Sobrinho, "Topônimos Indígenas dos Séculos 16 e 17 na Costa Cearense", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1945, tomo LIX, p. 167.

Este nome deriva do egípcio *K'namsin* – cinquenta; pois que este vento sopra somente durante os cinquenta dias que antecedem ao equinócio da primavera.

Os portugueses – que deviam conhecer este vento que atinge as costas do Mediterrâneo em lugares por eles freqüentados –, aportando ao Ceará, observaram que onde hoje se encontra a cidade de Camocim soprava vento semelhante; denominaram, portanto, o rio, que ali tem sua barra, de *Khamsin*. O povoado que posteriormente surgiu no local tomou o mesmo nome, que corrompeu-se ao longo do tempo, conforme a índole da língua portuguesa, para *Camocim*.

Segundo pensamos, a versão acima é extremamente improvável, embora reconheçamos ser deveras engenhosa.

Camocim, que é palavra de origem tupica, aparece pela primeira vez, como já dissemos acima, correlacionada com a expedição de Pero Coelho, que aí chegou em 1604, sendo o termo recolhido por Frei Vicente do Salvador, que o consignou em sua *História do Brasil*, (122) e, variando em sua grafia, persistiu até nossos dias, fixando-se a forma definitiva de *Camocim*.

Desde que um relacionamento mais estreito e freqüente surgiu entre os europeus e os aborígenes da região, possibilitando, aos primeiros, por conseguinte, o conhecimento dos topônimos indígenas ali já existentes, designou-se por *Camocim* não somente e muito especialmente a região abrangida atualmente pela cidade de Granja e seus arredores, como também o trecho do rio que se estende desde o estuário até grande extensão do seu curso médio, em um ponto que não se pode determinar com exatidão; já em sua parte superior, era o rio denominado *Coreaú* pelos nativos.

Não obstante esta área (Granja e suas cercanias) ser habitada pelos tapuias tremembés, prevaleceu uma palavra de origem tupica para designar a região, em manifesto indício de que, além de manterem os povos tupis excelentes relações de amizade com os tremembés, também freqüentavam amiúde esta zona costeira, influenciando, inclusive, a toponímia local.

Como provável explicação para o fato de haver preponderado uma palavra tupi para designar uma área habitada por tremembés, gostaríamos de frisar a enorme superioridade numérica do grupo tupico em relação aos tremembés estabelecidos naquele trato, os quais não eram tão numerosos; já os povos tupis estabelecidos na Serra da Ibiapaba constituíam aproximadamente 70 aldeias, perfazendo cerca de 60.000 indígenas.

Isto posto, passemos a analisar a etimologia do topônimo *Camocim*.

Segundo Martius, o vocábulo provém de *caa* (pau) e *mocyne* (polir), significando, portanto, *pau lustrado*; porém o grande romancista José de Alencar julga tratar-se da corruptela de *co* (buraco), *ambyra* (defunto) e *anhotim* (enterrar) – isto é, o vaso onde os indígenas encerravam os corpos dos mortos e que lhes servia de túmulo.

Teodoro Sampaio afirma ser *Camocim* uma alteração da palavra tupi *Cambuchi*, que Batista Caetano diz significar *vaso de água*, *pote*, *cântaro*, *tina*, etc.

Paulino Nogueira pensa ser mais natural uma corruptela de *Camotim*

(*pote*), mudado o *t* em *c*, por eufonia, (123) adotando, com isso, o pensamento de Barbosa Rodrigues, interpretação também aceita por outro grande estudioso, Th. Pompeu Sobrinho.

Gostaríamos de mencionar uma última versão para a palavra *Camocim*, exposta por Pompeu Sobrinho, a qual, conquanto não sejamos especialistas na matéria, julgamos ser a mais lógica e provável; o ilustre sábio afirma que *Camocim* (que prefere grafar *Camucim*) poderia ainda ser: *ca*, de *caa* (mato, vegetação), mais *mocim*, alteração de *mocem* (estender, estendido ou aberto), o que significaria, portanto, *mato aberto*, ou *vegetação rala*. (124)

Esta última interpretação – *mato aberto*, ou *vegetação rala* –, que julgamos a mais consentânea, alude claramente à notável diferença de vegetação observada às margens do rio *Camocim*, no trecho que se estende logo abaixo da *Barragem Lima Brandão*, na cidade de Granja, até as proximidades da localidade de *Engenheiro Privat*; com efeito, na mencionada área – que em virtude dos meandros feitos pelo rio compreende vários quilômetros –, as margens do rio não possuem mais a densa vegetação ciliar encontrada acima da citada barragem, nem os virentes mangues que, somente a partir da povoação de *Engenheiro Privat*, margeiam o tortuoso curso de água até seu estuário. Neste trecho de cerca de 3 léguas (abaixo da *Barragem Lima Brandão* até *Engenheiro Privat*), o qual encontra-se sob a influência do regime das marés, as margens do rio são extremamente despidas de vegetação e escalvadas.

Esta diferença de vegetação salta imediatamente aos olhos de qualquer observador (até mesmo dos menos sagazes) que perlongue o rio *Camocim*.

Esta área era, portanto, o *Camocim*, o *mato aberto*, a *vegetação rala*.

Não é extremamente lógico o raciocínio?

Caso nossa hipótese esteja correta, o antigo *Camocim* era, por conseguinte, originalmente, a área compreendida entre a atual cidade de Granja e a povoação de *Engenheiro Privat*.

Todavia, posteriormente, por razões que não podemos explicar, o topônimo *Camocim* estendeu-se também até o curso médio do rio.

Para finalizar este estudo sobre a fortificação holandesa no *Camocim*, vejamos agora a etimologia da palavra *Coreaú*, designação dada ao mesmo rio pelos indígenas que viviam na parte superior de seu curso.

Coreaú é termo que foi, ao longo do tempo, grafado de diversas formas, tais como: *Cruaiúhú*, *Cruaiyú*, *Curuaihú*, *Coruahú*, *Coreyahú*, *Curuayhú*, *Coreaiú*, *Coreajú*, *Croaihu*, *Coraajhú*, *Curaayú*, *Curuahú* e *Curuaiú*.

Paulino Nogueira prefere grafar *Croahú*, e diz que significa *rio do croá*, palavra composta de *croá* e *hú* (água). (125) *Croá*, segundo Nogueira, é a mesma coisa que *croatá* e *crauíá*, corruptela de *caragoatá* – *erva que arranha oviandante*, termo que, conforme assevera o douto autor, provém de *caranhe* (arranhar) e *oatá* (o que anda). O *croá* ou *croatá* é o nome indígena dado a diversas plantas da família das

(123) Cf. Paulino Nogueira, *op. cit.*, pp. 245-246.

(124) Pompeu Sobrinho, "Topônimos Indígenas dos Séculos 16 e 17 na Costa Cearense", *cit.*, p. 168.

(125) Paulino Nogueira, *op. cit.*, pp. 273-274.

Bromeliáceas, gêneros *Aechmea*, *Bilbergia*, *Bromelia*, *Cryptanthus*, *Dickia*, *Nidularium*, *Pitcairnia*, *Tillandsia* e *Vriesia*.

O *croatá*, conforme escreve Paulino Nogueira, é uma bromélia espinhosa, parecida com o pé de ananás, da qual tiram-se fibras tão ou mais fortes que as do linho, com as quais fazem-se cordas de rede e cabrestos de cavalo.

Todavia Pompeu Sobrinho discorda desta interpretação de Paulino Nogueira.

Segundo presume Pompeu Sobrinho, que grafia *Curiaú*, o topônimo surgiu no final do século XVII, mas só foi registrado nos primeiros anos do século subsequente, nas datas de sesmarias concedidas aos primitivos desbravadores.

Julga Pompeu Sobrinho que a grafia *Coreaú* pode ser considerada como alteração de *Curiaú*, *água* ou *rio dos curiaús*. *Curiaú*, ainda segundo o mencionado autor, é o nome que os tupis davam a uma pequena ave, a *Ampelio cincta* ou *Cotinga cerulea*, da família dos Formicaróides. (126)

EPÍLOGO

Fechemos estas linhas.

Chegamos ao fim de nosso estudo sobre a fortificação holandesa do Camocim. Este trabalho de nossa autoria, que desejávamos expor concisamente em poucas páginas, frustrando nossa intenção inicial, resultou cheio de sinuosidades e coleios, semelhante ao percurso do velho rio.

Eivada de citações a cada passo, transformou-se esta monografia em um estudo detalhado sobre o tema abordado, devendo sua leitura ser feita de modo cuidadoso, para que as teses aí expostas pelo autor possam ser compreendidas em sua inteireza.

Reconheçamos com toda a sinceridade de nossa alma que o excesso das citações não originou-se de uma ânsia incontida e vaidosa de demonstrar aos nossos leitores extremada erudição – atributo que sabemos não possuir –, mas como uma tentativa de legar aos pósteros toda a documentação existente sobre o tema, resgatando velhos autores e historiôgrafos da triste *prisão do esquecimento*, da qual nos fala D. Luiz de Menezes, Conde de Ericeira.

Poderíamos utilizar aqui, à guisa de despedida, as palavras com que Gaspar Estaço, humanista e antiquário português, autor de *Várias Antiguidades de Portugal*, fundamenta, no prólogo da referida obra, as razões que moveram-no a escrevê-la – palavras transcritas pelo genial Herculano para encimar, à semelhança de cimalha, o próêmio de seu clássico *O Monge de Cister*: “De vários livros, pergaminhos, e papéis ajuntei algumas cousas antigas, que estavam já postas de parte, conjecturando, que ordenadas e vestidas de novas cores podiam tornar à praça, e não parecer mal, como árvores de outono com seu renovo”.

Julgamos haver feito uma análise extremamente criteriosa e imparcial dos documentos, despojados de quaisquer preconceitos que porventura pudéssemos ter.

Se algum mérito cabe ao autor deste trabalho, além das razões acima mencionadas – que seja o de ter reunido fatos históricos dispersos por vários historiadores e cronistas, ensartando-os em uma ordem lógica.

Convém ainda destacar aqui que este estudo, escrito basicamente desde 1989, expõe tese cuja originalidade é indiscutível, ao situar o antigo Camocim em um ponto bem mais afastado da costa, o que dá outra direção, conseqüentemente, à área onde erguia-se a fortificação flamenga, julgando o autor haver demonstrado, de maneira incontestável, a veracidade de suas asserções.

Esta página, que sempre imaginamos concluir de maneira brilhante, qual nênia dedicada ao punhado de flamengos que pereceu às margens do rio

(126) Cf. Pompeu Sobrinho, “Topônimos Indígenas dos Séculos 16 e 17 na Costa Cearense”, cit., pp. 176-177.

Camocim, encerramo-la agora quase esmaecida.

Incontáveis dias decorreram desde que brilhos estranhos jorraram das estrelas sobre o forte do Camocim, prenunciando dor e agonia à sua guarnição.

O Tempo, este silencioso emissário da Morte, caminhou pela Terra com suas mecânicas passadas.

Escoaram-se séculos.

Gerações e gerações passaram.

Entretanto o velho rio Camocim ainda banha com suas águas as margens do local onde outrora erguia-se a fortificação, e o poente flameja nas tardes de verão.

A brisa, que naquelas paragens ermas e silenciosas do antigo porto do Camocim sussurra agrídoces canções de amor, ainda chora o sangue ali derramado, nas claras noites em que o vermelho-dourado da lua cheia reflete-se vivamente nas águas do velho rio.

E a cada inverno, bandos de marrecos selvagens, em sua migração anual rumo a paragens desconhecidas, em escura e barulhenta revoada pelos céus da região, ruflam suas asas, entoando no ar frio belíssima canção de amor à liberdade.

BIBLIOGRAFIA

I. FONTES PRIMÁRIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

Maço de Documentos da Câmara Municipal de Granja, maço nº 40, anos de 1866 e 1869.

II. FONTES SECUNDÁRIAS

LIVROS

"Administração de João Carlos Augusto d'Oeynhausén no Ceará", documentos da Collecção Studart, in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XL, 1926.

ALMEIDA, Candido Mendes de – *Memorias para a Historia do Extincto Estado do Maranhão*, cujo territorio comprehende hoje as provincias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas, colligidas e annotadas por Candido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, Nova Typographia de J. Paulo Hildebrandt, tomo segundo, 1874.

AVELLAR, Hélio de Alcântara – *História Administrativa e Econômica do Brasil*, 2ª edição, revista e atualizada, Rio de Janeiro, FENAME, 1976.

BARLÉU, Gaspar – *O Brasil Holandês sob o Conde Maurício de Nassau*, tradução de Cláudio Brandão, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1940.

BECK, Matias – "Diário de Matias Beck", in *Três Documentos do Ceará Colonial* (Relação do Maranhão, Relação do Ceará e Diário de Matias Beck), Coleção História e Cultura, volume 8, Fortaleza, Departamento de Imprensa Oficial, 1967.

BERREDO, Bernardo Pereira – *Annaes Historicos do Estado do Maranhão*, terceira edição, com um estudo sobre a vida, a epocha e os escriptos do autor, Florença, Typographia Barbèra, volume II, 1905.

BEZERRA, Antonio – *Algumas Origens do Ceará*, Fortaleza, Typ. Minerva, 1918.

BEZERRA, Antonio – "Duvidas Historicas", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XI, 1897.

BEZERRA, Antônio – *Notas de Viagem*, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1965.

BEZERRA, Antonio – "Pero Coelho de Souza no Ceará", in *Commemorando o Tricentenário da Vinda dos Primeiros Portuguezes ao Ceará. 1603-1903*, Fortaleza, Typ. Minerva, 1903.

- BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa – *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*, 2 tomos, tomo I (1863); tomo II (1864), São Luiz, Typ. de B. de Mattos, 1864.
- BRASIL, Thomaz Pompeo de Sousa – *O Ceará no Centenário da Independência do Brasil*, 2 vols., volume I, Fortaleza, Typ. Minerva, 1922; volume II, Fortaleza, Typ. Minerva, 1926.
- BRIGIDO, João – *Ceará. Homense Factos*, Rio de Janeiro, Typ. Besnard Frères, 1919.
- BRIGIDO, João – *Ephemerides do Ceará*, Fortaleza, Typ. Studart, 1900.
- BRIGIDO, João – *Resumo da História do Ceará*, para uso das escolas primárias, Fortaleza, Typ. do "Libertador", 1885.
- CÂMARA, José Aurélio – *Aspectos do Domínio Holandês no Ceará*, separata da *Revista do Instituto do Ceará* (1956), Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1957.
- CÂMARA, José Aurélio – "Fortaleza: Página da Aventura Holandesa nos Trópicos", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo LXXII, 1958.
- "Capitania do Ceará", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XXIII, 1909.
- CARNEIRO, Dezebargador Antonio de Mariz – "Extracto do Regimento de Pilotos e Roteiro da Navegação e Conquistas do Brazil, Angola, S. Thomé, Cabo Verde, Ilha e Indias Occidentais. Pello Dezebargador Antonio de Mariz Carneiro, Fidalgo da Casa de Sua Magestade e Seu Cosmographo Mór destes Reynos de Portugal. Publicado por Manoel da Silva. Anno 1655", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo III, 1889.
- "Carta Regia sobre Salinas do Ceará", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo VI, 1892.
- CASAL, Padre Manuel Aires de – *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil*, pelo padre Manuel Aires de Casal, Coleção Reconquista do Brasil, vol. 27, prefácio de Mário G. Ferri, Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- CASCUDO, Luís da Câmara – *Geografia do Brasil Holandês*, Coleção Documentos Brasileiros, volume 79, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1956.
- CASCUDO, Luís da Câmara – "Informação Geográfica do Ceará Holandês", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo LV, 1941.
- Commemorando o Tricentenário da Vinda dos Primeiros Portuguezes ao Ceará*. 1603-1903, Fortaleza, Typ. Minerva, 1903.
- CRUZ FILHO – *História do Ceará*, resumo didactico, 2ª edição, Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1987.
- Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará*, colligidos pelo Barão de Studart, volume III, Fortaleza, Typ. Minerva, 1910.
- "Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará", Collecção Studart, in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XXXIV, 1920.
- "Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará", Collecção Studart, in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XXXV, 1921.
- "Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará", Collecção Studart, in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XXXVI, 1922.

- Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, XVI volume, planejada e orientada por Jurandyr Pires Ferreira, Rio de Janeiro, Oficinas do Serviço Gráfico do IBGE, 1959.
- FURTADO, Celso – *Formação Econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, 1959, apud Sodré, Nelson Werneck, *Formação Histórica do Brasil*, 9ª edição, Coleção Retratos do Brasil, volume 98, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1976.
- GERRITSZ, Hessel – "Extractos do Manuscrito de Hessel Gerritsz publicado nos Annaes da Bibl. Nac. do Rio de Janeiro (1907)", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XXVI, 1912.
- GIRÃO, Raimundo – *Pequena História do Ceará*, 4ª edição, revista e atualizada, Coleção Estudos Cearenses, volume I, Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará, 1984.
- GOMES, Pimentel – *Corografia Dinâmica do Ceará*, Fortaleza, Departamento de Imprensa Oficial do Ceará (s/d).
- História Administrativa do Brasil*, 2ª edição, revista, vários vols. (s/local), Serviço de Documentação do DASP, 1966.
- "Idéia da População da Capitania de Pernambuco e das suas Annexas, Extensão das suas Costas, Rios e Povoações Notaveis, Agricultura, Numero dos Engenhos, Contractos, Rendimentos Reaes, Augmento que estes tem tido etc. etc., desde o Anno de 1774, em que tomou Posse do Governo das mesmas Capitánias o Governador Capitão-General José Cesar de Menezes", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo IV, 1890.
- LEITE, Padre Serafim, S. J. – *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 8 tomos, Lisboa e Rio de Janeiro, 1938-1950.
- MACHADO, Padre José de Almeida – "Noticia das Freguezias do Ceará visitadas pelo P.^o José de Almeida Machado nos Annos de 1805 e 1806, extrahida d'um Livro de Devassas que serviu na Visita", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XVI, 1902.
- MARTINS, Padre Vicente – "Noticia Historico-Chorographica da Comarca de Granja", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XXV, 1911.
- MARTINS, Padre Vicente – "O Hospicio dos Jesuitas de Ibiapaba", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XLII, 1928.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de – *João Fernandes Vieira*, Recife, Universidade do Recife, vol. II, 1956, apud Câmara, José Aurélio, *Aspectos do Domínio Holandês no Ceará*, separata da *Revista do Instituto do Ceará* (1956), Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1957.
- MENEZES, D. Diogo de – "Carta de Dom Diogo de Menezes a El-Rei sobre a Conquista do Maranhão", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XXIII, 1909.
- MENEZES, D. Luiz de (Conde da Ericeira) – *História de Portugal Restaurado*, vários tomos, Lisboa, Officina de Domingos Rodrigues, MDCCLI.

MENEZES, Luiz Barba Alardo de – “Memoria sobre a Capitania Independente do Ceará Grande”, in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XI, 1897.

MONTAURY, João Baptista de Azevedo Coutinho – “Noticia Geral da Cappitania do Seará Grande”, in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XLIX, 1935.

MORENO, Diogo de Campos – *Jornada do Maranhão*, apud Almeida, Candido Mendes de, *Memorias para a Historia do Extincto Estado do Maranhão*, cujo territorio comprehende hoje as provincias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará e Amazonas, colligidas e annotadas por Candido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, Nova Typographia de J. Paulo Hildebrandt, tomo segundo, 1874.

NEME, Mário – *Fórmulas Políticas no Brasil Holandês*, Coleção Corpo e Alma do Brasil, volume XXXII, São Paulo, Difusão Européia do Livro e Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

NOGUEIRA, Paulino – “Vocabulario Indigena em uso na Provincia do Ceará”, in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo I, 1887.

OBERACKER JR., Carlos H. – *A Contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira*, 4ª edição, 2ª ed. em língua portuguesa, 2 vols., Rio de Janeiro, Presença Edições, 1985.

OLIVEIRA, João Baptista Perdigão de – “Os Limites do Ceará. I. Questão com o Rio Grande do Norte. A Barra do Rio Mossoró”, in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo VII, 1893.

PAIVA, Joaquim Olympio de – “Origem do Nome Camocim”, in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XXX, 1916.

PEREIRA, José Hygino Duarte – “Gedion Morris de Jonge”, in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo X, 1896.

POMBO, Rocha – *História do Brasil*, apud Câmara, José Aurélio, *Aspectos do Domínio Holandês no Ceará*, separata da *Revista do Instituto do Ceará* (1956), Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1957.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz – “O Homem do Nordeste”, in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo LI, 1937.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz – “O Mapa de Pero Coelho. Considerações Gerais, Autoria, Data, Toponímia”, in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo LXII, 1948.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz – “Os Tapuias do Nordeste e a Monografia de Elias Herckman”, in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XLVIII, 1934.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz – “Povoamento do Nordeste Brasileiro”, in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo LI, 1937.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz – *Protohistória Cearense*, 2ª edição, Fortaleza, Edições UFC, 1980.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz – “Topônimos Indígenas dos Séculos 16 e 17 na Costa Cearense”, in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo LIX, 1945.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz – “Vicissitudes da Costa Cearense”, in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo LX, 1946.

RIBEIRO, João – *História do Brasil*, 16ª edição, revista e completada por Joaquim Ribeiro, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1957.

RIBEIRO, Joaquim – “O Brasil Holandês”, in *História Administrativa do Brasil*, 2ª edição, revista, vários vols. (s/local), Serviço de Documentação do DASP, 1966.

RODRIGUES, José Honório – *Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará*, do I tomo ao LXVIII, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1959.

SALVADOR, Frei Vicente do – *História do Brasil*, 3ª ed., São Paulo, Melhoramentos, 1931.

SODRÉ, Nelson Werneck – *Formação Histórica do Brasil*, 9ª edição, Coleção Retratos do Brasil, volume 98, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1976.

SOUSA, Eusébio de – *História Militar do Ceará*, Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1950.

SOUTHEY, Robert – *História do Brasil*, 4ª edição brasileira, traduzida pelo Dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro, 3 vols., São Paulo, Edições Melhoramentos, 1977.

STUDART FILHO, Carlos – *Antigo Estado do Maranhão e suas Capitânicas Feudais*, Coleção Estudos e Pesquisas, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1960.

STUDART FILHO, Carlos – “As Fortificações do Ceará”, in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomos XLIII e XLIV, 1929 e 1930.

STUDART FILHO, Carlos – *Estudos de História Seiscentista*, Coleção História e Cultura, Fortaleza, Tipografia Minerva, 1958.

STUDART FILHO, Carlos – *História do Ceará Holandês*, Fortaleza, Imprensa Oficial, 1954.

STUDART FILHO, Carlos – “Notas Historicas sobre os Indigenas Cearenses”, in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XLV, 1931.

STUDART FILHO, Carlos – *Os Aborígenes do Ceará*, Coleção História e Cultura, vol. 6, Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1965.

STUDART FILHO, Carlos – *Páginas de História e Pré-História*, Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1966.

STUDART FILHO, Carlos – “Paginas Ineditas da Historia Colonial. Primitivo Commercio Maritimo do Ceará”, in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo LI, 1937.

STUDART FILHO, Carlos – “Vias de Comunicação do Ceará Colonial”, in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo LI, 1937.

STUDART, Dr. Guilherme (Barão de Studart) – *Datas e Factos para a Historia do Ceará. Ceará-Colônia*, Fortaleza, Typographia Studart, 1896.

STUDART, Dr. Guilherme (Barão de Studart) – *Geographia do Ceará*, Fortaleza, Typ. Minerva, 1924.

- STUDART, Dr. Guilherme (Barão de Studart) – *Notas para a História do Ceará. Segunda Metade do Século XVIII*, Lisboa, Typographia do "Recreio", 1892.
- STUDART, Dr. Guilherme (Barão de Studart) – *Relação dos Manuscritos, Originaes e Copias, sobre a Historia do Ceará que constituem a Collecção Dr. Guilherme Studart*, 2 fascículos; primeiro fascículo, Lisboa, Typographia do "Recreio", 1892; segundo fascículo, Fortaleza, Typographia Studart, 1896.
- THÉBERGE, Dr. Pedro – *Esboço Histórico sobre a Província do Ceará*, 2ª edição, anotada por Mozart Soriano Aderaldo, Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1973.
- Três Documentos do Ceará Colonial* (Relação do Maranhão, Relação do Ceará e Diário de Matias Beck), Coleção História e Cultura, volume 8, Fortaleza, Departamento de Imprensa Oficial, 1967.
- VARNHAGEN, Francisco Adolpho de (Visconde de Porto Seguro) – *História Geral do Brasil* antes da sua separação e independência de Portugal, 3ª edição, 5 tomos, São Paulo, Edições Melhoramentos (s/d).
- VIEIRA, Padre Antonio – "Copia de uma Carta para El-Rei Nosso Senhor, sobre as Missões do Ceará, do Maranhão, do Pará, e do grande Rio das Almas. Escripção pelo Padre Antonio Vieira, da Companhia de Jesus, Pregador de Sua Magestade, e Superior dos Religiosos da mesma Companhia n'aquella Conquista", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo X, 1896.
- VIEIRA, Padre Antonio – "Relação da Missão da Serra de Ibiapaba", in *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, tomo XVIII, 1904.
- VILHENA, Luiz dos Santos – *Recopilação de Noticias Soteropolitanas e Brasilicas*, 2 vols., Salvador, Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1922.
- ZUMTHOR, Paul – *A Vida Quotidiana na Holanda no Tempo de Rembrandt*, trad. de Rogério Fernandes, Lisboa, Edição "Livros do Brasil" (s/d), presumivelmente de 1964.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Revista do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), Fortaleza, tomo I (1887); tomo III (1889); tomo IV (1890); tomo VI (1892); tomo VII (1893); tomo X (1896); tomo XI (1897); tomo XVI (1902); tomo XVIII (1904); tomo XXIII (1909); tomo XXV (1911); tomo XXVI (1912); tomo XXX (1916); tomo XXXIV (1920); tomo XXXV (1921); tomo XXXVI (1922); tomo XL (1926); tomo XLII (1928); tomos XLIII-XLIV (1929-1930); tomo XLV (1931); tomo XLVIII (1934); tomo XLIX (1935); tomo LI (1937); tomo LV (1941); tomo LIX (1945); tomo LX (1946); tomo LXII (1948); tomo LXXII (1958).

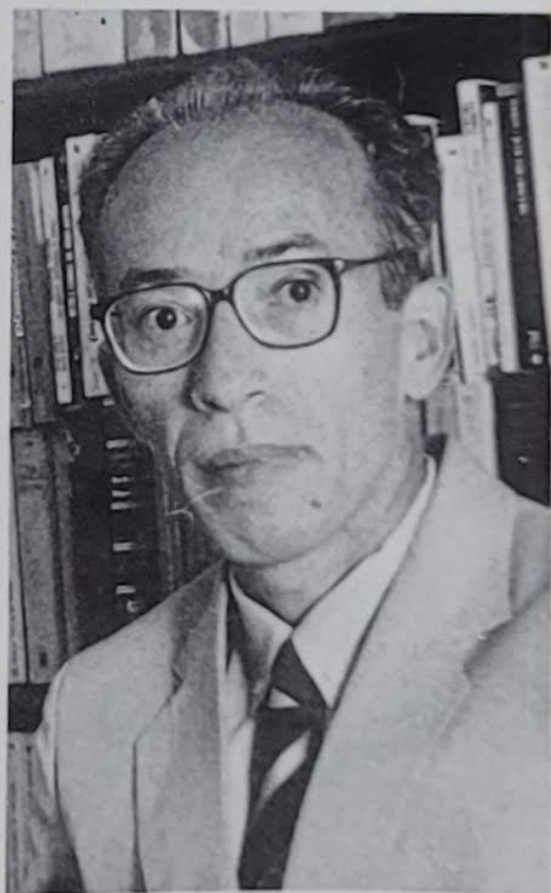


CUIDE DO SEU LIVRO

É nossa opinião pessoal que a fortificação neerlandesa erguida às margens do Camocim localizava-se necessariamente no porto do Camocim (atual Oficinas, cerca de 3 km distante do centro de Granja), ou, quando muito, em suas proximidades imediatas.

Ao fazermos tal afirmação, após longas meditações e um laborioso estudo sobre o fascinante tema, julgamos estar bem próximos da verdade, muito embora reconheçamos não poder provar materialmente a veracidade desta asserção; um acurado exame dessa área, à procura de possíveis vestígios, talvez pudesse fornecer melhores luzes sobre o assunto.

(Trecho extraído da *Introdução*)



André Luís Frota de Oliveira nasceu em Fortaleza, em janeiro de 1952. É professor e tradutor de alemão. Dedica-se também a pesquisas históricas sobre o passado de Granja, terra natal de sua família e onde seus antepassados se estabeleceram há mais de dois séculos. Seu primeiro livro, intitulado *A Estrada de Ferro de Sobral*, foi publicado em 1994.